A 'EUROPA' À DERIVA NO MUNDO DO CRIME SISTÉMICO*

THE 'EUROPE' ADRIFT IN THE WORLD OF SYSTEMIC CRIME

António José Avelãs Nunes**

RESUMO: O A. analisa o processo de integração europeia, assinalando o *défice democrático* que o caracteriza, com a consequente desvalorização da *Europa social*, em proveito da *Europa do capital*, especialmente depois do *Tratado de Maastricht*, aspectos que foram reforçados com o *Tratado de Lisboa* e, mais recentemente, com o chamado *Tratado Orçamental* (2012). Analisa depois o significado da criação da *União Económica e Monetária* (entrado do euro em circulação, início da atividade do Banco Central Europeu e aplicação das regras monetaristas/neoliberais do Pacto de Estabilidade e Crescimento) e põe em relevo os desequilíbrios por ela introduzidos no seio da União Europeia: a Alemanha surge como o único país que ganha com o *deutsche euro*, que lhe garantiu saldos positivos da sua balança de pagamentos correntes, alimentados à custa do défice da balança dos pagamentos correntes de outros países, nomeadamente os chamados *países do sul*. Esta é, segundo o A., uma das explicações da dívida externa destes países, que as políticas impostas pela UE, sob o 'comando' da Alemanha, têm agravado, ao mesmo tempo que provocam o empobrecimento da grande maioria dos cidadãos destes países.Objeto de especial atenção é o *Tratado Orçamental*, peça importante do *novo Leviathan* que está a construir-se na Europa, Tratado que o A. considera um novo *pacto colonial*. O A. comenta também o projecto em curso de *União Monetária* e a hipótese de *saída do euro*, por pate de Portugal e, eventualmente, de outros países do 'sul', e também as propostas de *mais Europa Política* (maior grau de federalização), a caminho de um futuro *estado federal europeu*. Na parte final, o texto chama a atenção para a gravidade do que está em jogo nas negociações com vista à criação de uma *zona de comércio livre* que inclua a UE e os EUA (Acordo de Parceria Estratégica), agravando os perigos para a democracia e para a paz inerentes ao *capitalismo do crime sistémico* que marca a realidade actual na Europa e no mundo, hegemonicamente dominado pelo grande capital financeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Acordo da Parceria Estratégica. Banco Central Europeu. Crime sistémico. *Deutsche euro*. Estado Federal Europeu. Estado Social. "Fascismo de mercado". Novo *Leviathan*. Pacto de Estabilidade e Crescimento. Tratado Orçamental. União Económica e Monetária.

ABSTRACT: The author analyzes the process of European integration, marking the democratic deficit that characterizes it, with the consequent devaluation of Social Europe, in favor of Capital Europe, especially after the Maastricht Treaty, aspects that have been reinforced with the Lisbon Treaty and more recently, the so-called Budgetary Treaty (2012). Then analyzes

---

* Utilizo neste artigo reflexões e trechos de dois livros meus relativamente recentes: *A crise do Capitalismo: Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, cit., e *O estado capitalista e as suas máscaras*, cit., ambos editados no Brasil.

**Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra.

the significance of the creation of the Economic and Monetary Union (the euro entering into circulation, the beginning of the activity of the European Central Bank and the application of monetarist/neoliberal rules of the Stability and Growth Pact) and highlights the imbalances introduced by it within EU: Germany emerges as the only country to win with the *deutsche Euro*, which assured it positive balances in its balance of current payments, fed at the expense of the deficit of the balance of current payments from other countries, notably the so-called southern countries. This is, according to the author, one of the explanations of the external debt of these countries, which the policies imposed by the EU, under the 'command' of Germany, have worsened, while causing the impoverishment of the great majority of these countries citizens. Object of special attention is the Budgetary Treaty, an important part of the new Leviathan that has been builded up in Europe and that the author considers as a new colonial pact. The author also comments on the ongoing project of monetary union and the possibility of exit from the euro by Portugal and possibly other countries in the 'South', and also the proposals for more Political Europe (higher degree of federalization), leading to a future European federal state. In the final part, the text draws attention to the seriousness of what is at stake in the negotiations for the creation of a free trade area covering the EU and the U.S. (Strategic Partnership Agreement), exacerbating that dangers to democracy and to peace which are inherent in the capitalism systemic crime that marks the current situation in Europe and in a world hegemonically dominated by finance capital.

KEYWORDS: The Strategic Partnership Agreement. European Central Bank. Systemic crime. Deutscher euro. European Federal State. Social status. "Market Fascism". New Leviathan. Stability and Growth Pact. Budgetary Treaty. Economic and Monetary Union.

1. Foi certamente sábia e bem intencionada a ideia que presidiu à criação (abril de 1951) da primeira das comunidades europeias, a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). Ao colocar sob uma autoridade comum o 'governo' do carvão e do aço, procurava-se evitar que os conflitos de interesses à volta destes materiais estratégicos (nomeadamente entre a Alemanha e a França) condenassem os povos a uma nova guerra.

Mas a história mudou quando se começou a pensar no *mercado comum*, dando início ao processo que levaria ao Tratado de Roma (1957) e à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE).

Como é sabido, quando o Tratado de Roma foi assinado estávamos ainda no período áureo do keynesianismo e das políticas keynesianas. Mas, por mais estranho que pareça, a verdade é que foram as concepções liberais em matéria de política económica as inspiradoras da estrutura e da filosofia da CEE.

Em janeiro de 1957, Pierre Mendès-France defendia na Assembleia Nacional francesa que o projeto de criação do mercado comum europeu devia ser acompanhado da exigência da "igualização dos encargos e da generalização rápida dos benefícios sociais de todos os países do mercado comum".[1] Como hoje é evidente, o processo de integração europeia, iluminado e enquadrado, desde o início, pelos dogmas liberais, seguiu o caminho contrário ao apontado pelo então deputado radical.

Chegado o momento do votar o Tratado de Roma, Pierre Mendès-France foi um dos poucos deputados que acompanharam os comunistas franceses no voto contra a ratificação do Tratado, voto que, com rara clarividência, justificou nestes termos:

> O projeto do mercado comum, tal como nos é apresentado, baseia-se no liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples regula todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode assumir duas formas, seja a de uma ditadura interna que entrega todos os poderes a um homem 'providencial', seja a delegação dos seus poderes a uma autoridade exterior, que, em nome da técnica, exercerá na realidade o poder político, pois em nome de uma economia sã chega-se facilmente à imposição de uma política monetária, orçamental, social, em suma, uma política, no sentido mais amplo do termo, nacional e internacional.[2]

Desde o início do processo, os críticos do Tratado de Roma deram-se conta de que o "espírito do mercado comum" acabaria por privar os estados-membros dos

---

[1] Ver *Journal Officiel de la Republique Française*, 19.1.1957, 159-166.

[2] Cf. ATTAC, "*Constitution*..., cit., 7.

meios e das competências indispensáveis para assegurar o controlo da economia pelo poder político democrático. A história da 'Europa' desde o Tratado de Roma até à União Europeia confirma plenamente estes receios e previsões: o "espírito do mercado comum" acabou por conduzir à "abdicação da democracia".

Hoje, estudos vários mostram que os tecnocratas que prepararam os dossiês que orientaram os Chefes de Estado e de Governo dos seis países fundadores do *Mercado Comum* tinham perfeita consciência de que a opção pelo liberalismo nas relações entre os estados-membros do *mercado comum* arrastava consigo a adoção de soluções liberais no plano interno de cada estado.

Passada a fase da CECA, o projeto do *mercado comum* visou pôr de pé uma estrutura económico-política que esvaziasse o 'perigo' de vitória eleitoral dos partidos comunistas na Itália e na França e que, no ambiente próprio daqueles tempos de guerra fria, servisse de tampão à influência da URSS.

Por outro lado, todos os seus promotores tiveram a consciência (incluindo os dirigentes socialistas) de que a 'Europa' liberal que começavam a pôr de pé iria ferir de morte a "Europa social".[3] Dir-se-á que a 'morte' da 'Europa social' para dar vida à 'Europa do capital' foi um crime cometido com *dolo* (pelo menos com dolo *eventual*).

Embora admitindo a livre circulação de pessoas (sempre condicionada...), as *liberdades de circulação de serviços, de mercadorias e de capitais*, bem como a *liberdade de estabelecimento*, foram sempre assumidas e proclamadas como as *verdadeiras liberdades fundamentais*. A 'falecida' Constituição Europeia consagrava isto mesmo no art. I-4º, que, sob a epígrafe *liberdades fundamentais*. Após a derrota do 'projeto constitucional' e para evitar o escândalo de se proclamarem como *liberdades fundamentais* estas *liberdades do capital* e não as que normalmente integram a tábua dos *direitos, liberdades e garantias* das pessoas, os construtores da 'Europa' resolveram retirar este texto do Tratado de Lisboa. Mas nós sabemos – porque eles não se cansam de o afirmar em todos os tons – que esta é apenas uma mudança cosmética *para europeu ver*. Na essência, tudo continua na mesma: aquelas *liberdades do capital* são mesmo as *liberdades fundamentais* que contam nesta 'Europa' do capital.

Segundo um seu ilustre colaborador e biógrafo, Miterrand confessava, em 1983, estar "dividido entre duas ambições, a da construção da Europa e a da justiça social".[4] Era o reconhecimento de que a *justiça social não tinha lugar na 'Europa'* em construção desde 1957. E, como é sabido, Miterrand optou pela

[3] F. DENORD e A. SCHWARTZ (op. cit.) citam um deputado socialista francês (André Phillip): "Eu, socialista, preferiria ter uma Europa liberal a não a ter de todo".

[4] Apud Jacques ATTALI, op. cit., 399.

construção da 'Europa', sacrificando a justiça social. Esta tem sido, desde o início do processo de integração europeia, a opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus.

Alguns anos mais tarde, logo a seguir à queda do Muro de Berlim (9.11.1989), Michel Rocard reconhecia, com grande frieza – seguindo, afinal, a lição de Miterrand –, que "as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa", aceitando que, "para fazer a Europa, é preciso assumir as regras deste jogo cruel". Para fazer a Europa, é, pois, necessário, segundo este destacado dirigente socialista, assumir as regras deste "jogo cruel" [as regras do jogo impostas pelo dito *capitalismo internacional*], vergando-se à lógica implacável da *mercadização* da economia e da vida, "feita pela Europa, graças à Europa e por causa da Europa", como reconhece Pascal Lamy, outro alto dirigente socialista, então Diretor-Geral da OMC.[5]

Confissões como as de Rocard e Pascal Lamy refletem concepções que equivalem à *morte da política* e ao reconhecimento de que *a soberania reside nos mercados*, ideia tão sugestivamente expressa nesta síntese espantosa de Joschka Fisher[6] (ex-dirigente de *Os Verdes* e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): "ninguém pode fazer política contra os mercados". *Mercados Über Alles!*

São confissões que traduzem, em boa verdade, o pensamento hoje dominante na social-democracia europeia, que relega as 'preocupações sociais' para o plano dos sonhos impossíveis, falando delas como quem exibe uma velha joia de família, umas vezes envergonhadamente, outras vezes apenas para efeitos publicitários, para calar a (má) consciência e 'ganhar o céu'. Quando falam a sério, os dirigentes socialistas acreditam que não há nada de relevante a fazer, no que toca à justiça social, no quadro de políticas públicas que não querem pôr em causa as *regras do jogo do capitalismo internacional*, ditadas pela *ideologia neoliberal dominante*.

As desculpas de 'inocência' ou de 'ingenuidade' (que não se podem aceitar no plano da ação e da responsabilidade políticas, sobretudo quando a crítica lembra os perigos que se correm) acabaram com a aprovação do *Tratado de Maastricht*, que alterou profundamente a "natureza ideológica da comunidade": esta passou a ser dirigida segundo princípios "ultraconservadores", privando os estados-membros de autonomia em matéria de política monetária, cambial e orçamental e pondo em causa abertamente o chamado *modelo social europeu*.

---

[5] Citações colhidas em S. HALIMI,"As promessas…, cit., 3.

[6] Apud U. BECK, op. cit., 58.

No que me diz respeito, sinto-me confortado nas críticas que venho fazendo há anos à cedência da social-democracia europeia ao ideário neoliberal por ver que, em livro recente, João Ferreira do Amaral não poupa nas palavras com que responsabiliza os socialistas europeus (incluindo o PS português) por terem construído este "mundo maastrichtiano": "a culpa de o tratado ter sido aprovado cabe por inteiro aos partidos socialistas europeus", porque "não estiveram à altura da situação e aprovaram sem reservas o Tratado de Maastricht" [como agora, digo eu, aprovaram o desgraçado *Tratado Orçamental*, que aperta ainda mais o colete de forças maastrichtiano]. "Este desvio para a direita por parte do socialismo europeu (...) – continua o Professor do ISEG – foi dos maiores erros que os socialistas poderiam ter cometido. O Tratado de Maastricht atacava o modelo social europeu e não dava margem para os partidos socialistas ou social-democratas prosseguirem políticas informadas pelos valores que tradicionalmente defendiam".[7]

Os arquitetos da 'Europa' sempre souberam que as *liberdades fundamentais* de que falo atrás, junto com as *regras comuns em matéria de concorrência*, implicavam o abatimento das soberanias nacionais.[8] A consciência disto mesmo torna hoje inequívoco que o desenho da CEE significou, deste ponto de vista, uma primeira vitória do liberalismo alemão sobre o intervencionismo francês, construído no pós-guerra (forte setor empresarial do estado, planificação pública da economia e sistema público de segurança social). O liberalismo consagrado no Tratado fundador de 1957 não era ainda o neoliberalismo (à moda de Hayek e de Friedman). Era uma espécie de *liberalismo do possível*. Mas o projeto 'Europa' "apresentou-se desde o primeiro dia como uma máquina para liberalizar".[9]

2. A partir do Tratado de Roma, o processo de integração europeia passou a decorrer sem a participação democrática dos cidadãos e dos povos da Europa nos processos de discussão e de decisão: a *Europa dos negócios* foi sendo construída em segredo (como convém aos negócios), "à porta fechada", "ignorando sempre a população".[10]

Por isso, o chamado *défice democrático* vem sendo denunciado como vício estrutural (uma espécie de 'pecado original') do processo de construção da 'Europa': "a história da construção europeia é, como sabemos, também a história

---

[7] Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos sair do euro*, cit., 99/100.

[8] Cf. F. DENORD, op. cit.

[9] Cf. B. CASSEN, "Ressurreição..., cit.

[10] Cf. J. HABERMAS, Um Ensaio..., cit., 66 e 167.

do seu défice democrático".[11] Construída, nos seus pontos essenciais, em função dos interesses do *Big Business*, contra os interesses dos povos europeus, esta 'Europa' é tudo menos um espaço solidário, tudo menos uma entidade que respeite a *vontade dos cidadãos*, a *dignidade dos povos* da Europa e a *igualdade* entre os estados-membros soberanos.[12]

A história desta *Europa do capital* mostra, com efeito, que ela assentou sempre numa atitude de *reserva mental* (escamoteando aos povos da Europa o verdadeiro significado da cada passo dado), numa política dos 'pequenos passos', numa *política do facto consumado* (há quem fale de *método Monnet*), na "mentira política institucionalizada, na hipocrisia, no ilusionismo e na abdicação generalizada da vontade".[13] Nunca (ou muito raramente) foi dada a palavra ao povo, com o argumento de que o povo não percebe o que está em causa e não tem capacidade para perspetivar o futuro, insinuando estes 'déspotas pseudo-esclarecidos', numa atitude profundamente anti-democrática e totalitária, que, se certas decisões (as mais importantes para a vida dos povos) ficassem dependentes da vontade popular, a História nunca avançaria.

Pura ilusão ou lamentável ignorância. Esquecem que o motor da História não são as façanhas 'iluminadas' de alguns 'eleitos'. O motor da História é a *luta de classes* (di-lo o *Manifesto Comunista*: "a história da humanidade até aos nossos dias é a história da luta de classes"). Esquecem que "quem construiu Tebas das sete portas" (socorro-me do famoso poema de Brecht) não foram os reis de que falam os livros, mas "aqueles que arrastaram os blocos de pedra". Esquecem que quem faz a História, citando agora Miguel Torga, é o povo "que nunca traiu, o que dá esperança, o das revoluções populares, o que trabalha dia e noite sem esmorecer, o que acaba por ter sempre a última palavra nos acontecimentos, o do arado e do remo, o que não cabe nas crónicas".

Conhecido o resultado do referendo sobre a chamada *Constituição Europeia*, o Presidente Jacques Chirac teve o bom senso de afirmar: "os cidadãos dizem não à Europa porque recusam a Europa como ela é".[14] O respeito pela vontade dos povos imporia que se arrepiasse caminho e se começasse a construir uma Europa diferente da que tinha sido construída até então. Em vez disso, os dirigentes europeus, defensores do "pensamento único euro-beato" (Jacques Généreux),

---

[11] Cf. A. LECHEVALIER/G. WASSERMAN, op. cit., 55.

[12] Para mais desenvolvimentos, ver o meu livro *A Constituição Europeia*…, cit.

[13] Cf. J. GÉNÉREUX, op. cit., 14.

[14] Ver *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), julho/2005.

continuaram afanosamente a sua 'cruzada', dando corpo a uma 'Europa' que os seus cidadãos não querem.

A aprovação do *Tratado de Lisboa* (dezembro de 2007) foi mais um passo a confirmar, escandalosamente, o *défice democrático* de todo o processo de construção europeia. A imposição deste tratado é a confissão solene de que os seus construtores querem impor "a Europa como ela é", ainda que contra a vontade dos povos europeus. Como todos os dirigentes europeus proclamaram, este novo Tratado só deixou de se chamar 'constituição', mantendo tudo o que era a essência da 'falecida' *Constituição Europeia*, tanto no que se refere à estrutura dos poderes políticos como no que tange às questões económicas, financeiras e sociais. Por isso o fizeram aprovar longe da 'populaça', no ambiente 'amigo' e 'confortável' dos parlamentos nacionais, fartinhos de saber que "os cidadãos (…) recusam a Europa como ela é", a Europa tal como constava daquela 'Constituição'.

Mas a crise atual na Europa (crise do euro, crise da 'Europa') veio tornar evidente que esta crise do capitalismo (e crise da Europa capitalista) é também uma *crise da democracia*. Autores vários convergem nesta análise. Tomemos Ulrich Beck.

Segundo este destacado sociólogo alemão, "os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam contra".

Os governos adotam um "socialismo de estado para os ricos e os bancos" e aplicam as receitas do "neoliberalismo para a classe média e os pobres".

"Os governos [o estado do capital financeiro, digo eu. AN] impõem "um sistema gerador de tanta desigualdade e injustiça, que imputa, escandalosamente, aos grupos mais fracos os custos resultantes de um sistema financeiro que ficou descontrolado". Mas "a Europa [os povos da Europa] e a sua juventude estão unidos na raiva por causa de uma política que salva bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiça o futuro das gerações jovens".

A situação atual na Europa – conclui Beck – carateriza-se pela "assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados [os estados que configuram a *ditadura do grande capital financeiro*. AN], um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam".[15]

O referido *défice democrático* vem-se agravando perigosamente desde o início da crise. A UE e as instituições comunitárias desapareceram de cena. Apesar da situação excecional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos,

[15] Cf. Ulrich BECK, op. cit., 20/21, 27 e 110.

ninguém deu conta de que existe uma instituição chamada Parlamento Europeu. A Comissão Europeia perdeu a autonomia e o poder de iniciativa. E é claro que nem os povos, nem os parlamentos nacionais são ouvidos quando se trata de decisões importantes.

O normal funcionamento dos órgãos colegiais da UE deu lugar ao que Habermas chama de "intergovernamentalismo dos chefes do euro-clube, que atuam nos bastidores".[16] Com efeito, os 'donos' da Europa resolvem tudo (ou não resolvem nada) à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa), no âmbito das *relações intergovernamentais*, sob a batuta da Alemanha. A igualdade entre os estados-membros, apesar de consagrada nos Tratados, é completamente ignorada, porque tudo é decidido em função dos interesses 'imperiais' e dos calendários eleitorais da Alemanha.

3. Com a vitória da *contra-revolução monetarista*, em meados da década de 1970, o vírus neoliberal foi sendo inoculado em doses fatais nos sucessivos tratados estruturantes da 'Europa', desde o Acto Único Europeu (1986) ao Tratado de Maastricht (1991), à 'endeusada' *Constituição Europeia* (assinada pelos Chefes de Estado e de Governo em outubro/2004, e morta depois, de "morte matada", pelos votos de franceses e holandeses), ao chamado *Tratado de Lisboa* (assinado em dezembro de 2007) e ao mais recente *Tratado Orçamental* (março de 2012).

Tudo isto foi possível porque os partidos socialistas europeus se tinham desfeito, anos antes, da concepção incómoda do estado enquanto *estado de classe*, resolvendo assumir as suas responsabilidades (*responsabilidades de estado...*) como "gestores leais do capitalismo" e instalando-se nesta nova postura, confortados pela sua 'fé' nas virtudes da "concorrência livre e não falseada" e da "economia social de mercado" (ou "economia de mercado regulada"), 'aliviados' pela 'crença' de que *não há alternativa* (Thatcher *dixit*) ao mercado e ao capitalismo.

Um momento marcante desta 'evolução' foi sem dúvida o Congresso do Partido Social Democrata Alemão (SPD), realizado em Bad Godesberg, em 1959, que aprovou o novo programa do partido, no qual não figura qualquer referência a nacionalizações e se proclama que a propriedade privada merece a proteção da sociedade, desde que não impeça a realização da *justiça social*.[17]

---

[16] Cf. op. cit., 136.

[17] Há quem – dentro do campo social-democrata – recue alguns anos, defendendo que "o SPD deixou de ter ambições genuinamente revolucionárias o mais tardar em 1914, se é que de facto alguma vez as teve" (T. JUDT, *PÓS-GUERRA*, cit., 316).

Para quem entenda que o socialismo não pode deixar de incluir, no seu núcleo essencial, a eliminação dos rendimentos não provenientes do trabalho (o que pressupõe a apropriação social dos principais meios de produção), esta opção dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus "apenas significa – como sublinhava, há anos, Teixeira Ribeiro [18] – que tais partidos desistiram de implantar um sistema económico socialista". Na verdade, como o mesmo professor enfatiza, "o socialismo de economia capitalista", "o socialismo dos partidos socialistas (também chamados, em vários países, partidos sociais-democratas e partidos trabalhistas) não se diferencia substancialmente do capitalismo dos partidos capitalistas, uma vez que uns e outros se propõem alcançar em economia capitalista os mesmos objetivos: desenvolvimento económico e justiça social.[19]

Nos anos 50 e 60 do século XX os socialistas e sociais-democratas europeus consideravam-se gravemente ofendidos e reagiam violentamente quando, à sua esquerda, comunistas e outros os acusavam de *gestores leais do capitalismo*. Em Portugal, já depois de promulgada a Constituição de 1976, era frequente ouvir-se que, para eles, a social-democracia não era um fim em si mesmo, mas apenas um meio para chegar ao socialismo.

Durante anos, mesmo depois da constituição de alguns partidos comunistas em países da Europa ocidental, os partidos da Internacional Socialista recusaram por várias vezes, nomeadamente na França e na Alemanha, participar em *governos da burguesia*.

Entretanto, os tempos mudaram, e, como bem sabia o nosso Camões, *mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*... Os socialistas cansaram-se de lutar, fora do aparelho do estado, pelos interesses dos trabalhadores e pela construção do socialismo. Seduzidos pelos encantos do poder, decidiram que era tempo de 'assumir as suas responsabilidades', de 'fazer política a sério', política 'ao mais alto nível'.

A preocupação fundamental dos partidos socialistas e sociais-democratas passou então a ser a de ganhar 'respeitabilidade'. E, talvez convencidos de que, nas condições da época, o respeito pelo *deus mercado* era uma condição de 'respeitabilidade' política para poderem 'fazer política a sério', proclamaram, com 'grande sentido de estado', a sua 'vocação governamental', a sua disponibilidade e a sua capacidade para 'assumir as suas responsabilidades' de assegurar a *gestão leal do capitalismo*, sem pôr em causa o próprio sistema. Para tanto, tiveram de assumir

[18] Cf. J. J. TEIXEIRA RIBEIRO, *Sobre o Socialismo*, cit., 57.

[19] Cf. últ. op. cit., 5.

também que são *defensores do capitalismo* na esfera da produção, avisando, porém, que *são socialistas* no que toca à distribuição do rendimento.

Os equívocos de há meio século desapareceram: a social-democracia europeia não quer mais do que *gerir lealmente o capitalismo*, no quadro da *economia social de mercado* (ou *economia de mercado regulada*). Hoje, a ofensa é classificá-los como *neoliberais*, epíteto que eles rejeitam, apesar de ser notória a sua submissão ao neoliberalismo 'codificado' no *consenso de Washington* (aceitando a 'morte' de Keynes e do *consenso keynesiano*) e de ser notória a inspiração neoliberal de muitas das políticas que praticam quando têm responsabilidades de governo.

A meu ver, a doutrina social-democrata representa, porém, uma equação teórica e política tão difícil de resolver como a da *quadratura do círculo*. Com efeito, sabemos, desde os fisiocratas, que as estruturas de distribuição do rendimento e da riqueza não podem considerar-se separadas das estruturas e das relações sociais da produção. Por outras palavras: a estrutura de classes da sociedade e as relações de produção que lhe são inerentes são os fatores determinantes da distribuição da riqueza e do rendimento. A lógica da distribuição não pode ser antagónica da lógica inerente às relações de produção capitalistas. Como é óbvio, não se pode defender o capitalismo na esfera da produção e o socialismo na esfera da distribuição.

Prosseguindo um processo iniciado em finais do século XIX, o movimento social-democrata abandonou também, em meados do século passado, a tese de que o estado é sempre, nas sociedades de classes, um *estado de classe*, deixando para trás não só Marx, mas os grandes clássicos do século XVIII. Basta recordar os fisiocratas, para quem o estado era o *estado dos proprietários*. E recordar Adam Smith: o estado foi instituído logo que surgiram (e porque surgiram) "propriedades valiosas e vastas"; foi "instituído com vista à segurança da propriedade", para garantir aquele "grau de autoridade e subordinação" sem o qual não é possível manter o *status quo*; foi instituído com vista "à defesa dos ricos em prejuízo dos pobres".

Como salienta um dos seus teóricos em Portugal, a "esquerda democrática" "mudou radicalmente de atitude face ao estado", ao longo do século XX: abandonou a "posição libertária de querer destruí-lo [ao estado capitalista], como dominação e fator de dominação burguesa" e proclamou uma mudança na "arquitetura institucional do estado", transformando-o em um "espaço de integração social e intervenção política para as organizações vinculadas ao movimento operário". No novo programa do socialismo reformista o estado (o *estado capitalista*, porque é dele que estamos a falar) passou a ser considerado como "comunidade política nacional", como "espaço de pertença de toda a coletividade", como "expressão

da comunidade política nacional", como "representação política de toda a sociedade".[20]

Segundo este modo de ver, o estado seria algo parecido com um clube onde todos os cidadãos poderiam entrar, se para isso tivessem os votos suficientes dos cidadãos-eleitores. Sem querer analisar aqui a questão do condicionamento das votações pela *ideologia dominante*, cuja produção é rigorosamente controlada pelo núcleo duro das classes dominantes[21], lembrarei apenas o que se passa na "grande democracia americana": há décadas que vêm sendo eleitos presidentes os candidatos que conseguem reunir mais fundos para a campanha eleitoral, sendo público que esses fundos provêm, em larguíssima medida, do *Big Business*.[22]

É óbvio que nenhum candidato ou nenhum partido que se apresente como representante dos interesses dos trabalhadores consegue entrar neste *estado-para-todos*, porque é o dinheiro que comanda e garante a eleição do Presidente e a

---

[20] As transcrições são de Augusto SANTOS SILVA, op. cit., 22, 32-34, 38.

[21] No entanto, como é sabido, foi a consciência disto mesmo que, a certa altura, levou a burguesia dominante a deixar de ver no *sufrágio universal* uma ameaça de *revolução permanente*, passando a considerá-lo um instrumento de integração, de anestesia e de prevenção da contestação revolucionária. Alguns, à direita, chegam a defender o *voto obrigatório* (o *voto pela arreata*).

[22] Os dados divulgados relativamente às eleições realizadas nos EUA em novembro de 2012 fazem destas eleições as mais caras da história: seis mil milhões de dólares, a maior parte provenientes de empresas e de "grupos de cidadãos" abrigados em Comités de Ação Política (*Super PAC's*). Agências especializadas estimam que 91 pessoas terão adiantado 60,5% destas verbas, sendo 25% delas de origem incerta. As eleições americanas são um negócio escuro, sem o mínimo de transparência. Cf. *Avante*, 8.11.2012.

As mesmas agências calculam que a contribuição destas *Super PAC's* aumentou 400% desde 2008, por efeito de uma decisão do Supremo Tribunal Federal dos EUA (janeiro de 2010) que veio impedir a limitação das verbas angariadas através deste expediente. Invocando a liberdade de expressão, o STF veio autorizar as empresas e os lobbistas a aumentar sem restrições as suas contribuições financeiras para apoiar as campanhas eleitorais dos 'seus' candidatos. Pois bem. Reagindo a esta "completa legitimação da corrupção ilimitada", um grupo de cidadãos pôs a circular uma petição solicitando aos dirigentes de todos os estados americanos que emendem a Constituição dos EUA, "a fim de declarar expressamente que as multinacionais não são o povo, que elas não têm os mesmos direitos que o povo e que o dinheiro não constitui uma forma de liberdade de expressão". E a verdade é que, mesmo num país como os EUA, em fevereiro de 2012, o texto já tinha obtido a aprovação de centenas de conselhos municipais (incluindo os de Los Angeles e Nova Iorque) e do Senado do Novo México (informação colhida em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., abril/2012).

Este 'negócio eleitoral' (o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorias) é o caldo de cultura onde nasce e se desenvolve a *grande corrupção*, que se vem confirmando como uma *doençasistémica* das sociedades capitalistas. A corrupção por esta via é potenciada nos países de regime presidencialista e naqueles cujos sistemas eleitorais assentam nos círculos que elegem um só deputado ou que permitem que, de entre os candidatos do mesmo partido, sejam eleitos os mais votados (porque, nestes casos, não são apenas os partidos que lutam uns contra os outros, são também os candidatos de cada partido a lutar uns contra os outros).

eleição dos Representantes e dos Senadores. E todos sabemos que não há almoços grátis… O direito a participar no estado transformou-se num 'bem' que tem de se 'comprar' no mercado, e este 'mercado', como todos os outros, é controlado pelo grande capital. A *soberania do consumidor* (a *soberania do cidadão!)* é pura fantasia, como em todos os mercados.[23]

Esta teoria do estado como "representação política de toda a sociedade", se não é a *negação da existência de classes sociais*, é, pelo menos, a defesa da *colaboração de classes* no seio de um estado que se assume como a "representação política de toda a sociedade", um estado capaz de arbitrar *acima das classes* e dos *interesses de classe*. Nela assenta o 'compromisso' da *concertação social* entre *parceiros sociais*, com o estado, *neutro*, *acima das classes* (substituídas pelos parceiros sociais) a arbitrar a concertação, em busca do bem comum (*a bem da nação*).

Na minha perspetiva, esta conceção da sociedade e do estado é uma das razões que facilitou o envenenamento da social-democracia europeia pelo neoliberalismo (cuja 'filosofia' alimentou todo o processo de construção europeia), tornando-a incapaz de fazer a crítica deste capitalismo da era da *globalização neoliberal*, sob a invocação de que *não há alternativa*, 'argumento' irracional, ofensivo da nossa inteligência e da nossa liberdade, que tem alimentado a *cultura do medo* difundida pelos grandes meios de comunicação e por todos os arautos da *inevitabilidade* das políticas absurdas e suicidas que conduziram à crise e estão a agravar a crise, da *inevitabilidade da globalização neoliberal*, da *inevitabilidade* do *fim do estado social*.

Não posso partilhar esta visão do estado, sobretudo um tempo, como aquele que vivemos, em que a atuação do *estado capitalista* como *estado de classe* se afirma, todos os dias, aos olhos de toda a gente que não fecha os olhos à realidade. A predominância do grande capital financeiro traduz-se no sacrifício não só dos direitos que os trabalhadores e as suas organizações foram conquistando ao longo de séculos de lutas, mas também dos interesses de grandes camadas da pequena e média burguesia ligada às atividades produtivas.

E não posso esquecer que o *estado capitalista* já foi *estado liberal* (negando, durante longo tempo, a liberdade de organização dos trabalhadores em sindicatos e o sufrágio universal, ou suspendendo-o quando lhe convinha), foi *estado fascista*,

---

[23] Esta questão é, aliás, tão antiga como as eleições nas sociedades capitalistas. Por volta de 1832, um candidato ao Parlamento britânico calculava ter de gastar, numa única eleição, entre dez mil e vinte mil libras (uma fortuna!). E numa publicação da época escrevia-se: "Não há no reino meia dúzia de localidades em que um homem honesto, de competência e de caráter reconhecidos possa esperar vencer outro que esteja preparado para despender uma fortuna para o conseguir" (informação colhida em MORTON/TATE, op. cit., 80/81).

foi *estado social*, do mesmo modo que agora é *estado regulador* ou *estado garantidor*, asfixiando e esvaziando o estado social, pondo em causa a democracia e a própria paz, na Europa e no mundo.

4. Em outro plano, não posso estar mais de acordo com Frédéric Lordon quando ele afirma que a construção europeia é uma "gigantesca operação de subtração política (...), de subtração de soberania popular", que "é tão somente o outro nome da própria democracia". Daí a crítica à "esquerda de direita", que fica sempre irritada quando ouve falar de *soberania*, por não entender que "a rejeição da soberania é mesmo a negação da democracia na Europa".[24] Esta negação das soberanias nacionais, como se se tratasse de um farrapo velho, é uma atitude tão fora do mundo como a patética proclamação de Dominique Strauss-Kahn (ex-ministro todo-poderoso de Miterrand e candidato falhado do PS às eleições presidenciais francesas): "Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus".[25]

É importante sublinhar, porém, que esta questão da importância das soberanias nacionais no quadro europeu foi diagnosticada na França, logo depois do referendo (29 de maio de 2005) que 'chumbou' a 'constituição europeia'. No dia 1 de junho de 2005, Hubert Védrine, ex-ministro socialista dos negócios estrangeiros e partidário do SIM, escreveu em *Le Monde*: "o que envenenou tudo foi a obstinação no sentido de se ridicularizar qualquer sentimento patriótico normal, de caricaturar quaisquer preocupações com o alargamento da União, mesmo legítimas e não xenófobas, de tornar suspeito qualquer desejo, perfeitamente normal, de as pessoas pretenderem conservar, no quadro da globalização, uma certa soberania sobre os seus destinos e a sua identidade, de varrer com desprezo qualquer crítica. Foi tudo isso, juntamente com a insegurança social, com a *insegurança identitária*, com o sentimento de desapossamento democrático", foi tudo isso que justificou o NÃO dos franceses.[26]

Pouco depois, escrevia Pierre Nora (também partidário do SIM):

> Estamos a pagar pela ridicularização sistemática de qualquer manifestação de *apego à nação*. De forma consciente ou não, passou-se o tempo a ridicularizar e a negligenciar um inconsciente coletivo muito forte, sacrificando-o às *miragens de uma construção europeia*, a *uma Europa com falta de definição e de limites*, mas que nem por isso deixava de ser posta no altar de um 'horizonte inultrapassável' e até de um 'sonho'".[27]

---

[24] Cf. F. LORDON, "Sair do euro..., cit., 12.

[25] Apud J.-P. CHEVÈNEMENT, op. cit., 54 e 183.

[26] *Le Monde*, 1.6.2005.

[27] *Le Monde*, 4.6.2005.

Os fanáticos construtores de uma *europa-fantasma-sem-cidadãos* têm de compreender que os povos, as nações e os estados não se abatem por decreto ou por decisões de puro voluntarismo político, com recurso ao velho método do 'rolo compressor'. E os povos sabem que os estados nacionais soberanos constituem a matriz da liberdade e da cidadania e são a única entidade política que, nas condições atuais, pode opor-se às forças do capital.

Mas os reis construtores desta *Tebas-Europa* julgam que podem 'construir' a 'Europa' não apenas *contra os cidadãos europeus*, mas também *sem cidadãos* (fazem-se depois, talvez *made in China*, que ficam mais baratos...). O *Tratado de Maastricht*, ao criar a União Europeia, veio redistribuir os poderes no seio da UE em claro prejuízo dos países mais pequenos e mais fracos. O *Tratado de Lisboa* acentuou escandalosamente o desequilíbrio de poderes entre os estados-membros da UE, apesar de continuar a proclamar, hipocritamente, a igualdade entre eles. O *Tratado Orçamental* (2012) veio reduzir os países mais débeis a um estatuto de tipo *colonial*, 'governados' por executivos eurocratas, deixando claro que todo o poder que conta está entregue à Alemanha.

Parece incontestável que a Europa é constituída por povos diferentes, todos ciosos da sua independência (que celebram, frequentemente, como feriado nacional mais importante, o dia de uma qualquer vitória sobre o país vizinho...), que respeitam e levam a sério a *soberania nacional* e que já se aperceberam de que essa história da *soberania partilhada* é uma patranha para enganar tolos. À luz desta realidade, tenho para mim que, sem estados nacionais soberanos e iguais, a 'Europa' nunca passará de um exótico cemitério de mortos-vivos (ou de vivos-mortos). É preciso, urgentemente, 'inventar' uma outra Europa, porque esta *Europa neoliberal* enredou-se numa teia que lhe tolhe os movimentos e a própria respiração, fazendo dela uma entidade petrificada, incapaz de evoluir e de caminhar ao encontro dos seus povos.

5. Já disse atrás que o *Tratado de Maastricht* marca um ponto de viragem no processo de integração europeia, acentuando a nota federalista. Analisarei aqui tão só os aspetos relacionados com a criação da União Económica e Monetária (UEM): a entrada em funções do Banco Central Europeu (BCE); a entrada em circulação do euro como moeda única de vários países da UE; a aprovação e entrada em vigor do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Partilho a opinião daqueles que entendem terem sido essencialmente razões de natureza política as que justificaram o 'salto' que levou à institucionalização da UEM. A França não esqueceu que Paris foi bombardeada três vezes pelas tropas

alemãs entre 1870 e 1940 (desta vez o país foi ocupado). Por isso, tentou, até ao fim, evitar a 'reunificação' da Alemanha. Mas Helmut Kohl ganhou o braço de ferro, 'ajudado' por Gorbatchev com a cumplicidade dos EUA. Regressada a *Grande Alemanha* (com a integração da RDA na RFA), renasceram os 'medos' da França, que tratou de amarrar mais a Alemanha ao barco comum europeu, aprofundando a sua inserção no tecido da Europa comunitária. A UEM surgiu, aos olhos da França, como o instrumento (político) que visava 'controlar' melhor a 'ameaça alemã', tentando evitar o regresso aos tempos do *Deutschland Über Alles*.

Talvez esta solução – que esqueceu os argumentos de ordem técnica que desaconselhavam a criação da *união monetária europeia* – tenha ajudado a resolver problemas de relação (e de desconfiança) política entre a França e a Alemanha. Mas ela veio reforçar o papel da Alemanha como potência hegemónica, que conseguiu impor aos países da zona euro as suas concepções em matéria de política monetária e financeira (os critérios nominais do PEC, o estatuto do *deutsche euro* e o estatuto de independência e as competências do BCE) e conseguiu que elas ficassem consagradas nos Tratados estruturantes da UE como *normas* ou *regras* (de ouro ou de metais menos nobres) de aplicação mecânica, 'matando' a cidadania, a política e a democracia, que implicam a *liberdade* para *tomar decisões* e a *responsabilidade* de *prestar contas* por elas.

Muitos reconhecem hoje que terá sido precipitada a decisão de criar a união monetária europeia sem que estivessem reunidos os requisitos mínimos de uma *zona monetária ótima*: países ou regiões com níveis idênticos de desenvolvimento e de produtividade; forte integração no interior da zona monetária, quer no que se refere às transações de bens e serviços quer no que toca à mobilidade da mão de obra; uma estrutura política que permita um certo grau de federalização da fiscalidade e um orçamento com capacidade redistributiva (as despesas federais representam, nos EUA, 60% da despesa pública global).[28]

---

[28] Em Portugal, o erro político foi denunciado, desde o início, pelo PCP e também por autores como Sérgio RIBEIRO (op. cit.*)* e eu próprio (ver, por exemplo, "Nota…, cit., "A institucionalização…, cit. e *A Constituição Europeia*…, cit.).

Também João Ferreira do Amaral foi sempre contrário à *moeda única*, embora aceitando as vantagens de uma *moeda comum* (uma espécie de *unidade de conta*), a par das *moedas nacionais* dos países da UE. Em livro recente, o autor, para além de mostrar que a UEM nunca satisfez os requisitos de uma zona monetária óptima (os definidos por Robert Mundell no famoso artigo na *American Economic Review*, 1961), acrescenta ainda uma outra razão. Considerando que a CEE/UE é "uma organização meramente artificial, quase sem identidade", constituída por "países que têm a sua identidade própria, organizados em estados com muitos séculos de História", defende que, "numa situação destas, os interesses das entidades-estados não podem ser preteridos face aos interesses do todo, porque os cidadãos nacionais não aceitam a subalternidade do seu estado em relação aos interesses dos restantes". Daí a sua conclusão: "nunca o espaço

Compreende-se que uma zona monetária – sobretudo se pretender, como é o caso da UEM, que a sua moeda se imponha mundialmente como moeda de referência – não pode suportar no seu seio défices públicos diferenciados e significativos. Por isso é que os países que a integram devem apresentar um nível muito aproximado de desenvolvimento económico e social, para que todos possam cumprir as *mesmas regras* de gestão financeira. Mas este requisito falta na UEM, desde o início. Todos sabiam, por isso, que *união monetária europeia* era um projeto de difícil sustentação, nomeadamente por integrar países com economias muito heterogéneas no que toca ao seu grau de desenvolvimento, aos níveis de remuneração e de vida, aos hábitos de consumo e à mobilidade, dentro do espaço europeu, dos seus trabalhadores e dos seus povos. Assim sendo, o bom senso recomendava que adotassem imediatamente políticas que ajudassem a ultrapassar as disfunções originárias se tal projeto. A primeira prioridade deveria ter sido a de trabalhar em conjunto, *solidariamente* e *em cooperação*, para atingir, no âmbito da UE e, em particular, no âmbito da zona euro, níveis uniformes de desenvolvimento económico e social.

Ora, é notório que as políticas adotadas até ao presente têm sido sempre em sentido contrário àquelas que este diagnóstico aconselhava. Dadas as condições históricas e os termos em que foi criada (nomeadamente o seu compromisso com os cânones mais fundamentalistas do neoliberalismo), a UEM veio destruir os sistemas de defesa dos países mais débeis da Eurozona em situações de crise (nomeadamente, a possibilidade de se financiarem através da *emissão de moeda*, de recorrerem à desvalorização da moeda para ocorrer a dificuldades conjunturais das suas balanças de pagamentos, de manejarem soberanamente as taxas de juro, de adotarem políticas inflacionistas, de regularem os movimentos de capitais).

Como é sabido, a consolidação do *mercado interno*, a construção da UEM e a densificação da União Europeia têm-se traduzido, para os estados-membros, na perda de soberania (em *europês*, fala-se de *soberania partilhada*) em vários domínios (política monetária e cambial, política financeira, agricultura e pescas, política de concorrência, etc.). E esta perda tem sido agravada pela alienação do *setor empresarial do estado*, que priva os estados nacionais de receitas não provenientes de impostos e de qualquer possibilidade de atuação direta na economia enquanto empresários com presença relevante em setores estratégicos, com fortes efeitos de irradiação em outras áreas da economia.

---

europeu poderá constituir uma zona monetária ótima". Cf. J. F. AMARAL, *Porque devemos sairdo euro*, cit., 71. Os adeptos do estado federal europeu não deviam esquecer estas reflexões.

Se o apoio de um Prémio Nobel ajuda, posso invocar Paul KRUGMAN ("Quando…, cit.),que considera a UEM uma *fantasia* e acusa as autoridades europeias de incapacidade para lidar com os problemas decorrentes da crise atual, incapacidade que traduz "falta de coragem para enfrentar o fracasso de uma fantasia".

Importa ter presente, porém, que, apesar das perdas de soberania atrás referidas, a UE não é um estado federal (embora goze, agora, de personalidade jurídica): o Parlamento Europeu não é a sede do poder político da União, e mesmo depois do Tratado de Lisboa, continua a ser um *nada político*; a Comissão Europeia não é um governo federal; um orçamento que mobiliza cerca de 1% do PIB comunitário está longe de um orçamento federal digno desse nome.

Isto significa que as competências perdidas pelos estados-membros *não são transferidas* para as instituições da União: nenhuma das instituições comunitárias tem a competência para (ou a responsabilidade de) definir políticas anti-cíclicas, nem existem no orçamento da UE os recursos necessários para as financiar. E como as instituições da União *não são órgãos de soberania* não dispõem da chamada *competência das competências*, i.é, não podem atribuir a si próprias novas competências.

Durante a preparação da UEM, chegou a ser proposto um esquema baseado na transferência de verbas do orçamento comunitário para ajudar (sobretudo) os pequenos países afetados por choques externos (v.g. uma baixa significativa das exportações) a desencadear políticas destinadas a ultrapassar a crise. Esta solução não foi adotada, tendo-se sacrificado a economia real e a solidariedade comunitária aos equilíbrios financeiros.

Nestes termos, amputada a sua soberania monetária e cambial e fortemente limitada a sua autonomia em matéria de política orçamental, os pequenos países do euro ficaram confinados à intervenção em matéria de salários e de emprego para enfrentar os choques externos (a chamada *desvalorização interna*, para substituir a *desvalorização da moeda*). É a política exigida para salvaguardar as taxas de lucro (combustível do processo de acumulação do capital) e para garantir ao capital financeiro a apropriação dos ganhos de produtividade.

É a política dos estados-membros da UE (imposta ou estimulada pelas instâncias comunitárias e pelas *troikas*), centrada, justamente, na redução dos custos unitários da força de trabalho, no aumento do horário de trabalho, na redução dos salários reais, na diminuição dos descontos patronais para a segurança social e na redução dos direitos sociais dos trabalhadores, i.é, no reforço da exploração dos trabalhadores. O estado capitalista, apesar das máscaras a que recorre para esconder a sua natureza, não consegue, hoje, disfarçar a sua natureza de *estado de classe*, de *ditadura do grande capital financeiro*.

A presente crise veio confirmar o que já se sabia: em caso de crise grave, a UE não tem meios para se defender, não tem órgãos com competência política e com meios financeiros para definir *políticas comunitárias* que possam ser mobilizadas

para ajudar os países mais fracos a ultrapassá-la. Por outro lado, falta a esta 'Europa' a cultura da *solidariedade*, sem a qual não se pode falar de um espaço político integrado.

E a chamada (inventada) *crise das dívidas soberanas* veio acelerar as consequências decorrentes da filosofia inspiradora da UEM. No quadro da crise, as medidas adotadas para a enfrentar têm obedecido à matriz ideológica neoliberal da UE e da UEM, indo todas no sentido de acrescentar mais neoliberalismo ao neoliberalismo, mais crise à crise, mais recessão à recessão, mais desemprego ao desemprego, mais défice ao défice, mais dívida à dívida. Para quem entende que soluções deste tipo não resolvem problema nenhum e afundarão a Europa num círculo vicioso (recessão, mais desemprego, mais défice, mais dívida, mais recessão, mais desemprego, mais pobreza, mais desigualdade), num regresso ao 'inferno perdido' dos tempos da revolução industrial, só resta concluir que a Europa precisa de curar-se da dependência das 'drogas' do receituário neoliberal e de libertar-se da tirania do *deutsche euro*, o que exige uma reforma substancial das traves-mestras da Europa neoliberal, a começar pelas que decorrem do *Tratado de Maastricht*.

A permanência e a evolução da crise vieram revelar a verdadeira face da *Europa neoliberal* (a *Europa do capital*): um grande mercado interno, com uma economia incapaz de crescer, um espaço sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, um espaço em que alguns estados se assumiram como 'donos da bola' e têm imposto as 'regras do jogo', humilhando os trabalhadores europeus e tratando com laivos de superioridade rácica os 'povos do sul' e os seus estados soberanos.

Na cimeira de 7 de 8 de maio de 2010 a Alemanha persistiu em considerar a situação da Grécia como um caso isolado, explicável pela irresponsabilidade, pela preguiça e por outros vícios do povo grego, que se habituou a viver bem sem trabalhar. Perante as notícias, Jürgen Habermas comentou: "A prioridade das preocupações nacionais [alemãs] nunca se manifestou com tanta clareza como na resistência robusta de uma Chanceler que, antes da sua derrota desastrosa no dia 8 de maio de 2010, bloqueou durante semanas a ajuda europeia à Grécia e o mecanismo de emergência para salvar o euro". E 'acusou' Merkel de não ser capaz de ultrapassar "a consideração oportunista dos joguinhos da política interna", cedendo ao "medo das armas de destruição maciça da imprensa tabloide" (esquecendo "a força destrutiva das armas de destruição maciça dos mercados financeiros") e "bloqueando uma ação conjunta da União que teria apoiado atempadamente a Grécia contra a especulação que visava a bancarrota do

estado". Lendo esta situação como "o fracasso de uma visão que marcou durante meio século a história do pós-guerra na Europa", Habermas confessa: "apercebi-me, pela primeira vez, da possibilidade real de um fracasso do projeto europeu".[29]

Mas esta crise, a sua permanência e a sua evolução, abriu também, como é notório, uma crise da 'Europa', da "Europa como ela é" (Jacques Chirac), uma crise deste 'monumento' ao neoliberalismo fundamentalista em que os cidadãos e os povos da Europa não se revêem.

6. Embora a UE não seja um *estado federal*, o BCE foi concebido como uma *instância supranacional*, um verdadeiro *banco central federal*. Os bancos centrais nacionais dos países do euro (meras *repartições periféricas* do BCE) têm um protagonismo inferior ao dos bancos centrais dos estados federados da União americana, sendo obrigados a cumprir as deliberações e orientações do BCE.

Os estados da zona euro perderam a capacidade de se financiar através da emissão de moeda. Ao menos para os estados mais fracos, é, verdadeiramente, a *privatização do estado*, colocando os estados nacionais na mesma situação de qualquer particular: quando precisam de dinheiro, vão aos "mercados" e estes é que decidem se concedem crédito ou não (e em que condições), decidindo, em último termo, o que convém ou não convém ao país, apesar de não terem nenhum mandato democrático para o exercício dessa função de gestores da *res publica*.

O BCE reivindica para si próprio "um núcleo central de soberania."[30] Seja ou não 'soberano' o BCE, a verdade é que o facto de não existir um *estado europeu* com o qual o BCE seja obrigado a concertar a sua atuação reforça consideravelmente a 'independência' deste *banco central*, que é o banco central mais fiel aos cânones monetaristas radicais, o banco central mais 'independente' que se conhece, desde a 'revelação' do dogma neoliberal da *independência dos bancos centrais*.

A sua *independência* traduz-se no facto de ele estar impedido de solicitar ou de receber instruções das instituições comunitárias ou dos governos dos estados-membros. Segundo o entendimento a que se chegou no Conselho de Helsínquia (dezembro/1999), as relações do BCE com outras instâncias (comunitárias ou nacionais) competentes no domínio das atribuições do Banco mantêm-se ao nível de um *diálogo não vinculativo*, do qual não pode decorrer qualquer compromisso do BCE no sentido de vir a coordenar as suas decisões de política monetária com as decisões de qualquer outra instituição sobre as demais áreas da política económica e social.

---

[29] Cf. J. HABERMAS, op. cit., 135-140 e 153/154.

[30] É o que se afirma no *Boletim Mensal do BCE* (outubro/2000, 55): "o Eurosistema foi dotado de um núcleo central de soberania".

O objetivo primordial do BCE, responsável pela *política monetária única* dos países que adotaram o euro como moeda, é, segundo os seus Estatutos, o da *estabilidade dos preços*, a ele devendo ser sacrificados todos os outros objetivos de política económica, nomeadamente o crescimento económico, a luta contra o desemprego e a promoção do pleno emprego, a redistribuição do rendimento, o desenvolvimento regional equilibrado. É, pois, um banco central que não foi dotado dos meios que lhe permitam atuar no combate às crises cíclicas.

Muito diferente é a situação nos EUA (como no Japão, no RU, na China e em outros países), onde o banco central (FED) é uma *agência governamental* entre outras, *independente within the Government*, obrigado a trabalhar no sentido de adequar a sua ação não só ao objetivo da estabilidade dos preços como aos objetivos do crescimento económico e da promoção do emprego, cuja definição e concretização cabe aos órgãos do poder político.

Acresce que os países referidos no parágrafo anterior (e muitos outros) podem financiar as políticas públicas recorrendo à via monetária (i.é, à emissão de moeda). Ao invés, a UE e os estados-membros estão impedidos de beneficiar de qualquer tipo de crédito concedido pelo BCE, ao qual é igualmente vedado comprar diretamente (no mercado primário) títulos de dívida emitidos pela União ou pelos estados-membros, bem como garantir, por qualquer meio, obrigações ou dívidas da União ou dos estados-membros.

Naqueles países, quando, movidos por estratégias especulativas, por pânico ou por outras razões, os 'investidores' decidem vender em larga escala títulos de dívida pública de que são titulares, o respetivo banco central, no cumprimento das suas funções, intervém no mercado a comprar esses títulos, para evitar o aumento das taxas de juro. Ao invés, segundo os seus Estatutos, o BCE não tem nada que ver com estes problemas e, em bom rigor, só poderia comprar títulos de dívida pública no mercado secundário se tal intervenção fosse justificada pela necessidade de salvaguardar a estabilidade dos preços. Os estados-membros da zona euro (nomeadamente os mais débeis) ficam sozinhos a enfrentar os ataques dos especuladores (a "sida da economia mundial", como lhes chamou Jacques Chirac em 1995), dos "mercados", dos grandes bancos internacionais e das instituições financeiras por eles geridas (fundos de investimento, fundos de pensões, etc.).

A esta luz, percebemos o que à primeira vista parece injustificável. Em julho de 2008, já com a crise na rua, o BCE fez de contas que não via nada ou que nada tinha que ver com a crise, porque o seu 'negócio' é outro. Receoso de um imaginário perigo inflacionista, decidiu aumentar a taxa de juro de referência para 4,25%.

A dimensão da crise forçou o BCE a comprar, no mercado secundário, 16,5 mil milhões de euros de títulos de dívida soberana e de dívida privada (20 de maio de 2010). Só que este acrisolado 'patriotismo europeu' foi estimulado não por influência da UE ou de estados-membros da União, mas por sugestão de cerca de meia centena de instituições bancárias que, no início desse mês de maio, tinham escrito ao Conselho de Governadores do BCE (com conhecimento de alguns governos de estados-membros da UE), pedindo que o Banco comprasse títulos de dívida dos estados em dificuldade, porque o mercado interbancário não estava a desempenhar este papel (os bancos desconfiavam e continuam a desconfiar uns dos outros). Como os bancos constituem uma família muito unida (como se viu na 'história' da supervisão do Banco de Portugal relativamente ao BPN), o *independente* BCE acedeu a fazer um 'jeitinho', intervindo no mercado secundário, ainda que 'contornando' os seus intocáveis estatutos. O que as instâncias políticas nacionais e as instituições da União não conseguem (porque os estatutos do BCE não o permitem!) é conseguido por intervenção dos bancos privados. São "os mercados" que mandam nesta 'Europa', não os cidadãos, os estados nacionais ou as instâncias comunitárias.

Começou assim o processo de transferência de alguns ativos que poderiam cheirar a *lixo tóxico* da banca privada para a esfera pública. E este tem sido o papel do BCE, verdadeiro 'pai' protetor da banca privada, para a qual tem transferido milhões e milhões de euros a taxas de juro próximas de zero, verdadeiras doações que oferecem aos bancos a liquidez necessária para continuarem a praticar o seu 'jogo' preferido, a especulação, agora com a dívida soberana dos 'países do sul', aos quais emprestam dinheiro a taxas de juro que já ultrapassaram os 20%.

A crise continuou a arrastar-se, com graves prejuízos para os povos da Europa. Mas a verdade é que o BCE só veio a público dizer que tudo faria para salvar o euro quando o incêndio que deixou lavrar durante demasiado tempo chegou às barbas da Itália e da França (setembro de 2012). Metendo os Estatutos na gaveta, o BCE assumiu então a posição de prestamista de última instância no âmbito do *Eurosistema*, anunciando a sua disponibilidade para comprar títulos de dívida pública no mercado secundário, sem limites, se tal for necessário pôr cobro a movimentos especulativos contra o euro. Avisou, no entanto, que só podem beneficiar desta sua atuação os países com acesso direto ao mercado financeiro (o que não é, de momento, o caso de Portugal) e deixou claro que este 'benefício' só será concedido após a aceitação de determinadas condições (= *programas de austeridade*) definidos pelo próprio BCE.

A verdade é que esta atitude foi o bastante para que "os mercados" moderassem as suas exigências em matéria de taxas de juro. E foi este clima que permitiu ao governo português encenar o 'número' do regresso aos mercados (janeiro de 2013), embora a taxa de juro exigida pelos "mercados", para um empréstimos a 5 anos, tenha ficado em 4,89%, uma taxa superior á que pagamos à *troika* (agora, segundo o governo, cerca de 3,8%), superior à que pagávamos pelos empréstimos que então se amortizaram, uma taxa que é incomportável para uma economia que não cresce, praticamente, desde a entrada do euro em circulação e que, por este caminho, não se sabe quando retomará o crescimento sustentado e a que taxas.

Amparado nos Estatutos (que constam dos Tratados!), o BCE tem usado a sua 'soberania' para atuar como instrumento da *financeirização* da Europa e guardião dos interesses do capital financeiro especulador, financiando, com dinheiros públicos, a atividade especulativa dos bancos privados, salvos da falência graças às operações de salvamento levadas a cabo pelos estados nacionais, que, para o efeito, 'confiscaram' os direitos e os rendimentos dos seus cidadãos (imolados no altar das *políticas de austeridade*, impostas pelo BCE, vestindo a própria farda ou inserido no exército da *troika*) e foram obrigados a endividar-se junto dos "mercados", os mesmos bancos especuladores cujas 'dívidas de jogo' foram pagas com o dinheiro dos contribuintes.

Há quem defenda que "a Europa poderá ter que deixar cair o euro para se salvar a si própria".[31] Mesmo que assim não seja, eu creio que quem quiser salvar o euro (e a 'Europa' que o criou) tem de entender que é imperioso rever, de alto a baixo, este *estatuto esquizofrénico* do BCE. O BCE tem de abandonar o esplêndido isolamento da sua *independência* anti-democrática e deve assumir-se como um *verdadeiro banco central*, com capacidade para emitir moeda destinada a financiar diretamente os investimentos da União e dos estados-membros, para adequar a taxa de câmbio do euro às necessidades conjunturais, para adquirir títulos de dívida pública no mercado primário e para ajudar os países da UE a promover uma estratégia de desenvolvimento sustentado e a prosseguir políticas públicas de combate às crises.

Não é tolerável este domínio do capital financeiro sobre a política e sobre a economia. Mesmo aqueles que, na senda de Keynes, apenas pretendem salvar o capitalismo, em moldes que permitam a sua coexistência com as regras do jogo democrático, têm de levar a sério as propostas keynesianas no sentido da defesa

[31] É o caso de Joseph Stiglitz, *Expresso*, 9.3.2013.

da necessidade de uma certa *coordenação pelo estado da poupança da comunidade e dos fluxos do investimento por ela alimentados*. Por estas razões defendeu Keynes a necessidade de "uma ampla expansão das funções tradicionais do estado", a necessidade de "uma acção inteligentemente coordenada" para assegurar a utilização mais correta da poupança nacional, a necessidade da "existência de órgãos centrais de direção", a necessidade de "medidas indispensáveis de socialização" e de *uma certa socialização do investimento* ("a somewhat comprehensive socialization of investment").

Perante o beco sem saída cada vez mais evidente a que conduzem as estruturas neoliberais da própria UE e as políticas neoliberais em curso, sinto-me confortado por ver que um número crescente de autores se vem pronunciando no sentido de que a saída da crise generalizada do capitalismo exige medidas de fundo, que passam pelo abandono do princípio da liberdade de circulação do capital, pela destruição dos paraísos fiscais, pela nacionalização do setor bancário e segurador, pelo fim da independência absoluta dos bancos centrais, pela revogação do princípio da banca universal (regulação estrita da atividade financeira), pelo reforço da progressividade do sistema fiscal, pela tributação das transações financeiras, pelo combate à fraude e à evasão fiscais, pela "eutanásia dos rendistas" (como pretendia Keynes), pelo reforço do estado social, pela melhoria dos rendimentos do trabalho, pela defesa dos direitos dos trabalhadores.

Para tanto, é necessário que as instâncias políticas democraticamente legitimadas não sejam substituídas pelos "mercados"; é necessário impedir que o mercado substitua a política; é necessário libertar a política dos dogmas neoliberais, que tudo subordinam ao mercado. Tal como os estados nacionais, a União Europeia não pode ser dominada pelos bancos. Tem que ser ela a dominar os bancos, a começar pelo BCE. "Os estados não podem permitir-se perder o combate que os opõe aos mercados financeiros: a sobrevivência de um sistema mais ou menos civilizado depende disso".[32]

7. O euro foi uma das 'maravilhas' que veio no pacote da UEM. Hoje sabemos que ele arrastou consigo alguns 'danos colaterais', em especial o BCE (com a sua independência e as suas competências de inspiração monetarista) e o PEC ("estúpido" e "medieval", na catalogação do então Presidente da Comissão Europeia Romano Prodi, ou "Pacto de Estabilidade e Estagnação", na

[32] Cf. James GALBRAITH, op. cit.

designação de J. Ferreira do Amaral). Tudo isto e, mais recentemente, o chamado *Pacto Orçamental*, com a sua *regra de ouro* e outras 'regras' igualmente perigosas, embora de metais menos nobres) só pode entender-se no quadro de uma estratégia destinada a consolidar o controlo do *capital financeiro* (os chamados "mercados") sobre a economia real e sobre as políticas económicas da UE e dos seus estados-membros (política monetária, política cambial, política orçamental).

Impostas pela Alemanha a sua estrutura e as suas regras, só a Alemanha tem ganho com este *deutsche-euro*. Uma vitória que pode vir a tornar-se uma vitória de Pirro. Porque a verdade é que, com a chegada do euro, a economia europeia entrou num período de *crescimento rastejante*, com quebra do PIB em alguns países, durante uma parte dos anos posteriores a 2000. Entre 2008 e 2011, doze países da UE (entre os quais o RU, a Itália e a Espanha) registaram um crescimento negativo. Mesmo a economia alemã não foi além de um crescimento do PIB de 0,7% em 2012, sendo quase certo que a França não escapará à recessão (a França não cumpriu as metas acordadas para o défice das contas públicas em 2012 e já anunciou que não irá cumpri-las também em 2013). No final de 2012 a eurozona, no seu conjunto, estava em recessão técnica, com uma taxa de crescimento negativa (- 0,1%) nos últimos três trimestres.

As novas 'regras do jogo' que vieram com o euro favoreceram as posições e reforçaram as vantagens dos países mais fortes da Eurozona (em especial a Alemanha), impedindo ao mesmo tempo o crescimento económico e o desenvolvimento social dos países mais débeis, entre os quais Portugal.

Manda a verdade que se diga não serem surpresa, para alguns, as consequências negativas da adesão ao euro por parte de países como Portugal.

Logo em 1997, durante o período de discussão do projeto de criação da UEM (BCE e euro-moeda-única), Sérgio Ribeiro fazia o seguinte diagnóstico: "Num contexto mundial diferente em que o modo de produção capitalista ocupa o espaço planetário, o capital financeiro prevalece sobre o capital aplicado produtivamente e, ao mesmo tempo, a predominância do multinacionalismo privado passa à transnacionalidade, através da substituição de estratégias plurinacionais adaptadas aos países de implantação por uma estratégia transnacional, desprezando soberanias nacionais e impondo políticas. A moeda única 'europeia' é peça decisiva dessa estratégia transnacional privada. Mas só o poderá ver claramente quem tiver uma perspetiva de classe. Porque há classes…". E, referindo-se às eventuais vantagens atribuídas ao euro-moeda-única, concluía, premonitoriamente: "o que se afirma, hoje, que será 'resolvido' pelo euro e adjacentes, amanhã se comprovará

que foi agravado. Será o momento oportuno para uma nova ilusão e para procurar calar quem quiser lembrar o que, hoje, foi de(a)nunciado".[33]

Nesse mesmo ano de 1997, Carlos Carvalhas, então Secretário-Geral do PCP, fez esta previsão, ao intervir na Assembleia da República no quadro de uma interpelação deste partido sobre a moeda única, durante a qual anunciou a sua posição contrária à adesão de Portugal ao euro: "A moeda única é um projeto ao serviço de um diretório de grandes potências e de consolidação do poder das grandes transnacionais [...], por uma nova divisão internacional do trabalho e pela partilha dos mercados mundiais. A moeda única é um projeto político que conduzirá a choques e a pressões a favor da construção de uma Europa federal, ao congelamento dos salários, à liquidação dos direitos, ao desmantelamento da segurança social e à desresponsabilização crescente das funções sociais do estado".

Em maio de 1998, os deputados do PCP ao Parlamento Europeu justificaram o voto contra aquele projeto alegando que ele serviria para "impor estratégias que concentram riqueza, agravam desemprego, agudizam assimetrias e desigualdades, criam maior e nova pobreza e exclusão social, diminuem a soberania nacional e aumentam défices democráticos", arrastando consigo, ao mesmo tempo, uma "evidente polarização do poder na instituição [o BCE] que condicionará todas as políticas dos estados-membros".[34]

8. A presente crise da Europa da moeda única veio confirmar que as 'vantagens' do euro não passavam de miragem (ou de propaganda enganosa). A começar pela vantagem das vantagens: a de livrar os países da eurozona de ataques especulativos contra a moeda única. Esta vantagem era, afinal, inconsistente, como Sérgio Ribeiro antecipara em 1997.[35]

---

[33] Cf. op. cit.

[34] Muito diferente foi a declaração dos deputados do PS ao Parlamento Europeu, justificando o seu voto favorável à criação da UEM e à adesão de Portugal à eurozona. O voto refere o "orgulho" de participar "neste momento, verdadeiramente crucial da história da Europa, que assim dá sinais de não querer envelhecer e declinar". A desgraça é que a Europa do euro *envelheceu* muito desde então e continua a *declinar*, envenenada pelas drogas neoliberais de que não consegue libertar-se e que estão a conduzi-la à ruína.

Quanto a Portugal, os deputados do PS anunciavam um futuro risonho (um futuro rosa): "Portugal desmentiu (...) todas as teorias académicas e ideias adquiridas: o crescimento económico do país acelerou, o nível de vida dos portugueses melhorou e a capacidade de exportar aumentou". Tudo previsões que a realidade não confirma. E os portugueses estão hoje a pagar a conta, acusados de viver acima das suas posses...

[35] Cf. op. cit.

Repito o que digo atrás: a crise (uma crise anunciada) evidenciou uma grave deficiência da 'Europa do euro' para a qual venho chamando a atenção há anos: em caso de crise grave, a 'Europa' não tem qualquer resposta para ajudar os países mais débeis.

No quadro da UEM, o euro é uma *moeda sem estado*. É a moeda de um espaço que não tem um parlamento nem um governo dotados de legitimidade e de competência para definir políticas e dotados de meios para as executar, um espaço que não tem uma política económica integrada nem um orçamento suficientemente forte para ter efeitos redistributivos, nem tem uma política fiscal minimamente harmonizada, nem assume uma dívida comunitária (uma 'dívida federal').

Na altura da adesão ao euro, vários países adotaram a moeda única com paridades que sobrevalorizaram muito as moedas nacionais substituídas pelo euro. Estes países (entre os quais Portugal) passaram a exportar em moeda forte, o que tornou mais caros os seus produtos nos mercados externos.[36] Acresce que o desejo, por parte dos grandes países da Eurozona, de fazer do euro uma moeda forte, capaz de se afirmar como moeda de reserva alternativa ao dólar, conduziu a uma valorização ainda maior da moeda única. Nestes quase treze anos de existência, calcula-se que rondará os 34,5% a valorização do euro em relação ao dólar.[37]

Esta valorização poderá ter sido benéfica para os países mais fortes, que exportam (sem grande concorrência) bens de produção essenciais ao desenvolvimento da atividade produtiva de outros países e bens e serviços de tecnologia avançada e de elevado valor acrescentado. Mas afetou muito negativamente a capacidade de crescimento dos países mais débeis. Para países como Portugal, que exportam essencialmente produtos de baixa tecnologia e de fraco valor acrescentado, a valorização do euro significou, só por si, um aumento de 34,5% do preço dos produtos portugueses.[38] O *desafio do euro* a que se referiam os defensores da nossa entrada para o 'pelotão da frente' veio a traduzir-se, como hoje é claro, em resultados contrários aos que os 'bravos do pelotão' esperavam. "A adesão ao euro teve consequências contrárias àquelas que estiveram por detrás

---

[36] Por alturas da adesão ao euro (31.12.1999, a Espanha desvalorizou a peseta em 30%; o Governo português, sempre fanfarrão, ficou-se pelos 12% (um euro = 200,482 escudos).

[37] No momento do seu lançamento o euro cotou-se a 0,95 dólares, tendo atingido em julho de 2008 a cotação mais elevada: 1,58 dólares. Cf. C. LAPAVITSAS e outros, *Eurozone Crisis*…, cit., 36.

[38] E. STOCKHAMMER (op. cit., 17) chama a atenção para o facto de, desde a introdução do euro, se ter registado uma acentuada divergência das taxas de câmbio reais para os países da Eurozona. Relativamente a países como Portugal, Espanha, Irlanda e Grécia, o autor calcula que a Alemanha tenha beneficiado, desde 1999, de uma desvalorização, em termos reais, de 20%.

da nossa adesão à Europa. Com o euro e, mais ainda, com a crise do euro e, mais ainda, com as medidas para combater a crise do euro, aquilo que temos já é o sequestro da democracia e a condenação à pobreza durante gerações".[39]

Tomando o período entre 2001 e 2009, a economia portuguesa quase não cresceu (em média, 0,5/0,6% ao ano, muito pouco, se compararmos com a taxa de 5% registada na década 1971-1980 ou com a taxa de 4% no período entre 1986 e 2000); o investimento público diminuiu 3% ao ano, tendo diminuído também a despesa pública agregada; o défice público quase triplicou; o endividamento do estado, das empresas e das famílias aumentou; a produção industrial diminuiu (-1,8% ao ano); o défice da balança de pagamentos correntes aumentou (17 mil milhões de euros em 2009); a taxa de desemprego quase duplicou; o poder de compra da população diminuiu (cerca de 0,3% ao ano entre 2005 e 2009); a parte do rendimento do trabalho no rendimento nacional diminuiu acentuadamente. Pela primeira vez há muitos anos, o PIB baixou ininterruptamente em 2010, 2011 e 2012 (3,2% neste último ano), e vai continuar a diminuir em 2013, não se sabe até quando. O reino do euro não tem sido nada bom para Portugal.[40]

As *políticas de austeridade regeneradora* que têm sido impostas, desde 2008/2009, a pretexto de pôr cobro à *crise do euro* (disfarçada de *crise das dívidas soberanas dos países do sul*) têm agravado a situação criada pelo euro. O governo previu que, entre janeiro de 2011 e dezembro de 2013, a austeridade atingisse 20 mil milhões de euros, metade através de cortes na despesa pública e metade pela via do aumento das receitas fiscais, para que, durante a aplicação do programa da *troika*, se anulasse o défice das contas públicas e se passasse para uma situação de excedente. Os dados disponíveis apontam para uma redução da despesa pública de 6,2 mil milhões de euros e uma redução da receita fiscal de 200 milhões de euros (apesar do "brutal aumento dos impostos": novos impostos, taxas mais elevadas, sobretaxas adicionais).

Como era de esperar, as receitas fiscais não aumentaram, apesar das medidas extraordinárias tomadas, como a transferência para o estado do fundo de pensões da banca, um novo e pesado encargo para a Segurança Social, que, entretanto, não recebeu o dinheiro daqueles fundos, desde sempre insuficientes para satisfazer os encargos respetivos.

O corte dos salários e das pensões dos trabalhadores do estado provocou, diretamente, a quebra das receitas do IRS e, indiretamente, a diminuição do

[39] Cf. J. C. ROSAS, op.cit.

[40] Ver P. CARVALHO, "O Pacto…, cit., 161-169.

rendimento disponível das famílias, a baixa do consumo privado, e, portanto, a redução da receita do IVA (apesar do aumento brutal da respetiva taxa). Efeitos idênticos resultaram do aumento dos impostos. Por outro lado, a diminuição da procura interna provocou a baixa do PIB, com a consequente quebra do investimento, a falência de muitas empresas, o aumento do desemprego, o aumento das despesas sociais e a diminuição da receita dos descontos para a Segurança e para a CGA.

Foi um sacrifício enorme imposto a quem trabalha (os que sofreram os cortes na despesa pública e pagaram os impostos), para obter um resultado muito aquém do proclamado. A verdade é que, no triénio 2011/2013, consegue-se reduzir o défice das contas públicas de cerca de 9% do PIB para 5,9% do PIB, mas à custa do aumento da dívida pública de 35% (cada euro da austeridade provocou um aumento de 8,5 euros na dívida pública) e da diminuição do PIB de 4,3% (1,2 euros a menos no PIB por cada euro da austeridade). Melhorou um pouco a situação da balança de pagamentos correntes, graças ao aumento das exportações (mas o turismo beneficiou de circunstâncias ocorridas em mercados concorrentes particularmente favoráveis para nós) e à diminuição das importações (que significa, em boa verdade, desinvestimento, que iremos pagar caro…). Como pano de fundo, pagámos o preço da diminuição contínua do número de postos de trabalho (é cada vez mais reduzido o número de portugueses em atividade), do aumento significativo do desemprego (e do número de desempregados que não recebem qualquer apoio do estado) e da emigração forçada de centenas de milhares de portugueses (sobretudo jovens habilitados com cursos superiores), da redução dos salários (e consequente aumento do número dos *pobres quetrabalham*) e das pensões, do empobrecimento de milhões de portugueses (apenas compensados pela alegria de verem aumentar, a cima da média europeia, o número dos e a fortuna dos multimilionários pátrios).[41]

[41] Segundo os dados dos orçamentos do estado para 2011, 2012 e 2013, as despesas com prestações sociais terão diminuído cerca de 3.250 milhões de euros. Daqui resultou o congelamento das pensões (mesmo das mais baixas), a redução do montante do subsídio de desemprego e do período durante o qual ele é assegurado, a diminuição do número de desempregados que recebem apoio do estado, a diminuição do número de crianças que recebem abono da família (quase 600 mil a menos), a diminuição do número de beneficiários do complemento solidário de idoso, a redução do número de beneficiários do rendimento social de inserção. Isto num país em que, segundo dados do INE, cerca de 2 milhões de pessoas são consideradas pobres e mais de 4 milhões cairão na pobreza se faltarem as prestações sociais do estado. Num país em que, em 2010, a despesa *per capita* em prestações sociais era de 3515 euros (6.258 euros para a UE/27) e em que as prestações sociais correspondiam a 26,9% do PIB (29,4% para a UE/27 e 30,4% para a UE/17). O euro e as políticas de austeridade dele resultantes estão a afastar-nos da Europa, em vez de nos colocar no "pelotão da frente". Ver E. ROSA, "As verdadeiras…, cit.

No OE/2014, o governo insiste na mesma política, prevendo um programa de austeridade de 4,2 mil milhões de euros (3,2 mil milhões de cortes nos salários e nas pensões dos trabalhadores da administração pública e mil milhões de euros de aumento da receita). É mais um pesadíssimo sacrifício para se conseguir alcançar a meta imposta pela *troika* de um défice das contas públicas de 4% em 2014, meta que ninguém acredita seja alcançada, nem o governo (que propôs à *troika* 4,5%), desde logo porque se pressupõe que o PIB cresça, em 2014, pelo menos 0,8%.[42]

Ora, prescindindo de outras considerações teóricas e empíricas, basta invocar a experiência dos últimos três anos para justificar todas as dúvidas sobre estas previsões. O mais certo é que o PIB não cresça (se é que não baixa, ainda que as exportações continuem a aumentar) e que o défice público continue acima dos 4% do PIB. A dívida pública continuará a aumentar e o crédito mal parado da banca perante as famílias e (sobretudo) perante as empresas, que tem vindo a crescer, poderá atingir níveis susceptíveis de ameaçar a solvabilidade dos bancos portugueses. Os juros da dívida continuarão a absorver uma parte crescente do PIB, condenando os portugueses a uma espécie de *escravidão por dívidas*.

Esta "paixão pela austeridade" só pode justificar-se por razões ideológicas: destruir o estado social, difundir a cultura do medo e alterar a favor do capital a estrutura das relações laborais: anulação da contratação coletiva, enfraquecimento dos sindicatos, precarização do emprego, facilitação e embaratecimento dos despedimentos, redução dos salários e dos direitos dos trabalhadores, aumento do horário de trabalho, reforço da exploração dos trabalhadores.

9. No contexto europeu, a Alemanha foi, sem dúvida, o país que mais beneficiou com o euro (praticamente, o único), aproveitando ainda da baixa do preço do petróleo em euros, graças à desvalorização do dólar face ao euro. Estas vantagens ajudarão a compreender que a balança dos pagamentos correntes da Alemanha (negativa em 1991, ano da reunificação) começasse a registar saldos positivos logo em 2002, dois anos após a entrada em circulação do euro (entre 1995 e 2007, o saldo passou de -1,7% para +7,5% do PIB). Mas o 'êxito' da Alemanha tem um reverso: o crescimento acentuado do défice da *balança de pagamentos correntes* de vários países da zona euro, entre os quais Portugal (de um saldo de +2,7% do PIB em 1995 passou para um saldo de -10,1% do PIB em 2007). Faz todo o sentido falar de *deutsche euro*...

Mas há mais. Num espaço de livre comércio como a UE, no quadro do mercado interno único, acontece o absurdo, o contrário do que deveria ser a

[42] Ver J. C. CALDAS, op. cit.

cooperação entre os estados integrantes de um *mercado único* (sobretudo quando vários desses estados têm *a mesma moeda*). A Alemanha, que tem a economia mais forte a operar neste mercado, desencadeou, com base na *Agenda 2010* do Chanceler Schröder, uma política destinada a provocar a baixa dos salários e o incremento da precariedade do emprego, reduzindo significativamente o poder de compra da grande maioria dos alemães, para ganhar vantagem competitiva perante os seus parceiros também no domínio dos custos da força de trabalho.[43] Trata-se de uma política imperialista de cariz *mercantilista*, apostada em conseguir o saldo positivo das suas contas à custa dos défices dos seus parceiros comerciais e empenhada em transferir para os restantes países da zona euro os custos da reunificação e da recuperação da economia alemã. O *deutsche euro* foi um instrumento poderoso ao serviço desta política.

É uma política que contraria em absoluto a filosofia orientadora da integração europeia, põe em causa a coesão social no seio da sociedade alemã e no seio da UE e ameaça a estabilidade da frágil UEM, fortemente afetada pelas suas consequências. Com base nela, a Alemanha 'exportou' os seus défices externos para os países mais fracos que com ela partilham a mesma moeda. E esta 'exportação' foi a mola impulsionadora da *dívida externa* (*dívida pública* e *dívida privada*) de vários países da zona do euro, em especial os 'países do sul'.[44]

Por outro lado, essa política conduz a uma contribuição da Alemanha para a procura europeia global muito inferior ao seu peso na economia da zona euro, provocando défices comerciais cada vez maiores dos parceiros europeus da Alemanha, obrigados a *endividar-se* para pagar os bens que a Alemanha precisa

[43] O 'êxito' foi tal que, em 2008, 28% dos trabalhadores alemães trabalhavam nestes *setores de baixos salários* criados pela política do governo do SPD (cf. T. Van TREECK, op.cit., 10). E em 2011, segundo as informações disponíveis, cerca de 5 milhões de trabalhadores alemães ganhavam até 400 euros mensais (em trabalhos precários, muitas vezes a tempo parcial, grande parte deles 'oferecidos' às mulheres, para conciliar o trabalho doméstico com o trabalho profissional...), sendo que 11,5 milhões de alemães viviam abaixo do limiar da pobreza (dados colhidos em *El País*, 4.1.2011 e em *Avante*,13.1.2011). Nestas condições, compreende-se que a esperança de vida da grande maioria dos alemães (as pessoas com rendimentos inferiores a três quartos do rendimento médio) tenha diminuído de 77,5 anos em 2001 para 75,5 anos em 2010; nos estados da antiga República Democrática da Alemanha, esta baixa foi ainda mais acentuada: de 77,9 anos para 74,1 anos (dados oficiais anunciados no Parlamento alemão, segundo os jornais de 15.12.2011). Salta à vista que esta estratégia social-democrata de Schröder, de cunho marcadamente neo-mercantilista,não serviu os interesses dos trabalhadores alemães (por isso há quem lhe chame *camarada dos patrões*).

[44] No que diz respeito a Portugal, o montante da *dívida externa* era ainda, em 2000, inferior a 50% do PIB. A partir desta data, em resultado da adesão ao euro, a *dívida externa* portuguesa começou a subir, em termos de percentagem do PIB: em 2007 situava-se ainda abaixo de 70% do PIB, mas em 2008 a nossa dívida externa, medida em percentagem do PIB (71,6%), era a mais elevada da zona euro.

de exportar. O respeito pelas regras do jogo deveria levar a Alemanha a adotar medidas capazes de aumentar a sua procura interna, para criar um mercado alargado aos produtos que os seus parceiros no euro precisam de exportar para poder pagar, sem se endividarem, os bens que a Alemanha lhes vende (e precisa de vender, porque uma percentagem elevada das exportações alemãs destina-se ao mercado comunitário).

Mas a Alemanha faz gala de não cumprir aquilo a que, nestas condições, os Tratados impõem que seja feito para anular (ou reduzir) os excedentes da sua balança comercial e das contas públicas, que vem reforçando à custa dos défices comerciais, dos défices orçamentais e da dívida externa (pública e privada) dos 'países do sul', aos quais prega sermões sobre a necessidade de cumprir, custe o que custar, as normas dos Tratados (as que convêm à Alemanha) e as exigências da *troika*.[45]

Em livro recente, J. Ferreira do Amaral sustenta, com bons argumentos, que "a moeda única criou um enviesamento recessivo para a Europa, aprofundou o fosso entre países mais competitivos e menos competitivos, criou um espaço economicamente instável, sem meios de corrigir desequilíbrios conjunturais, e retirou possibilidades de crescimento às regiões presentemente menos competitivas, mas que são justamente as de maior potencial de crescimento futuro". "O euro – conclui – poderá ter lançado a Europa num processo irreversível de decadência e de ressentimentos amargos".[46]

---

[45] Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: "A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa" (colhi esta referência em J. A. FERNANDES, op. cit.).

Em meados de novembro/2013, o Presidente da Comissão Europeia anunciou (finalmente!) que a Comissão iria abrir um procedimento para averiguar a situação de incumprimento dos Tratados por parte da Alemanha, que, apesar de saldos excedentários das contas públicas de 7% do PIB, se recusa a tomar as medidas necessárias para aumentar o rendimento disponível dos alemães, para que o aumento da procura interna na Alemanha ofereça mercados aos demais países da Europa e do mundo, que estão a 'financiar' os excedentes da Alemanha. É isso o que resulta dos Tratados e é isso que tem de acontecer no seio de um espaço com a mesma moeda. Mas foi preciso a Administração americana vir a público 'acusar' a Alemanha de estar a prejudicar a economia europeia e a economia mundial para que a Comissão Europeia se lembrasse do seu papel de garante do cumprimento dos Tratados. O espetáculo do Presidente da Comissão Europeia (que as televisões transmitiram) a anunciar aquele procedimento foi verdadeiramente deprimente. Quem o ouviu e viu não pode deixar de concluir que o Presidente da Comissão Europeia subiu ao palco *para europeu ver* (depois da intervenção pública dos EUA, seria escandaloso não fazer o seu 'número'). Mas o que os europeus viram foi um 'capataz' embaraçado a dizer ao 'patrão', rastejando, que aquilo não era para levar a sério, que a Europa precisava era de muitas 'alemanhas'. De quais 'alemanhas'? Das 'alemanhas' que, de forma contumaz, não cumprem os tratados que impõem aos outros?

[46] Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos sair do euro*, cit., 15, 72, 92 e 93ss.

10. À luz do que fica dito, impõe-se fazer dois esclarecimentos.

Em primeiro lugar,o problema em equação em 2008 e que a crise veio agudizar não se apresenta, pois, para Portugal e para outros países (como a Espanha, a Grécia e a Irlanda), como um problema de *dívida pública* (um problema de *dívida soberana*) mas como um problema de *dívida externa* (pública e privada), que representava mais de ¾ da dívida pública.

Vários autores vêm sustentando, aliás, que o endividamento externo dos países da 'periferia' da Eurozona "é largamente devido ao comportamento do setor privado no quadro da UEM. Incapazes de concorrer com as economias do 'centro', os setores privados periféricos geraram enormes défices financeiros".[47] A origem da dívida externa destes países está, pois, nos défices das respetivas balanças de pagamentos correntes. O resto é obra dos mecanismos bem oleados da especulação financeira profissional, da crise e das políticas de salvamento do sistema financeiro, que agravaram e prolongaram a crise e as suas consequências. Por isso é que a *dívida externa* aumentou mesmo nos países em que o défice das contas públicas diminuiu e não ultrapassou o limite de 3% imposto pelo PEC (Espanha e Irlanda). O que aconteceu é que, em todos eles, o défice privado aumentou muito mais do que o défice público (mesmo na Grécia e em Portugal, onde se registou um aumento deste último défice).

Em segundo lugar,a situação criada em Portugal e em outros países não pode explicar-se pelos *vícios* dos 'países do sul', cujos povos preguiçosos persistiram no 'pecado' de querer viver acima das suas posses. No início da crise, mais de 60% das famílias portuguesas não deviam nada aos bancos; a dívida das famílias era, em grande parte, dívida das famílias de rendimentos mais elevados; uma fatia importante desta dívida foi contraída para a compra de habitação própria, uma *escolharacional*, tendo em conta a quase inexistência do mercado de arrendamento, o nível elevado das rendas e as taxas de juro relativamente baixas.[48] Acresce que o peso do crédito mal parado no que toca às dívidas das famílias era bastante inferior ao do crédito mal parado resultante de dívidas das empresas.

Estudos desenvolvidos por Costas Lapavitsas e outros permitem sustentar a conclusão de que a proporção da dívida privada no conjunto da dívida externa aumentou acentuadamente, em Portugal e em outros países do euro, a partir da instauração da UEM e, em setembro de 2010, a *dívida externa privada*

---

[47] Cf. C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone*..., cit., 1 e 2.

[48] São dados oficiais, que podem ver-se no *Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2010* (Banco de Portugal e INE, Maio de 2012).

(nomeadamente do sistema financeiro e das grandes empresas)representava, em Portugal, 85% da dívida externa total (87% na Espanha e 58% na Grécia).[49]

Importa saber, por outro lado, qual o destino dos empréstimos contraídos no estrangeiro pela banca e pelos grandes grupos económicos. Para investimento novo não foi, porque o investimento diminuiu, enquanto percentagem do PIB, ao longo do período que vai de 1995 a 2007. O que se passou em Portugal na sequência da adesão ao euro foi o aumento do peso das importações, que passou de 34% do PIB em 1995 para 40% do PIB em 2007. A adoção do euro trouxe-nos, em suma, "uma substituição da produção nacional por bens e serviços provenientes do exterior na despesa de consumo, de investimento e nas exportações portuguesas. Isto é, aprofundou-se a dependência externa da economia portuguesa".[50]

Com um estado fraco do ponto de vista financeiro e amputado dos meios que poderiam permitir-lhe uma intervenção estratégica na orientação do investimento, são os bancos que exercem essa função que deveria ser uma função de soberania: decidir sobre o consumo e o investimento e sobre o destino do investimento global. E, como é notório, a banca, os grandes grupos económicos e os governos de serviço (com a cumplicidade ativa das instituições da UE) utilizaram a poupança dos portugueses e o crédito que pediram no estrangeiro em atividades especulativas (no setor financeiro e nas negociatas das PPP, por trás das quais está a banca) e aplicaram o resto nos setores 'protegidos' que lhes garantem mais lucros (verdadeiras *rendas*), com destaque para os setores de bens não transacionáveis (imobiliário, distribuição, energia, infraestruturas, obras públicas).

Graças a este 'esforço', os bancos portugueses ficaram sem liquidez para conceder crédito à economia, e perderam a capacidade de se financiar no mercado interbancário, passando o BCE a ser o seu único financiador (aceitando como garantia títulos da dívida pública portuguesa). Foi a banca privada que, em março/2011, invocando falta de liquidez, 'impôs' ao Governo a decisão de recorrer à 'ajuda' do *'grupo financeiro' FMI-UE-BCE*. Agora, obrigam o povo português a pagar a conta, argumentando que *todos* temos de assumir que gastámos mal o dinheiro e que *todos* vivemos acima das posses (estado, empresas e famílias)!

11. Perante a*crise do euro* (e *crise da* '*Europa*'), prevaleceu, até hoje, a tese de que ela se deve aos 'pecados' dos *povos do sul* e a tese de que tal 'doença' se cura pela penitência e pelo sacrifício purificador, que anda de par com essa outra tese

[49] Cf. C. LAPAVITSAS e outros, *The Eurozone*..., cit., 1 e 2.

[50] Cf. *Relatório* da IAC, cit., 11.

da *austeridade regeneradora*. Como muitos entenderam que para se ser bem visto nesta Europa alemã era necessário não ser (ou, pelo menos, não parecer) 'pecador', assistiu-se ao deprimente espetáculo de ver os governantes irlandeses a jurar que a Irlanda não era Portugal, os portugueses a jurar que Portugal não era a Grécia, os espanhóis a jurar que a Espanha não era Portugal, os italianos a jurar que a Itália não era a Espanha, os franceses a jurar que a França não era a Itália... A União Europeia transformou-se numa melodramática *desunião europeia*.

Esta 'leitura' da crise e as políticas adotadas para a enfrentar estão a destruir as economias europeias, estão a romper o tecido social dos estados europeus, estão a desperdiçar uma geração (os jovens desempregados, quatro em cada dez); podem acelerar o fracasso da "fantasia" da UEM e do euro (nomeadamente do euro enquanto moeda de referência nos pagamentos internacionais, capaz de pôr cobro ao monopólio do dólar) e podem mesmo pôr em causa a Europa de paz que se pretendeu construir com a criação da CECA (uma Europa desejosa de integrar, sem riscos, uma *Alemanha europeia*, uma Alemanha despida de projetos imperiais e solidária com os interesses de todo o Velho Continente).

Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários alemães, Thomas Mann exortava-os, precisamente, a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*. Este apelo foi recordado, recorrentemente, logo após a 'reunificação' da Alemanha. Hoje, não faltam razões para temer que este apelo se tenha esfumado. Em novembro de 2011, o secretário-geral do partido da Chanceler da Alemanha declarava num Congresso do seu partido que "agora na Europa fala-se alemão". Mais recentemente, o consagrado sociólogo alemão Ulrich Beck veio confirmar o que é visível por todos: "a crise do euro tem levado à emergência – até agora constante – da Europa alemã. (...) A Europa tornou-se alemã", mas "dizê-lo abertamente significa quebrar um tabu".[51]

Vistas as coisas de outro ângulo, a Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido "a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora" que, durante alguns anos, como refiro atrás citando Jürgen Habermas, conduziu a Alemanha a uma atitude de "moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros".[52] E a *Europa alemã*, 'governada' por esta *Alemanha alemã*, que esqueceu a "cultura de moderação" que adotara até há poucos anos e que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, "viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver". Quem o afirma é Ulrich Beck.

---

[51] Cf. U. BECK, op. cit., 11, 89 e 111.

[52] Cf. J. HABERMAS, op. cit., 163-169.

E o novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente. As preocupações a este respeito vêm de vários setores. Joschka Fisher, antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, parece ser uma das pessoas preocupadas: "A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. [...] Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez".[53]

Pessoalmente, perante as dificuldades por que passa o povo grego, impressiona-me muito o comportamento do governo alemão e da opinião pública alemã, que já aconselharam os gregos a vender o Parténon e as ilhas do Mar Egeu. A Alemanha não pode esquecer que foi ela o devedor menos cumpridor da história do século XX, tratando-se, ainda por cima, de dívidas contraídas em associação com a prática de crimes gravíssimos contra os povos da Europa e de todo o mundo (*crimes conta a humanidade*). Não pode esquecer que mais de um milhão de gregos foram mortos em 1940 pelas tropas nazis, que causaram também ao povo grego enormes prejuízos materiais, sem contar com a pilhagem de obras de arte sem preço. Não pode esquecer que, oito anos apenas depois do fim da 2ª Guerra Mundial, vários países (entre os quais a Grécia, a Espanha e a Irlanda) acordaram em perdoar dívidas à Alemanha.[54]

Os jornais gregos e alemães vêm falando de um relatório ainda secreto (mandado elaborar pelo Ministério das Finanças da Grécia) que traduz esses danos em mais de 160 mil milhões de euros. Chegava para resolver os problemas

---

[53] Apud J. A. FERNANDES, *Público*, 11.8.2012.

[54] O chamado *Acordo de Londres* (assinado em 27.2.1953) reflete o acordo estabelecido entre a devedora Alemanha (uma dívida avaliada em 32 biliões de marcos) e 26 países credores (os principais eram os EUA, o RU, a Holanda e a Suíça). Os EUA propuseram o perdão total da dívida contraída pela Alemanha após a 2ª Guerra Mundial, mas o compromisso acabou por ser estabelecido nestes termos: ***a)*** perdão de 50% da dívida (entre os credores que perdoaram dívida alemã estavam a Espanha, a Grécia e a Irlanda); ***b)*** redução considerável da taxa de juro; ***c)***reescalonamento do pagamento dos restantes 50% para um prazo de trinta anos (algo mais para uma parcela desta dívida, de tal forma que a Alemanha só em 1990 pagou dívida contraída em 1920); ***d)*** o pagamento dos encargos da dívida seria feito apenas se houvesse saldo positivo da balança comercial da Alemanha, que não seria obrigada a recorrer a outros recursos (reservas de divisas ou dívida nova) se não registasse, em dado ano, aquele saldo positivo (para o conseguir, a Alemanha era mesmo autorizada a introduzir barreiras às importações); ***e)*** o pagamento efetivo dos encargos da dívida foi condicionado à capacidade de pagamento da Alemanha, não podendo o serviço da dívida absorver mais do que 50% do valor das exportações, e admitindo-se a suspensão dos pagamentos e a sua renegociação em caso de dificuldades económicas; ***f)*** os credores obrigavam-se a permitir à Alemanha garantir de forma duradoura o crescimento da sua economia e a sua capacidade de negociação; ***g)*** o objetivo global do Acordo era o de permitir à Alemanha condições para prosseguir o crescimento económico sem sacrificar o consumo dos alemães.

A História ensina que há muitas formas de resolver os mesmos problemas. E a Alemanha deveria estar entre os primeiros países a não esquecer as lições da História.

financeiros da Grécia, que refletem ganhos fartos do capital alemão. Sabendo que a Alemanha nunca pagou à Grécia um cêntimo que fosse para indemnizar o povo grego dos danos que lhe causou, o Ministro das Finanças alemão – que está sempre a dar lições aos 'povos do sul', exigindo-lhes que paguem as suas dívidas e impondo-lhes pesados sacrifícios – vem agora dizer que a questão das reparações de guerra é assunto do passado. É uma arrogância que ofende o mundo inteiro, semelhante à daqueles que negam o holocausto.[55]

12. Durante o período de debate público que antecedeu o referendo sobre o projeto da chamada *Constituição Europeia*, alguns antigos dirigentes do Partido Socialista francês (que, contra o seu partido, fizeram campanha pelo NÃO à dita 'constituição') vieram dizer verdades que não se ouviam antes, vindas de dentro do campo social-democrata.

---

[55] Este mesmo ministro conhece certamente muito bem a história do sistema bancário alemão, recheada de episódios de corrupção e de gestão danosa. Talvez tendo em conta (também) esta informação, o ministro tenha reconhecido, no final de 2011 (*Les Échos*, 16.12.2011), que "a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais" têm "responsabilidade na crise bancária e económica, e depois na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008". Talvez essa *cupidez* dos bancos alemães tenha tido alguma responsabilidade na crise bancária que também afetou a Alemanha, cujos contribuintes tiveram de pagar, entre 2008 e 2012, segundo dados da Comissão Europeia, 646 mil milhões de euros para salvar bancos alemães à beira da falência, o que faz da Alemanha o país que mais gastou, a seguir ao Reino Unido, para não deixar falir bancos irresponsáveis (ou criminosos), mas *too big to fail* (dados colhidos em *Público*, 25.8.2013).

O ministro alemão deve saber que a *cupidez* é um 'pecado', mas tem sido um dos pregadores mais inflamados na difusão da tese de que a (inventada) crise da *dívida soberana dos povos do sul* é fruto, não do 'pecado' da cupidez da banca, mas dos 'pecados' dos *povos do sul*, povos preguiçosos que se habituaram a viver acima das suas posses. Por isso o ministro das finanças alemão entende que estes povos têm de ser 'castigados' com duras 'penitências', para se redimirem dos seus 'pecados'. A "paixão europeia pela austeridade" (Paul Krugman)alimenta-se desta 'teologia' perversa. E também por aqui se explica que, quando se tratou de 'ajudar' os *povos do sul* em dificuldade, a Alemanha e a UE, comandada pela Alemanha, lhes tenham emprestado dinheiro a juros agiotas. Sabemos que o BCE tem ganho milhares de milhões de euros nos negócios com os títulos da dívida pública dos *países do sul*. Em 2012, o BCE aceitou devolver à Grécia mais de três mil milhões de euros que tinha ganho em operações sobre títulos da dívida pública grega. Quanto terá ganho com os títulos da dívida pública portuguesa? E a Alemanha aproveitou igualmente a crise resultante da *cupidez dos bancos* para ganhar dinheiro à custa dos *povos do sul*. Segundo os jornais (*Expresso*, 24.8.2013), a Alemanha tinha ganho, até então, com os negócios sobre a dívida soberana dos *povos do sul*, 41 mil milhões de euros. Compreende-se agora a razão por que foi 'inventada' a *crise das dívidassoberanas* e confirma-se que quem está a pagar o preço desta crise não são os contribuintes alemães (que só pagaram para tapar os buracos do seu próprio sistema bancário), mas os 'colonizados' *povos do sul*. Malhas que o império tece... O ministro alemão sabe tudo isto (e muito mais) muito melhor do que eu. E talvez também saibam tudo isto os 'comentadores' que, no nosso País, vão todos os dias à TV dizer que temos de 'comer e calar', porque os contribuintes alemães podem perder a paciência e deixar de pagar os 'pecados' (ou os vícios) dos *povos do sul*. É um espetáculo pouco dignificante aquele a que vamos assistindo nestes tempos do *capitalismo do crime sistémico organizado*.

Jean-Pierre Chevènement, várias vezes ministro de governos socialistas, caraterizou a 'esquerda' representada pelo PSF como "uma mescla de 'realismo económico', de anticomunismo renovado e de espírito social cristão", considerando-a a "convergência de fundo da esquerda social-liberal com a direita liberal em matéria de política económica e social".[56]

Georges Sarre veio defender que "a Europa se transformou no *joker* de uma esquerda sem projeto nem reflexão", uma "esquerda que não tem outro projeto para além da construção europeia, *a Europa*", uma esquerda que, para ser credível e não assustar os mercados, defende e pratica "uma política ainda mais à direita do que a direita".[57] E Jacques Généreux não hesitou em escrever que se ela [a tal 'constituição europeia'] fosse aprovada, "só as políticas de direita e conformes à lógica liberal seriam constitucionais".[58]

Em outubro de 2011 escreveu o porta-voz do Partido Socialista francês (Benoît Hamon, atual ministro do governo Hollande): "Uma parte da esquerda europeia [a social-democracia europeia], à semelhança da direita, deixou de pôr em causa que é preciso sacrificar o estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados. [...] Fomos em vários lugares do mundo um obstáculo ao progresso". Feito o diagnóstico, acrescenta este dirigente socialista: "Não me resigno a isso".

Também em Portugal algumas vozes vindas do campo socialista sublinham que o 'blairismo' não passa de uma "tentativa de conciliar o inconciliável e de justificar o injustificável" e reconhecem que os partidos socialistas e sociais-democratas europeus "perderam a alma e a coerência ideológica", não passando hoje de uma "variante social-democrata do neoliberalismo". Alguns admitem mesmo que a tendência dominante nos partidos que integram a Internacional Socialista é "a tendência neoliberal [...], que se traduz, basicamente, na aceitação do fundamentalismo do mercado".[59]

---

[56] Citado por S. HALIMI, "A esquerda governamental..., cit., 8/9.

[57] Cf. G. SARRE, op. cit., 165-169.

[58] Cf. *Libération*, 9.10.2003.

[59] Este é o diagnóstico de Alfredo BARROSO, op. cit. Já em 2013, o economista e deputado eleito pelo PS na Assembleia da República João Galamba escreveu um artigo que confirma haver entre os socialistas e sociais-democratas portugueses alguns que não fogem aos problemas, não recusam enfrentá-los e analisá-los, colocando-se assim no caminho da compreensão da vida e da descoberta de *soluçõesalternativas* para as dificuldades que temos de enfrentar (porque a ideia de que *não há alternativa* é uma ideia que devia envergonhar os seus defensores). Vale a pena transcrever o último parágrafo desse artigo: "A moeda única, para funcionar, teria de ser uma federação, semelhante aos Estados Unidos da América. Isto é, teria de ter um verdadeiro orçamento federal, financiado por recursos próprios; teria de criar títulos de dívida europeia,

Perpassa por aqui a ideia de que é urgente arejar esta Europa construída "à porta fechada", deixando entrar por ela adentro a vontade dos povos da Europa, escorraçando os guardiões do templo neoliberal. Mas a tendência dominante da social-democracia europeia continua a comportar-se como uma verdadeira "esquerda choramingas",[60]a 'esquerda' que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, o desemprego, a precariedade, as desigualdades e a exclusão social, mas que se recusa a identificar as suas causas estruturais, para não ter de as combater, levando tudo à conta da *globalização incontornável* (talvez a "globalização feliz" de que tanto se falou há uns anos atrás...), para a qual *não há alternativa*…, sendo mesmo apontada como "reaccionária" qualquer ideia de *desglobalização*, i. é, de desmantelamento do império do grande capital financeiro.[61]

É uma visão filha do entendimento da *globalização* como uma consequência necessária, mecânica, fatal do desenvolvimento científico e tecnológico.[62] Mas esta

---

para garantir estabilidade financeira; teria de institucionalizar mecanismos de transferências orçamentais, para garantir o mínimo de coesão territorial. E tudo isto já, e não daqui a uns anos. Como esta revolução institucional é simultaneamente impossível (não existem condições políticas para pôr em prática esse projeto) e necessária (sem essas reformas o euro não é sustentável), é difícil criticar o *statu quo* sem concluir que o problema reside, afinal, na existência da própria moeda única. Consequentemente, o único caminho desejável consiste em tentar desmantelar, de forma coordenada, a união monetária, sem pôr em causa o próprio projeto europeu. Não sei se esse projeto será possível, mas tenho a certeza de que será necessário, porque a alternativa é um desmantelamento desordenado e caótico, com consequências sociais, económicas e políticas devastadoras" (Cf. J. GALAMBA, "Game Over", cit.). Se bem interpreto o Autor, ele pressupõe que é necessário deitar fora o Tratado de Maastricht, o estatuto esquizofrénico do BCE, o PEC, o Pacto Orçamental e a *regra de ouro*. Pela minha parte, acrescentaria que o "próprio projeto europeu" precisaria também de ser passado a limpo.

[60] A expressão "esquerda choramingas" é de Frédéric LORDON ("A desglobalização…, cit.), para caracterizar uma 'esquerda' que, segundo o autor, não está interessada em pôr em causa o que diz ser uma consequência *inevitável* da 'globalização': "a concorrência falseada entre economias com *standards* salariais abissalmente diferentes; a ameaça permanente de deslocalização; o constrangimento accionista que exige rentabilidades financeiras sem limites, de tal forma que a sua combinação opera uma compressão constante dos rendimentos salariais; o desenvolvimento do endividamento crónico das famílias que isso origina; a liberdade absoluta do sistema financeiro para desenvolver as suas operações especulativas desestabilizadoras, neste caso a partir de dívidas contraídas pelas famílias (como no caso dos *subprime*); o sequestro dos poderes públicos, instados a socorrer instituições financeiras enfraquecidas pelas crises recorrentes; o pagamento do custo macroeconómico destas crises pelos desempregados e ainda o seu custo para as finanças públicas pago pelos contribuintes, pelos utilizadores de serviços, pelos funcionários públicos e pelos pensionistas; a subtração aos cidadãos de qualquer forma de controlo da política económica, agora regulada unicamente pelas exigências dos credores internacionais, seja qual for o preço a pagar pelos corpos sociais; a transferência da gestão da política monetária para uma instituição independente, fora de qualquer controlo político".

[61] Assim Pascal Lamy, em *Le Monde*, 1.7.2011.

[62] Já fiz a crítica desta visão ideológica da globalização em trabalhos anteriores: "Neoliberalismo, globalização..., cit; *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, cit.; *O estado capitalista*..., cit; *A Crise*..., cit., 20ss e 266ss.

é uma 'leitura' amiga do grande capital financeiro, que é o grande impulsionador (e o único aproveitador) da *política de globalização neoliberal* e o autor e difusor desta visão ideológica (distorcida) sobre a natureza e o significado da globalização. Carregando nas tintas para sublinhar bem a minha ideia, direi que 'acreditar' na autenticidade deste retrato da globalização é o mesmo que acreditar que o lançamento das bombas atómicas sobre Hiroshima e Nagasaqui foi uma consequência inevitável do desenvolvimento científico na área da Física Nuclear e que a utilização maciça de armas químicas contra o povo vietnamita durante a Guerra do Vietnam foi uma consequência incontornável do desenvolvimento científico na área da química.

Estes crimes de guerra (verdadeiros *crimes contra a humanidade*) foram *decisões políticas* tomadas no quadro da *política imperialista* dos EUA. O lançamento das bombas atómicas foi o primeiro ato da *Guerra Fria* e visou intimidar a URSS e utilizar o monopólio da arma nuclear para impor os EUA como potência hegemónica à escala mundial. Em ambos os casos, o objetivo proclamado foi o de livrar o "mundo livre" da 'ameaça comunista'.[63]

Foram projetos falhados, porque em novembro de 1949 a URSS ensaiou com êxito a primeira bomba atómica, e em 1957, com o lançamento do satélite artificial *Sputnik*, colocou-se na vanguarda da exploração do espaço e do conhecimento científico em vários domínios. À escala mundial, desenvolveu-se uma poderosa comunidade de países socialistas, cujo auxílio foi decisivo na luta dos povos contra o colonialismo e o imperialismo. A humilhante derrota infligida pela guerrilha vietnamita às todo-poderosas forças armadas americanas obrigou os EUA a aceitar a paz (1974). Foi o fim dos impérios coloniais, que teve o seu estertor com o 25 de abril (a derrota do colonial-fascismo em Portugal), a vitória dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, o reconhecimento internacional da independência dos novos países africanos e a derrota do *apartheid* na África do Sul.

---

[63] Os poderosos interesses daquilo que Eisenhower viria a designar por *complexo militar-industrial* impuseram a política militarista, apesar da oposição dos membros mais destacados da comunidade científica americana e mundial, com destaque para Albert Einstein, que em 1946 se pronunciava deste modo: "É apavorante perceber que o veneno do militarismo ameaça trazer mudanças indesejáveis à atitude política dos Estados Unidos. […] O que estamos vendo não é uma expressão de sentimentos do povo norte-americano; pelo contrário, reflecte a vontade de uma poderosa minoria que usa a sua força económica para controlar os órgãos da vida política. Se o governo se mantiver nesse curso catastrófico, nós, cientistas, devemos recusar a submissão às suas exigências imorais, ainda que apoiadas por aparato legal. Existe uma lei não escrita, a da nossa consciência, que é muito mais impositiva que qualquer outra que venha a ser inventada em Washington. E, naturalmente, existem armas definitivas à nossa disposição: a não cooperação e a greve". É claro que, para Einstein, o desenvolvimento científico não é a causa da *política imperialista*, nem esta é uma consequência fatal daquele. Como poderia ser?

Mas a *Guerra Fria* forçou a corrida aos armamentos e colocou o mundo numa situação de equilíbrio pelo terror, que forçou a *coexistência pacífica* entre as duas grandes superpotências. E a *militarização das economias* traduziu-se em enorme desperdício de recursos desviados para o 'negócio' da morte, em vez de servirem a vida e o bem-estar da humanidade (recursos financeiros, conhecimento científico, mão de obra qualificada, recursos materiais).

Na minha ótica, a *política de globalização neoliberal* é isto mesmo: uma *política* ao serviço do objetivo do grande capital financeiro de 'governar o mundo' (de dominar o mundo), uma *política* inspirada nos princípios da *contra-revolução monetarista* (Hayek, Milton Friedman...) e nos dogmas da ideologia neoliberal, uma *política* que tem procurado submeter os trabalhadores à *ditadura docapital financeiro*. Também ela tem recorrido a "armas de destruição maciça" (Warren Buffet), nomeadamente os chamados *produtos financeiros derivados*, que têm alimentado a especulação (especulação sobre esses 'produtos', especulação sobre matérias-primas, sobre combustíveis, sobre alimentos, especulação, enfim, sobre a vida de milhões de pessoas) e toda a espécie de práticas criminosas (venho falando do *capitalismo do crime sistémico*), através das quais o grande capital financeiro vem condenando povos inteiros ao empobrecimento acelerado, cortando os direitos e os rendimentos dos trabalhadores, condenando ao desemprego e à precariedade quase metade dos jovens, aumentando o número dos *povos que trabalham*, agravando a *exclusão social*. É uma 'guerra' (uma *guerra civil*, uma *guerra de classes* à escala mundial) que produz em cada ano, neste tempo em que os ganhos da produtividade permitem a criação de riqueza a níveis até há pouco insuspeitados, tantas vítimas da fome ou de doenças causadas pela fomequantos os mortos da 2ª Guerra Mundial.

Esta é a verdadeira natureza da *globalização*. O desenvolvimento científico e tecnológico, como a história tem demonstrado, é o caminho da libertação do homem, não é o caminho da escravidão. O desenvolvimento científico e tecnológico não pode ser 'culpado' da globalização, porque esta não é uma consequência inevitável dele. A "esquerda de direita" que não quer compreender o que significa a *globalização* corre o risco de "quem nunca quer questionar nada": "o risco de nunca entender nada".[64]

Acredito que os responsáveis por esta 'guerra' estão igualmente condenados à derrota. Já em 23 de setembro de 2000 The Economist escrevia em editorial:

[64] Cf. F. LORDON, "Sair do euro, mas como?", cit., 12.

> Os que protestam contra a globalização têm razão quando dizem que a questão moral, política e económica mais urgente do nosso tempo é a pobreza do Terceiro Mundo. E têm razão quando dizem que a onda de globalização, por muito potentes que sejam os seus motores, pode ser travada. É o facto de ambas as coisas serem verdadeiras que torna os que protestam contra a globalização tão terrivelmente perigosos.

Num momento de lucidez, um dos faróis do neoliberalismo veio dizer o que nós já sabíamos: os *motores da globalização neoliberal* podem ser parados ou mesmo postos a andar em marcha atrás; a *inevitabilidade* da globalização neoliberal é um mito; a tese de que *não há alternativa* é um embuste.

13. Só a atitude da "esquerda choramingas" (ou "esquerda de direita"), que "nunca quer questionar nada", permita compreender a facilidade com que, em março de 2012, foi aprovado (como sempre, "à porta fechada", a pretexto da crise) o chamado *Tratado Orçamental*.

Este *Tratado* ignora todas as críticas feitas às deficiências estruturais da UEM (que a presente crise tornou visíveis a olho nu), persistindo em negar o que Paul Krugman considera "o fracasso de uma fantasia".[65] Só esta atitude de 'negação' explica que se insista no erro de impor as *mesmas regras* (saídas da cabeça de tecnocratas iluminados e muito sensíveis aos interesses do grande capital financeiro) a países com situações e com histórias completamente diferentes, ignorando que a política não pode reduzir-se à *aplicaçãomecânica* de *regras iguais para todos*.

Os seus mentores continuam a pensar que a *crise do euro* (a *crise da 'Europa'*) não tem nada que ver com a *crise do capitalismo* que teve início em 2007/2008, imputando as *culpas* da 'crise' aos *povos do sul*, acusados de viver acima das suas posses. Só assim se compreende que toda a sua lógica assente na condenação dos 'pecadores' por 'pecados' que não cometeram, impondo-lhes *programasde austeridadeperpétuos* que destroem as suas economias e minam as bases da sua soberania.

Um dos dogmas do monetarismo neoliberal é o da *morte da política económica* (a *morte da política*, sem mais). Porque as *leis naturais do mercado* resolvem tudo e porque os agentes económicos privados dispõem da mesma informação do estado, o que lhes permite antecipar as medidas de política económica e os seus efeitos e agir como *agentes económicos racionais*, adotando comportamentos que anulam os efeitos das políticas públicas, tornando-as *neutras* em relação à economia, e por isso *desnecessárias* (é a *teoria das expectativas racionais*, a fina flor do monetarismo).

---

[65] Cf. P. KRUGMAN, "Quando..., cit.

Em conformidade com estes pontos de vista, o *Pacto* e as suas 'regras' impedem os estados em situação de recessão económica e de desemprego generalizado de adotar *políticas ativas anticíclicas*, apoiadas em investimentos públicos que promovam o investimento privado e a criação de riqueza e de emprego e em políticas sociais que estabilizem a procura interna das famílias e evitem, deste modo, a falência de muitas pequenas e médias empresas e o consequente aumento do desemprego. A razão está do lado do Primeiro-Ministro britânico quando afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*.

Creio, porém, que é necessário ir mais longe. Porque o que está em causa, verdadeiramente, é a *ilegalização da democracia*, num *Tratado* que transforma em normas jurídicas (que 'constitucionaliza') pontos de vista doutrinários em matéria de política económica. Com efeito, a *regra de ouro* das *finanças sãs* (que, até há poucos anos, todos os manuais ridicularizavam...), à semelhança de outras constantes dos Tratados estruturantes da UE (a regra da independência dos bancos centrais, os requisitos do PEC, etc.), são meras sínteses das *opções políticas* do grande capital financeiro, as opções que têm servido de base à *política de globalização neoliberal*, transformadas, como que por magia, em *normas jurídicas*, de nível 'constitucional'.

Na minha leitura, estas *regras* (*normas-travão*) são as *regras do jogo* impostas à economia real e aos cidadãos pelo setor dominante da classe dominante do *capitalismo de casino* e visam garantir que os eleitos para cargos políticos (nos parlamentos ou nos governos) não tenham a veleidade de pretender honrar o mandato popular que receberam dos seus eleitores, prosseguindo políticas que não respeitem as *regras do jogo*. A mensagem que se quer fazer passar para os cidadãos da 'Europa' é clara: podem eleger partidos de direita ou partidos de esquerda, mas aqueles que forem eleitos ficam impedidos de respeitar aquele mandato, amarrados que estão por estas *regras* decorrentes do figurino neoliberal.[66]

---

[66] A famosa *Regra de Friedman* é a ilustre antepassada de todas as *regras de ouro* consagradas nos Tratados da UE. Ela traduz a tese segundo a qual os países deveriam ser privados da capacidade de emitir moeda discricionariamente, segundo a análise política feita pelos órgãos competentes do poder político democrático, para prosseguir objetivos políticos definidos por estes mesmos órgãos. Esta capacidade de decisão política deveria ser substituída por uma *regra* (desejavelmente de natureza constitucional), nos termos da qual o banco emissor só deveria emitir moeda nova em medida igual à da taxa de crescimento do produto, acrescida de uma margem de 2%/3%. Nunca ninguém levou a sério esta proposta de Milton Friedman. Em vida, ele teve o azar de ver as suas teorias submetidas à prova da realidade, e muitos autores concluíram que as suas teorias estavam erradas (alguns acusaram-no mesmo de viciar dados estatísticos). Depois de morto, talvez o professor de Chicago comente: a vingança serve-se fria...

Um dos ministros do governo de François Hollande (Benoît Hamon) confessou, numa entrevista, a sua "impressão de que uma política de esquerda ou de direita apenas doseia de forma diferente os mesmos ingredientes". É o preço a pagar por quem assumiu, com 'grande sentido de estado', a responsabilidade da *gestão leal do capitalismo*. Lembra a 'história' que se conta de Henry Ford dirigindo-se aos compradores dos seus automóveis: podem escolher qualquer cor, desde que seja a preta.[67]

Ignorando que a raiz dos problemas está, como se torna cada vez mais claro, na natureza e na estrutura desta *Europa do capital*, este *Pacto Orçamental* continua a obra dos tratados anteriores que conduziram à UE, prosseguindo o processo de substituição da *política* (e da *prestação de contas* que lhe é inerente em democracia) pela aplicação mecânica e cega de *regras* (verdadeiros *dogmas* indiscutíveis, como é próprio dos dogmas) plasmadas neste e nos demais Tratados estruturantes da UE, todos praticamente petrificados, imutáveis, aspirando à eternidade.

O processo de integração europeia tem sido, na leitura de Habermas, um processo de "expropriação das entidades soberanas democráticas por poderes executivos". Os órgãos do poder político eleitos pelo voto democraticamente expresso dos cidadãos já hoje são pouco mais do que marionetas comandadas a partir de Bruxelas ou de Frankfurt (ou a partir de Berlim, via Bruxelas e Frankfurt): não podem decidir sobre a emissão de moeda; não podem desvalorizar a moeda; dependem dos "mercados" para se financiar (como uma qualquer *pessoa* ou empresa – uma verdadeira 'privatização' dos estados-membros da zona euro); não podem fixar e controlar as taxas de juro; não podem optar por um determinado nível de inflação que possa ajudar o crescimento económico; não podem decidir sobre o nível da despesa pública, sobre o montante do défice das contas públicas ou sobre a dimensão da dívida pública.

Este *Tratado Orçamental* dá mais um passo no sentido da acentuada diminuição da já reduzida democraticidade de funcionamento da UE. O 'governo' dos países mais fracos passa para as mãos de *órgãos executivos* constituídos por burocratas que escapam ao controlo democrático.

Como Habermas sublinha, este Tratado impõe "um modelo político que tem a marca alemã", um modelo nos termos do qual "os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respetivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais (ou dos parceiros sociais)".

Por outro lado – continuo a acompanhar Habermas –, " o direito da Comissão a analisar *atempadamente*, portanto antes das decisões dos Parlamentos,

[67] Ver jornais de 9 de abril de 2013.

os orçamentos dos estados-membros" "afeta competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos", o que traduz "a arrogância de criar um precedente eficaz". Para os cidadãos dos estados-membros (especialmente os mais fracos), fica a suspeita de "os seus governos nacionais serem apenas atores no palco europeu" e de os parlamentos nacionais "se limitarem a aprovar obedientemente (...) as decisões prévias tomadas noutro lugar".

Ainda segundo este *Tratado*, os países (os mais fracos, claro) ficam sujeitos, em caso de incumprimento das suas 'regras', a *sançõesautomáticas*, aplicadas pela 'eurocracia', sem necessidade de qualquer votação (atualmente, as sanções têm que ser aplicadas por voto da maioria qualificada do Conselho Europeu que represente pelo menos 2/3 dos estados-membros e 62% da população da UE). E ficam ainda sujeitos a 'penas' aplicadas diretamente pelo TJUE, passando por cima do poder judiciário de cada um dos países (que continuam a declarar-se países soberanos).

Estamos perante soluções que não podem deixar de "corroer qualquer credibilidade democrática".[68]

Mais uma vez por portas travessas, este *Pacto* visa, fundamentalmente, consagrar ('constitucionalizar') o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridadepara todo o sempre*, tornando o crescimento impossível para muitos países. Ora, sem desenvolvimento económico faltarão as receitas indispensáveis para o *investimento no futuro* (os investimentos estratégicos na educação, na saúde, na investigação científica, na segurança social, nos transportes públicos, na habitação social e em todos os serviços públicos associados à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentado). Estes direitos (constitucionalmente consagrados) transformar-se-iam em um luxo inacessível aos povos 'colonizados'. Países como Portugal (e os 'países do sul') sofreriam um brutal *retrocesso civilizacional*, vendo inviabilizada a sua capacidade de desenvolvimento autónomo. E sem desenvolvimento não há democracia e a paz fica ameaçada.

Como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, este *Pacto* é "um modelo político de marca alemã", um produto imposto não por uma "Alemanha cooperante", mas pela *Grande Alemanha*, liberta da "consciência

---

[68] Cf. J. HABERMAS, op. cit., 165/166. Se vier a ser aplicado, este *Tratado Orçamental* será uma 'lei de funil', porque ninguém acredita que a Alemanha (ou a França, e mesmo a Itália, a Espanha e até a Polónia) submeta as suas políticas económicas a debate prévio e à coordenação com as de outros países, no quadro das instituições comunitárias, passando por cima dos parlamentos nacionais. E ninguém concebe que a Alemanha (e outros países da UE) sofram algum dia as consequências do referido mecanismo automático de correção. O Tribunal Constitucional alemão não vai deixar, certamente, que seja a Comissão Europeia a decidir sobre o orçamento da Alemanha: esta matéria é da competência do Parlamento alemão. De todo o modo, não é crível que os países mais fortes (os atrás referidos) aceitem submeter-se a esta indignidade. Os visados são, é claro, os 'bárbaros do sul'.

de uma herança histórico-moral comprometedora" que, após a derrota militar, política e ética da Alemanha nazi, ditou uma atitude de "moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspetivas dos outros", mas por uma Alemanha ciosa de afirmar "uma clara pretensão de liderança" numa "Europa marcada pelos alemães".[69]

Agravando o adquirido anterior, ele perfila-se como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos 'arianos' do norte aos 'bárbaros' do sul, incapazes de autogoverno, visão que, embora traduza uma certa realidade, não pode esconder a verdadeira essência do que está a passar-se: uma imposição do capital financeiro e dos estados e outras instâncias políticas ao seu serviço – a *ditadura do grande capital financeiro* – à grande massa dos que, em todo o mundo, vivem do seu trabalho.

Trata-se de um *pacto* através do qual as elites políticas das 'metrópoles' e das 'colónias', continuando a "enterrar a cabeça na areia" (Habermas), se conluiam para impedir a participação dos cidadãos europeus no governo da 'cidade' e nas decisões sobre o seu destino, impondo aos povos dos países mais fracos, sem os consultar, a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*. Creio ser correto considerá-lo *nulo*, porque não é razoável admitir que os povos, em nome dos quais se 'contrata', aceitassem ser colocados em situação 'colonial', condenados ao subdesenvolvimento e à pobreza.

Está-se a construir um novo *Leviathan*, argumentando que os homens e os povos (ou alguns povos do 'sul') são incapazes de autogoverno. Daí a necessidade do *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro. Ao fim e ao cabo, é sempre o *Leviathan* 'justificado' com a invocação de que *o homem é o lobo do homem*. Com efeito, nas sociedades que assentam na existência de classes antagónicas e em que, no domínio das relações económicas, "o trabalhador [que só tem de seu a "sua força e habilidade de mãos"] é uma pessoa e o proprietário do capital, que o emprega, é outra pessoa", o *Leviathan* é sempre necessário para que a classe dominante (a classe exploradora) possa impor à(s) outra(s) classe(s) "os seus próprios termos" (continuando a citar Adam Smith), condição indispensável para preservar o seu estatuto de classe dominante.[70]

Ora o *Leviathan* dos nossos tempos (a *ditadura do grande capital financeiro*, enquadrada pela ideologia neoliberal) coloca acima de tudo as *liberdades do capital* (as "leis do mercado"). As 'regras' impostas pelo novo *Leviathan* equivalem, pois, à

[69] Cf. J. HABERMAS, op. cit., 73 e 163-169.

[70] Cf. *Riqueza das Nações*, I, 176.

substituição da *política* pelo *mercado*, à *negação da política* (e da *liberdadede decisão* que ela pressupõe, com a correspetiva *responsabilidade*), à *negação da cidadania* e à *morte da democracia*. É este o papel do *Pacto Orçamental*.

14. Entre outras medidas, o *Pacto Orçamental* impõe um limite máximo de 0,5% do PIB para o défice das contas públicas, acrescentando a esta exigência a obrigação de os estados com dificuldades financeiras reduzirem a dívida a uma taxa média anual de 1/20. É um garrote eficaz para pressionar estes estados a cortar drasticamente nas despesas sociais (educação, saúde, segurança social), com a consequente destruição do estado social, aumento da desigualdade e da pobreza, destruição do mínimo de coesão social e consequente destruição da comunidade social em que assenta a soberania.

Em países como Portugal, o objetivo do crescimento e do emprego exige *reformas estruturais* radicalmente diferentes das que decorrem do breviário neoliberal, reformas que passam pela alteração do estatuto esquizofrénico do BCE; pela flexibilização das regras 'estúpidas' e 'medievais' do PEC; pela alteração do estatuto do euro; pela utilização da capacidade de financiamento do BEI; pela ampliação do orçamento comunitário; pelo reforço e facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; pelo cumprimento das regras do jogo por parte dos países com saldos positivos das suas balanças de pagamentos; pelo combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; pelo controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino; pela colocação da banca ao serviço da economia; pelo aumento dos salários e pela garantia dos direitos dos trabalhadores; pelo reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia; pelo aumento do investimento do estado, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional; pelo apoio às pequenas e médias empresas e às empresas exportadoras, às atividades da pesca e da agricultura; pelo apoio ao emprego dos jovens, para evitar que o futuro esteja a emigrar de Portugal ao ritmo de 120 emigrantes por ano.

Ora, como mostrou António Sérgio, a burguesia portuguesa foi sempre, historicamente, uma *burguesia parasita*, incapaz de realizar o papel de classe dinamizadora da acumulação do capital, que lhe coube nos países que passaram por revoluções burguesas a sério. No nosso país, a burguesia sempre viveu de *rendas*, as rendas fáceis de uma qualquer *Índia*, quer a Índia propriamente dita (que proporcionou a riqueza do comércio das especiarias), quer o Brasil (e o ouro que de lá veio, e os escravos africanos que para lá foram levados), quer as colónias africanas. Mais recentemente, as *rendas* resultantes dos fundos da CEE/UE (antes,

da Europa já tinham vindo, aos milhões, as remessas dos emigrantes), as *rendas* da especulação bolsista e da especulação imobiliária, as *renda*s resultantes das posições monopolistas dos grupos económicos nos setores de bens não transacionáveis (distribuição, energia, comunicações, obras públicas…), as *rendas* das parcerias público-privadas, as *rendas* da corrupção institucionalizada…

Nestas condições, qualquer estratégia de desenvolvimento só será viável se por detrás dela estiver um estado radicalmente diferente daquele que pretende o *Tratado Orçamental*, um estado dotado dos meios indispensáveis para promover as referidas *reformas estruturais*, um estado capaz de garantir a *subordinação do poder económico-financeiro ao poder político democrático*, como manda a Constituição.

15. Depois do debate suscitado, sobretudo na França, durante o período que antecedeu o referendo sobre a chamada constituição europeia e tendo em conta os resultados desastrosos das políticas neoliberais adotadas para combater a crise pela Comissão Europeia e pelo BCE, sob a batuta da Alemanha, seria de esperar que, desta vez, ao menos na França, os socialistas viessem dizer que o *pacto orçamental* devia ser pura e simplesmente posto de lado, porque a 'regra de ouro' e outras 'regras' que ele contém arrastam consigo um entrave estrutural ao desenvolvimento da Europa e condenam os países mais débeis ao 'subdesenvolvimento' e a um verdadeiro estatuto colonial.

Esta expectativa foi alimentada pelo facto de o candidato François Hollande ter prometido durante a campanha eleitoral para a Presidência da República que tal *Tratado* não seria aprovado pela França se as políticas de crescimento e de emprego não passassem a ser a primeira preocupação da UE. A verdade é que, uma vez eleito, François Hollande tornou-se, como sublinha Perry Anderson, "o intendente francês" do "sistema neoliberal europeu", pelo que esperar dele "um pouco mais de independência económica ou estratégica já será uma vitória da esperança sobre a experiência".[71] A *experiência*, porém, parece estar a confirmar-se, à custa da *esperança*. Como é sabido, o Presidente François Hollande comportou-se como vêm fazendo há anos os políticos e os partidos burgueses (que se auto-intitulam do "arco da governação"): fez exatamente o contrário do que tinha prometido ao povo francês que o elegeu, 'obrigando' os deputados socialistas a aprovar o referido tratado na Assembleia Nacional.

Mais uma vez, a social-democracia europeia não quis aprender nada com a história e aprovou mais este 'tratado' *em plena paz de consciência*, como disse o

[71] Cf. P. ANDERSON, op. cit.

mais alto responsável do PS português no momento da ratificação do 'tratado' na Assembleia da República, lamentando apenas que não se tivesse aprovado também uma *adenda* (afinal, não era muita coisa: *só uma adenda*...) sobre as políticas de crescimento e de emprego.

Em 28 de junho 2012, por proposta de Hollande, o Conselho Europeu aprovou o *Pacto para o Crescimento e Emprego*, encerrando com 'chave falsa' o espetáculo encenado para fazer de contas que a UE passava a preocupar-se com o crescimento e o emprego, apesar de continuar a impor *programas de austeridade* fortemente recessivos e de não desistir de levar por diante o "golpe de estado europeu" configurado no *Tratado Orçamental*.[72]

Este *Pacto para o Crescimento e Emprego* não passa de uma *merkolandía*, uma 'mercadoria' inventada pela dupla Merkel e Hollande para calar a (má) consciência de Hollande e para 'legitimar' o dito *Tratado Orçamental* imposto pela chanceler alemã. Assim sendo, é claro que ele não vai ativar nenhuma política nova destinada a promover o crescimento e o emprego. Ao aprovar este novo *Pacto*, o Conselho Europeu enganou os povos da Europa e criou uma situação ridícula, que não abona a seriedade intelectual e política das instituições comunitárias e das políticas comunitárias.

Na verdade, com os dois Tratados em vigor simultaneamente, tudo se passa como se a UE e os estados-membros fizessem o seu caminho pedalando e travando ao mesmo tempo. Encerrado o tempo da propaganda, com a França e a Alemanha a proclamarem divergências sérias quanto ao rumo da política comunitária em matéria de crescimento e de emprego, o que tal 'solução' significa é o entendimento estratégico entre os socialistas de Hollande e os conservadores de Merkel no sentido de prosseguir as *políticas de austeridade* ao serviço das *finanças sãs*, com o argumento de que elas são indispensáveis para sanear a economia e de que (sempre o velho *slogan* thatcheriano) *não há alternativa* para elas.

Bem vistas as coisas, a aprovação do *Pacto para o Crescimento e Emprego* significa que os governos da França e da Alemanha (e todos os que lhes seguiram os passos) estão irmanados na sua fé neoliberal, que lhes dá força para manter em vigor o *Tratado Orçamental* aprovado em março de 2012, que é um pacto contra o crescimento e contra o emprego e que, por detrás das propostas 'técnicas' nele contidas, encerra uma visão totalitária, que suprime a soberania e a igualdade entre os estados-membros da UE (que os Tratados continuam a consagrar) e que aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes, arrastando consigo ameaças sérias à democracia (e à paz) na Europa.

---

[72] R.-M. JENNAR, op. cit.

As posições doutrinais e a prática política dos governos nacionais e das instituições comunitárias justificam inteiramente as preocupações do antigo Presidente socialista do governo de Espanha, Felipe González, que, no início deste ano de 2013, reconhecia os perigos inerentes à *crise da democracia representativa*: "Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível".[73]

16. Outra mistificação é a chamada *União Bancária*, mais uma operação destinada a tentar que os povos acreditem que a 'Europa' está a procurar resolver os problemas criados pelo capital financeiro.

Segundo os Tratados, o BCE não tem grandes competências em matéria de supervisão, estando limitado, segundo os seus estatutos originários, à possibilidade de fazer recomendações às autoridades nacionais no que toca à *supervisão prudencial* das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

E a crise deixou a claro que, à escala nacional, a supervisão (a cargo das entidades reguladoras) foi um falhanço completo: os supervisores deixaram o campo livre à banca, que cometeu toda a sorte de irresponsabilidades, de ilegalidades e de crimes.

Em estreita ligação com o projeto que se concretizou na aprovação do *Pacto Orçamental*, a Alemanha fez vingar a ideia de criar uma *União Bancária*, projeto que está em marcha desde a aprovação (24.11.2010) de um conjunto de cinco Regulamentos e uma Diretiva que visaram reformar o sistema financeiro da UE (em especial no tocante à *supervisão macroprudencial*), criando o *Sistema Europeu de Supervisão Financeira*, o *Comité Europeu do Risco Sistémico* e uma *Autoridade Europeia de Supervisão* (*Autoridade Bancária Europeia*, *Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma*, *Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados*), confiando ao BCE atribuições específicas no que se refere ao funcionamento do *Comité Europeu do Risco Sistémico*.[74]

---

[73] Entrevista ao *Expresso*, 5.1.2013. Ninguém melhor para confirmar este diagnóstico de Felipe González do que um antigo ministro da economia num Governo do PSOE, ao fazer esta confissão, num livro publicado em 1996: "a redução do desemprego, longe de ser uma estratégia de que todos sairiam beneficiados, é uma decisão que, se fosse levada à prática, poderia acarretar prejuízos a muitos grupos de interesses e a alguns grupos de opinião pública" (citação colhida em V. NAVARRO, J. LÓPEZ e A. ESPINOSA, op. cit., 83/84). Quer dizer: as políticas ativas de combate ao desemprego e de promoção do emprego não são levadas a sério porque o *desemprego interessa a muitos grupos de interesses*, os interesses ligados ao grande capital, que, enfraquecendo os trabalhadores e as suas organizações, podem reforçar as condições da sua exploração.

[74] Para maiores desenvolvimentos sobre este "pacote legislativo", ver J. M. QUELHAS, "Sobre a criação…, cit. e "Dos objetivos…, cit.

O Regulamento que cria o *Sistema Europeu de Supervisão Financeira – Sistema* que visa essencialmente a gestão do risco sistémico ([75]) –, reconhece que "os modelos de supervisão numa base nacional não acompanharam a globalização financeira e a qualidade da integração e interligação entre mercados financeiros europeus". E admite que, dada a *natureza sistémica do risco e das crises* ([76]), decorrente da integração dos mercados financeiros à escala mundial (o *mercado mundial único de capitais* em que atuam os grandes operadores financeiros de todo o mundo), é aconselhável uma coordenação das ações preventivas e reativas das entidades supervisoras, cometendo ao *Comité Europeu do Risco Sistémico* a competência para assegurar a coordenação das suas ações com outras instâncias internacionais (FMI, Conselho de Estabilidade Financeira, Banco de Pagamentos Internacionais, G20, etc.).

Em documentos vários a Comissão Europeia tem salientado a importância que atribui à coordenação entre os estados-membros em matéria de regulação e de supervisão, chamando a atenção para a necessidade de introduzir medidas que visem impedir crises futuras (espreita também aqui a tese segundo a qual, nesta crise, o que falhou foi a regulação e a supervisão, nada mais…).

A Comissão revela especial preocupação com a supervisão das *instituições financeirastransfronteiriças* e com a consolidação de "um mercado de serviços financeiros estável e único para toda a União", objetivos que considera incompatíveis com a diversidade de regras nacionais de supervisão e com a deficiente troca de informações entre as várias autoridades nacionais, exigindo a integração de todas elas numa rede reforçada da União.

Esta ideia de evitar a fragmentação do *mercado financeiro europeu* e de garantir o êxito do *mercado interno único* é que está na base da criação (novembro/2010) do *Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão*. Na *Comunicação* sobre o *Roteiro para uma União Bancária*, a Comissão dá mais um passo em frente no sentido da *federalização*, ao sublinhar que não basta, a seu ver, a coordenação entre as várias autoridades de supervisão, sendo "necessário tomar decisões em comum", para "travar o risco crescente de fragmentação dos mercados bancários da UE, que mina significativamente o mercado de serviços financeiros e prejudica a transmissão efetiva da política monetária para a economia real".

O Conselho Europeu de junho de 2012 encarregou a Comissão de apresentar propostas concretas sobre estas matérias, e o Conselho Europeu de dezembro de 2012 aprovou, finalmente, a tão falada *União Bancária*.

---

[75] Regulamento nº 1092/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24.11.2010 (JO, L 331, de 15.12.2010).

[76] Ver J. M. QUELHAS, "Dos objetivos…, cit., 285.

Tentando uma síntese, destacarei três pontos:

1) centralização no BCE da supervisão dos bancos que operam nos estados da zona euro, apesar de existir, desde 2010, uma *Autoridade Bancária Europeia* com a capacidade de exercer a supervisão sobre os bancos que operam nos 27 estados-membros da UE;
2) criação de um dispositivo comum para prevenir e resolver as falências bancárias (competência que sairá também do quadro nacional dos países da zona euro);
3) criação de um *fundo europeude garantia de depósitos* até cem mil euros (unificando, aparentemente, os múltiplos regimes de garantia de depósitos em vigor nos países da UE).

Como já se sabia, o RU ficou de fora, porque estas soluções confinam-se aos países da Eurozona. Fica à mostra uma primeira debilidade da 'solução' encontrada, porque cerca de 40% das operações financeiras em euros concretizam-se na praça londrina.[77]

Por outro lado, a Srª Merkel conseguiu fazer aprovar a ideia de submeter à supervisão do BCE apenas os bancos *mais importantes* (uns 200 dos cerca de 6.000 que operam no espaço da Eurozona), uma 'engenharia' que permitiu deixar de fora os bancos dos estados federados alemães, que teriam dificuldade em passar no exame. Parecem as fronteiras do *mapa cor de rosa*, traçadas a regra e esquadro para proteger os interesses do império…

Acresce que esta *União Bancária* implica mais *perda de soberania* por parte dos estados-membros da zona euro, privados agora do poder de supervisão do setor bancário. E implica, por outro lado, o reforço dos *poderes federais* do BCE, que é uma instituição não eleita, que não pode sequer coordenar as suas decisões no âmbito da política monetária com as políticas da UE ou dos estados-membros e que não responde politicamente pelos seus atos.

Num momento em que tanto se fala (e não só em Portugal) da necessidade de criar *bancos (ou agências) de fomento de capitais públicos* que assegurem meios

---

[77] Este caminho 'federador' afasta cada vez mais o RU não só da UEM mas da própria UE, no seio da qual, de resto, já tem um regime de excepção, resultante de um batalhão de cláusulas específicas, que o coloca com um pé fora e um pé dentro da UE. Há quem entenda que o RU não faz falta à União Europeia. É verdade que os dirigentes britânicos se comportam muitas vezes mais como servidores dos interesses americanos junto da UE do que como membros solidários da UE. A verdade, porém, é que a história da Europa não se concebe sem as ilhas britânicas e não é fácil imaginar o futuro da Europa sem elas e as suas gentes. E muito menos contra elas.

Mas levanta-se aqui, segundo creio, um outro problema. O tratado que cria a *União Bancária* vem alterar as competências estatutárias do BCE. Ora, constando os Estatutos do BCE da TUE, como pode este ser alterado sem o voto unânime dos estados-membros da UE?

de financiamento adequados à re-industrialização e à promoção de um modelo de crescimento equilibrado e sustentado, coloca-se a questão de saber se este *mecanismo único (federal) de supervisão* será compatível com a atuação destas novas instituições segundo critérios políticos, não necessariamente coincidentes com os critérios puramente financeiros impostos pela 'filosofia' orientadora do BCE.

A criação deste *mecanismo federal de supervisão* representa mais um passo em frente no sentido do *federalismo ao serviço dos mais fortes*, sem qualquer garantia de que a supervisão efetuada pelo BCE seja de natureza diferente da efetuada até agora: ela será, certamente, uma *supervisãoamiga da banca* e respeitadora dos dogmas neoliberais de que o BCE é um dos mais firmes guardiões.

À luz do que fica dito, não admira, por isso, que a *União Bancária* tenha sido saudada pela fina flor dos banqueiros europeus, que, aliás, dominaram as comissões encarregadas de preparar os dossiês (a começar pelo chamado *Grupo Larosière*, apelido de um funcionário de topo do BNPParibas).[78]

Os que estão sempre de acordo com tudo o que vem de Bruxelas (ou de Berlim) não se cansam de proclamar que a união bancária é 'a solução' para desligar os estados das dívidas da banca, de modo a que não sejam os contribuintes a tapar os buracos dos jogos de casino. Para isso está previsto o *dispositivo comum para prevenir e resolver as falências bancárias*...

Argumentam também que a União Bancária vem pôr termo à fragmentação financeira atual, impondo uma entidade única de supervisão da banca, anunciando que, deste modo, se ultrapassará a situação de desigualdade em que hoje se encontram as empresas de diferentes países da zona euro no que se refere às condições de acesso ao crédito e às taxas de juro a pagar. As empresas portuguesas e as empresas alemãs ficarão em pé de igualdade!

Como se fosse uma varinha mágica, a *União Bancária* livrar-nos-á do 'inferno' atual, governado pelas 'leis' do grande capital financeiro, e oferecer-nos-á o 'paraíso', pelo menos o *paraíso do crédito*... É pura matéria de *fé*, que só pode salvar os que acreditam nos *dogmas* da ideologia dominante.

---

[78] Alegando os objetivos de dificultar a vida a novas crises financeiras como a que varreu o mundo em finais de 2007, a partir dos EUA, e de assegurar que a banca financie a economia real (um modo 'delicado' de dizer: *assegurar que a banca não se dedique a práticas especulativas* irresponsáveis e muitas vezes criminosas), a UE vem adotando medidas tímidas de regulação da atividade bancária, no âmbito de aplicação das decisões do Comité de Basileia (nomeadamente as regras de *Basileia III*). Trata-se do reforço dos capitais próprios dos bancos, da reforma dos chamados rácios de alavancagem, do reforço dos mecanismos de garantia dos depósitos, da moderação dos prémios a atribuir aos administradores da banca (para não os estimular a correr riscos excessivos). São medidas de fraco alcance (que ficaram aquém do previsto), mas o aparelho de Bruxelas acredita (ou diz que acredita...) que, se os EUA avançarem no mesmo sentido, ficará garantida a estabilidade do sistema financeiro... Ver o artigo do Comissário Europeu Michel BARNIER, cit.

Fará sentido acreditar que a *União Bancária* vai proporcionar crédito nas mesmas condições e aos mesmos custos a todas as empresas dos países da Eurozona, sem confiar ao estado a propriedade e a gestão das instituições financeiras? A UE ainda nem sequer conseguiu (nem está preocupada com isso!) que os seus estados-membros (estados soberanos e iguais, segundo os Tratados) tenham acesso ao crédito nas mesmas condições. A UE permite que funcionem no seu seio importantes *paraísos fiscais* para acolher os ganhos do *crime sistémico* e proteger os seus protagonistas (instituições financeiras, gente rica, empresários de sucesso, políticos bem comportados). A UE promove sistematicamente a *concorrência fiscal* entre os estados-membros (mesmo dentro da euro-zona, constituída por estados que têm a mesma moeda!), pondo de lado qualquer ideia de *harmonização fiscal*. A UE não é capaz de alimentar um orçamento comunitário digno deste nome. A UE está longe de caminhar, a sério, para a emissão de dívida comunitária. A UE não quer um banco central europeu ao serviço dos estados e dos povos. A própria UE e os 'estados dominantes' dentro dela impõem condições draconianas e cobram taxas de juro agiotas aos estados-membros carecidos de *ajuda*: a Alemanha financia-se a taxas de juro reais abaixo de 1% e empresta dinheiro a Portugal (para nos *ajudar*, claro), no âmbito do *Memorando de Entendimento*, a taxas de juro de 5,1%.

No quadro da *União Bancária* anuncia-se um *fundo europeu de garantia de depósitos* até cem mil euros. Dizem-nos que é uma medida para gerar *confiança* junto dos depositantes, que recuperarão o seu dinheiro, mesmo em caso de falência dos bancos. Mas as notícias que têm vindo na comunicação social especializada indicam que está muito longe de se concretizar a hipótese de criação de uma entidade única e supranacional (à escala da zona euro) que desempenhe esta função de garantir os depósitos bancários.

Por outro lado, a 'história' trágico-cómica do plano de assistência a Chipre veio deixar claro que tal fundo é só para depositante ver (os ricos a sério 'depositam' nos paraísos fiscais...) e que a *União Bancária* é mais um expediente para enganar tolos. O *confisco* de parte significativa dos depósitos bancários só não avançou porque o clamor suscitado por tal medida foi enorme (até os bancos se devem ter assustado...). O que fica desta 'história', porém, é a certeza de que, ao mesmo tempo que se prossegue com a *União Bancária* para criar um *clima de confiança* à volta do sistema bancário e do comportamento da banca, mantém-se o confisco de uma parcela dos depósitos superiores a cem mil euros e proclama-se que esta 'solução' poderá ser aplicada em outros países 'intervencionados'. Em vez de serem os acionistas dos bancos a suportar os prejuízos, são os depositantes os sacrificados (com o argumento pio de que assim se poupam os contribuintes...).

Admitido o *princípio do confisco*, o montante a partir do qual ele é praticável dependerá das circunstâncias... Nada melhor para criar confiança... Nada melhor para estimular a fuga de capitais, a menos que se generalize o sistema de controlo dos movimentos de capitais, como se fez em Chipre. Não seria mau que os países recuperassem essa capacidade, mas isso poria em causa o euro... (que foi posto em causa em Chipre: os euros do Chipre não são euros como os outros, porque não podem sair do país..., o que significa que, para este efeito, Chipre já 'saiu' do euro...). Este é o retrato da *União Bancária*, tal como ela se me apresenta. Estarei a ver mal?

A ideia de *União Bancária* parte do pressuposto de que existe na UE (ou na zona euro) um *mercado bancário interno único*, pressuposto que a realidade não confirma. A este respeito, como a muitos outros, a situação atual na 'Europa' está longe de corresponder a um espaço económico onde impere a famosa *concorrência livre e não falseada*. Estamos muito mais próximos de um espaço no seio do qual os países mais fortes (os do 'norte') impõem aos mais fracos (os do 'sul) um verdadeiro regime de *pacto colonial*. Só assim se compreende que o estado português e as empresas portuguesas tenham de se financiar junto dos "mercados" a taxas de juro muito superiores às exigidas pelos "mercados" à Alemanha e às empresas alemãs. Não há mercado bancário interno único, ou então é um mercado monopolista, com *poder de mercado* (e *poder político*) bastante para aplicar preços diferentes a clientes que se propõem adquirir o mesmo produto. Os preços (taxas de juro) mais baixos são oferecidos aos clientes mais fortes, não aos melhores clientes; os clientes mais fracos são obrigados a pagar preços (taxas de juro) mais elevados, ainda que possam ser melhores clientes (há, certamente, empresas portuguesas que são melhores do que algumas empresas alemãs). Não há concorrência, há domínio.

Em suma: a criação da *União Bancária* significa mais um passo no sentido da consolidação da 'Europa' como uma estrutura federal distorcida (uma espécie de *federalismo de funil*...), funcionando cada vez mais à margem do jogo democrático. Com efeito, o caminho da *federalização encapotada* está a fazer-se, mais uma vez, sem que os povos da Europa fossem ouvidos sobre estes 'avanços', certamente com o argumento (já utilizado em outras circunstâncias pela *inteligentzia* europeísta, herdeira intelectual da velha nobreza feudal) de que os povos são ignorantes e não têm discernimento para opinar sobre tão complexas *questões técnicas*. Cumpre-se a tradição de um processo que tem decorrido sempre "à porta fechada", sem a participação dos povos da Europa e, portanto, contra os povos da Europa. É bom de ver que uma 'Europa' assim não pode ter grande futuro.

Uma coisa é certa: as *reformas estruturais* apregoadas pelas centrais ideológicas e pelos poderes ao serviço do capital financeiro são apenas as que

se destinam a privar os trabalhadores do *direito de ter direitos*, e esta 'reforma' do sistema bancário não é a *reforma estrutural* que as circunstâncias há muito impõem. Na verdade, nada se fez para regressar ao regime (introduzido nos EUA em 1933 pela *Lei Glass-Steagall*) de separação absoluta entre *bancos comerciais* (que aceitam depósitos com base nos quais concedem crédito a curto e a médio prazo às famílias e às empresas) e *bancos deinvestimento* (que se especializam na gestão de patrimónios, nomeadamente através de aplicações financeiras de alto risco). O sagrado *princípio da banca universal* saiu intocado desta 'reforma', o que significa que os grandes bancos podem continuar a especular livremente.[79]

E, no entanto, toda a gente sabe que é esta *liberdade do capital* que está na base das *crises bancárias* que se foram verificando nas últimas três décadas e, muito claramente, na base desta crise que rebentou nos EUA em 2007/2008. O setor *banca de investimento* dos grandes bancos joga forte na especulação e acaba por se encharcar de *ativos tóxicos*. Os prejuízos dos *jogos de casino* sugam os recursos do setor *banca comercial* (os capitais próprios e os depósitos dos clientes), e, como estes recursos não chegam, os estados são chamados a salvar os bancos *too big to fail*, endividando-se para financiarem estas operações de salvamento e fazendo cair sobre os trabalhadores-contribuintes os custos de todas estas operações, ao mesmo tempo que a banca comercial fica sem dinheiro para financiar as atividades produtivas, agravando assim o clima recessivo resultante das políticas contracionistas adotadas pelos estados-salvadores-do-grande-capital-financeiro-especulador, com o (falso) fundamento de que é necessário combater o despesismo e cortar cerce o vício dos povos de viver acima das suas posses.[80]

A reforma estrutural mínima do sistema financeiro na Europa tem de começar pela alteração profunda do estatuto 'esquizofrénico' do BCE, para que ele assuma as responsabilidades de um verdadeiro banco central. E não pode deixar de pôr fim à liberdade absoluta de circulação de capitais, ao princípio da banca universal e à liberdade de criação de produtos financeiros derivados, que não são mais do que fichas para jogos de casino. E tem de permitir aos estados nacionais o controlo dos movimentos internacionais de capitais. Sem isto, o mundo continua entregue aos *especuladores* (aos *tipos* que são *a sida da economia mundial*).

---

[79] Esta foi uma das promessas de François Hollande. Mas a promessa pariu um rato. Ver D. PLIHON, "Uma reforma…, cit. 13.

[80] Nos primeiros dias de fevereiro de 2013, os *media* anunciaram que o governo alemão vai propor ao parlamento legislação que puna mais severamente (incluindo com pena de prisão) os banqueiros que não cumprirem as boas práticas de gestão bancária e que, em certas condições, obrigue os bancos a separar as atividades próprias da *banca de investimento* das atividades correntes da *banca comercial*, entregando aquelas a uma sociedade comercial criada para o efeito.

17. Estas são questões que vêm sendo negociadas em grande segredo, entre os EUA e a UE, desde julho de 2013, com vista a um futuro *Acordo de Parceria Transatlântica* (APT), que se espera possa estar concluído dentro de dois anos.[81]

Nestas negociações estão envolvidas múltiplas questões relacionadas com a desregulamentação de vários sectores de atividade, com o propósito de facilitar o desenvolvimento do *livre comércio*, em nome da ideia de que a plena liberdade d0o comércio internacional é a estrada real para o crescimento económico e para o progresso de todo o mundo. É a filosofia inspiradora da OMC levada ao extremo, apesar da contestação teórica a esta tese, que a realidade desmente todos os dias.

As negociações em causa aceleraram-se depois de concluídas, em outubro de 2013, as conversações para um *Acordo de Comércio Livre entre o Canadá e a União Europeia* (inspirado pela mesma filosofia), conversações cujo êxito animou as grandes empresas multinacionais e o grande capital financeiro a aumentar a pressão sobre a Administração americana e sobre a Comissão Europeia no sentido de aprovar o referido APT.

No que aqui nos interessa de modo especial, direi que o grande capital financeiro está a fazer pressão no sentido de liquidar quaisquer veleidades de levar por diante qualquer tipo de *imposto sobre as transações financeiras*. E parece que, apesar da discussão que sobre esta matéria se tem desenvolvido nas instituições da UE e dos documentos já aprovados a este respeito[82], parece que a vida não está fácil para aquele imposto, uma vez que a Comissão Europeia já se manifestou no sentido de reconhecer que ele pode não respeitar as regras da OMC. No mesmo sentido aponta a posição do FMI, que discorda de qualquer tipo de controlo sobre os movimentos de capitais.

---

[81] O *Big Business* está a tentar de novo o que já foi tentado na década de 1990, através do famoso AMI (*Acordo Multilateral sobre o Investimento*), negociado entre 1995 e 1997 pelos estados-membros da OCDE. Foram negociações ultra-secretas, para que os povos não conhecessem o que estava a urdir nas suas costas. Mas o texto foi conhecido antes da sua aprovação final. E os protestos foram tantos, em várias partes do mundo, que o AMI foi posto de parte. Está agora ser ressuscitado, através das negociações acima referidas, também ultra-secretas, activadas por pressão e sob a batuta do *Trans-Atlantic Business Council*, um grupo empresarial de *lobbying* criado em 1995 com o patrocínio da Comissão Europeia e da Administração americana, e que funciona como um fórum permanente de coordenação de ações de oposição às políticas públicas que podem limitar as liberdades do grande capital no âmbito do comércio internacional e de promoção da desregulação total em todos os setores, para facilitar o *livre comércio internacional*. Sobre as negociações com vista ao APT e tudo o que elas envolvem, ver o interessante artigo de Lori WALLACH (Diretora da *Public Citizen's Global Trade Watch*, em Washington), sobre este "um tufão que ameaça os europeus", cit.

[82] Ver o meu livro *A Crise...*, cit., 182-187.

Do lado europeu, a *Associação dos Bancos Alemães* (em que pontifica o *Deutsche Bank*) vem fazendo pressão para que sejam postas de parte as envergonhadas reformas do sistema financeiro introduzidas nos EUA depois de 2008.

De um e de outro lado do Atlântico, os grandes bancos e as grandes companhias de seguros estão satisfeitos com o *capitalismo sem falências* inventado para os salvar da bancarrota, que é também o *capitalismo sem risco* e o *capitalismo do crime sistémico* ("too big to fail", "too big do jail"), e rejeitam qualquer tipo de regulação das 'indústrias' da banca e dos seguros, nomeadamente no que se refere aos *investimentos de alto risco*. Não se trata apenas de se oporem à sua proibição pela banca comercial. Eles opõem-se igualmente ao controlo por parte do estado da natureza e do volume desses 'investimentos' ou da origem dos 'produtos financeiros' colocados no mercado. O grande capital financeiro quer continuar a jogar no casino, impunemente, e defende com unhas e dentes o *capitalismo de casino*.

Se o APT vier a ser aprovado e levado à prática, os estados nele envolvidos que não cumprirem as regras impostas pelo 'código' ultraliberal que ele representa ficarão sob a mira de 3.300 empresas europeias implantadas nos EUA (com 24.000 filiais) e de 14.400 empresas americanas a operar na Europa (50.800 filiais). Todas elas poderão demandar, elas próprias, os estados infratores junto de *tribunais arbitrais especiais* (à margem da organização judiciária dos estados, e de cujas decisões não há recurso), para exigir o pagamento de pesadas reparações financeiras, alegando que as políticas desses estados restringem o seu dinamismo comercial, quebram as suas expectativas, desvalorizam os seus ativos ou impedem a realização de lucros esperados.[83]

---

[83] Segundo dados da CNUCED, o número de ações movidas junto destes *tribunais arbitrais especiais* decuplicou desde 2000 e sofreu um forte incremento nos últimos dois anos.

Alguns exemplos (colhidos em L. WALLACH, op. cit.) de ações intentadas por empresas multinacionais contra estados soberanos, ao abrigo de acordos já em vigor, inspirados pelos princípios do livre comércio. Empresas europeias accionaram o estado egípcio por ter aumentado o salário mínimo; uma empresa americana accionou o estado do Perú por ter limitado as emissões tóxicas no país; tabaqueiras americanas demandaram em tribunais especiais a Austrália e o Canadá porque agravaram a legislação antitabaco; uma empresa farmacêutica americana accionou o Canadá por ter estabelecido um sistema de proteção de patentes que não lhe agradou. Os montantes das indemnizações atribuídas às multinacionais atingem somas astronómicas: o Equador foi condenado recentemente a pagar dois mil milhões de euros a uma petrolífera. Mesmo quando os estados demandados ganham as ações, são obrigados a pagar as custas do processo (em média, oito milhões de dólares por processo). Para evitar o risco de um esbulho deste tipo em ação que estava iminente, o estado canadiano apressou-se a revogar legislação que proibia um aditivo tóxico usado pela indústria petrolífera.

O *Big Business* dos EUA e da UE ficará em condição de impor a todos os países que pretendam manter relações com estes dois grandes blocos comerciais o 'código' ultraliberal que já está em vias de aprovação por doze países da zona do Pacífico, no âmbito do *Trans-Pacific Partnership* (TPP). O grande capital reforçará, deste modo, os seus instrumentos de domínio no seu 'império' mundial, transformando o mundo num grande *paraíso judiciário* (sem lei e sem tribunais verdadeiros), em que tudo lhe é permitido.

É particularmente importante o que está em causa nas negociações em curso com vista à aprovação do mencionado APT. Os estados abrangidos por este Acordo perderão grande parte da sua soberania, sacrificada ao 'paraíso' prometido pelo *livre comércio internacional*, em nome do qual se permite às grandes empresas multinacionais oporem-se, junto dos 'seus' tribunais, às políticas públicas relativas ao mercado financeiro, à política fiscal, à legislação laboral, à política de salários, à política de defesa do ambiente, de controlo da qualidade dos alimentos, à política referente aos serviços públicos (saúde, energia, educação, água, transportes, etc.).[84]

Afinal, G. W. Bush tinha razão ao falar do *império do mal*. O *império do mal* é este 'império' do *capitalismo do crime sistémico*, é este 'império' que a "grande

---

[84] Vale a pena referir alguns dos temas já em debate a este respeito.

Sabe-se que 80% dos consumidores americanos apoiam a obrigatoriedade de identificar nas embalagens os produtos que contêm organismos geneticamente modificados (OGM), medida que metade dos estados federados tencionam introduzir. Mas os 'industriais' dos setores interessados (com a *Monsanto* à frente) opõem-se ferozmente ao direito dos consumidores a ser informados daquilo que compram e consomem. É claro que a *Monsanto* lidera também o *lobby* que pressiona no sentido de que o futuro APT deite por terra a legislação europeia que impede (ou dificulta) a importação de produtos que contêm OGM.

As empresas de aviação americanas pressionam no sentido de ser abolido o sistema europeu de quotas de emissões, que obriga as companhias aéreas a pagar a poluição que causam pela emissão de carbono. Mesmo sem o APT aprovado, A Comissão Europeia suspendeu aplicação da legislação contestada pelas empresas americanas.

A carne produzida nos EUA contém um produto químico destinado a aumentar a percentagem de carne magra (de vaca e de porco). Este produto que é nocivo para saúde dos animais e dos consumidores, razão por que foi proibido em 160 países, entre os quais todos os da UE, Rússia e China. Os produtores americanos pressionam no sentido de o APT acabar de vez com esta limitação ao livre comércio.

O poderoso grupo das empresas americanas ligadas ao comércio digital vem exercendo enorme pressão no sentido de que o APT derrube a resistência europeia à livre circulação dos fluxos de dados pessoais. Empresas que fornecem serviços à *National Security Agency* (o serviço secreto americano que Edward Snowden denunciou ao mundo por andar a espiar mensagens de email e conversas telefónicas de milhões de pessoas, incluindo altos dirigentes políticos europeus) insistem em que o APT não permita que a proteção da segurança e da vida privadas possa servir de pretexto para colocar entraves ao comércio.

Não consigo deixar de pensar que se trata de verdadeiros *crimes contra a humanidade*. De todo o modo, a civilização está em causa, e ela não pode ser objeto de negócio acertado em segredo por aqueles que atentam contra os valores da civilização que construímos, com a cumplicidade de alguns dirigentes políticos e de alguns estados e de alguns organismos internacionais.

democracia americana" e a democrática UE estão agora a montar, em ambiente de grande segredo conspirativo, à revelia dos povos dos EUA e do continente europeu, e, afinal, de todos os povos do mundo, igualmente 'súbditos' deste *império do mal*.

18. Parece hoje indiscutível que foi um erro a nossa adesão ao euro-moeda-única, ainda por cima a este *euro alemão*, concebido e concretizado ao serviço da estratégia imperial da Alemanha. O Relatório Anual do Banco de Portugal (2012) é claro: nos 13 anos posteriores à nossa adesão ao euro o crescimento acumulado da economia portuguesa (pouco acima de zero) situa-se 8% abaixo do que se verificou no conjunto dos estados da zona euro. Ao contrário do que anunciaram os militantes defensores da nossa adesão ao euro – talvez convencidos de que ele seria uma nova 'Índia' que nos traria, como que por milagre, o leite e o mel da nossa felicidade –, ele não nos aproximou da 'Europa', muito menos do "pelotão da frente" de que falavam os 'euristas'. Está a afastar-nos aceleradamente da Europa.

No que me diz respeito, sinto-me bem acompanhado por este diagnóstico de J. Ferreira do Amaral: "Vinte anos depois – escreve o autor –, a economia portuguesa está destroçada, o estado em bancarrota, o País nas mãos de credores e sujeito a políticas ditas de ajustamento que reforçam esse domínio, os jovens portugueses desesperam e vêem-se obrigados a emigrar em massa; o desemprego ultrapassa todos os máximos anteriores; a própria sobrevivência de Portugal está em risco".[85]

---

[85] Ver J. FERREIRA DO AMARAL, *Porque devemos sair do euro,* cit., 15, 72, 92 e 93 ss. Quando a generalidade dos trabalhadores portugueses empobrece aceleradamente e um número muito elevado sobrevive à custa da *sopa dos pobres* (eufemisticamente designadas por "cantinas sociais"), valha-nos ao menos a consolação de saber, pela comunicação social (7.11.2013), que o nosso País passou a ter 870 multimilionários (fortunas superiores a 25 milhões de euros), número que aumentou, durante o ano de 2012 (abençoada crise!), 10,8% (a média europeia foi de 8,7%). É bom sabermos também que a fortuna global desta nova 'aristocracia' passou de 90 pata 100 mil milhões de euros (um aumento de 11,1%, superior à média europeia – 10,4%). É bom sabermos que nem todos os portugueses sofreram as consequências do "brutal aumento de impostos" a que o governo condenou os que vivem do seu trabalho. E é claro que aqueles 'aristocratas' também não sofreram com os cortes nos salários, nas pensões e nos direitos sociais. E também não pagaram (nem pagarão) a famosa *taxa extraordinária de solidariedade*. Solidários à força só os aposentados da CGA, merecedores de todos os castigos... Todos os que têm vindo a terreiro defender estas políticas de "austeridade regeneradora" (o que os homens inventam!) são, com certeza, tributários da filosofia de Hayek, segundo o qual a expressão *justiça social* devia ser abolida do vocabulário dos economistas.

Os resultados das *políticas de austeridade* são conhecidos e não são nada animadores. Essas políticas têm sido 'justificadas' com o 'argumento' de que nos colocámos numa situação de devedores porque andámos (todos...) a viver acima das nossas posses. Como gente honrada, cabe-nos agora fazer das tripas coração para pagar uma dívida que contraímos cometendo um 'pecado' idêntico ao da gula. Este é

Perante este quadro, tem-se discutido a questão de saber se a solução preferível para estes países não será mesmo a cessação de pagamentos, seguida da saída da Eurozona (abandono do euro) e da renegociação forçada da dívida.[86]

Em Portugal, esta solução tem sido defendida pelo Prof. João Ferreira do Amaral, que, desde o início, mostrou reservas à criação do euro como *moeda única* (embora admitisse, como refiro atrás, possíveis vantagens de uma *moedacomum da UE*, que coexistisse com as moedas nacionais dos países que desejassem mantê-las), e que nunca viu com bons olhos a nossa entrada para o euro nas condições em que ela se verificou, por entender, pelas razões já vistas, que faltavam em absoluto

---

um 'argumento' que convence muita gente de boa fé (por isso ele é utilizado até à exaustão). No entanto, em julho de 2013, o Primeiro-Ministro português queixava-se, em Vila de Rei (para onde foi ele dizer estas verdades, lá para o *Portugal profundo*...), de que "a crise tem sido mais forte porque as pessoas gastaram menos do que previmos". Depois dos cortes draconianos de salários, pensões e direitos sociais e do "brutal aumento de impostos" a que os trabalhadores portugueses foram submetidos, ninguém esperaria ouvir isto do Primeiro-Ministro responsável por estas políticas. Se o OE/ 2014 for aplicado tal como o governo pretende, é inevitável que os portugueses alimentem muito menos a procura interna, provocando nova onda de recessão (baixa do PIB e aumento do desemprego). Nessa altura, o Primeiro-Ministro (que 'culpa' os portugueses pela crise da dívida, por terem andado a *viver a cima das suas posses*) virá certamente culpar de novo os portugueses pela recessão, por teimarem em *viver abaixo das suas posses*..., dificultando a 'salvação da pátria', talvez apenas porque são do 'contra' e querem complicar a vida ao governo, que, por seu lado, faz o possível e o impossível para que toda a gente viva acima das suas posses...

[86] Sobre esta problemática, ver C. LAPAVITSAS e outros, "Eurozone Crisis… e "The Eurozone…, cits. Manuel CASTELLS (op. cit.) é uma das muitas vozes que defendem o abandono do euro por parte de países como a Espanha, por não fazer sentido "defender até ao último grego" uma moeda "que está condenada porque exprime economias divergentes e não tem um estado por trás dela". Reconhece que o abandono do euro "causará problemas de transição na economia e nos nossos bolsos, em condições que dependem do modo como se verificar a transição", Manuel Castells sublinha as vantagens desta opção: "recuperaríamos a soberania sobre a política económica, ajustar-se-ia a realidade monetária e financeira à economia real, incrementar-se-ia a competitividade, ganhando mercados externos e internos, haveria uma explosão de turismo [na Espanha]. Poderia reativar-se a economia emitindo moeda. E portanto incrementar-se-ia o emprego. Porque o essencial é crescer, não flagelarmo-nos".

Num livro de 2012, Francisco LOUÇÃ e Mariana MORTÁGUA (*A DÍVIDA(DURA)*..., cit.) expõem, no Capítulo I da Parte I, as dificuldades e problemas que podem resultar da saída de Portugal do euro, razões perante as quais os autores concluem (p.28) que, "no contexto atual, a saída do euro é a pior de todas as soluções", solução que "só se pode aceitar quando não exista rigorosamente nenhuma outra, quando se esgotarem todas as alternativas, quando a sobrevivência o exigir". Os autores admitem, porém, que esta 'solução' possa ser-nos imposta "por vontade do diretório europeu", mas só aceitam que ela seja encarada pelos portugueses se, "perante o descalabro das instituições e das regras europeias", a nossa independência estiver em causa e "Portugal não tiver outra solução que não seja abandonar a União Europeia e, em consequência, o euro, para recuperar a capacidade de decisão". Se se chegar a este ponto, os autores entendem ser "necessário que a maioria da população esteja empenhada nessa resposta, de modo a condicioná-la pela força dos movimentos populares e da defesa dos interesses do trabalho".

os requisitos técnicos (e políticos) exigidos para o bom funcionamento de uma *zona monetária ótima*.[87]

Já em junho de 2011 J. Ferreira do Amaral sustentava que "os políticos têm de começar a pensar numa saída airosa do euro enquanto ainda há tempo". Impressiona particularmente o paralelismo que faz com a situação desesperada de Portugal perante a guerra colonial, que provocou a rotura revolucionária em 25 de abril de 1974. "A situação é comparável, com as devidas distâncias, à Guerra Colonial. Durante a guerra – alega Ferreira do Amaral – a única coisa que sabíamos é que ela não era sustentável a prazo, que teria de acabar".[88]

---

[87] Em livro recente, o autor, para além de mostrar que a UEM nunca satisfez os requisitos de uma zona monetária óptima definidos por Robert Mundell no famoso artigo na *American Economic Review* (1961), acrescenta ainda uma outra razão. Considerando que a CEE/UE é "uma organização meramente artificial, quase sem identidade", constituída por "países que têm a sua identidade própria, organizados em estados com muitos séculos de História", "defende que, "numa situação destas, os interesses das entidades-estados não podem ser preteridos face aos interesses do todo, porque os cidadãos nacionais não aceitam a subalternidade do seu estado em relação aos interesses dos restantes". Daí a sua conclusão: "nunca o espaço europeu poderá constituir uma zona monetária óptima". Cf. J. F. AMARAL, *Porque devemos sairdo euro*, cit., 71. Os adeptos do estado federal europeu não deviam esquecer estas reflexões.

[88] Ver o artigo de João FERREIRA DO AMARAL em *Diário de Notícias*, 20.6.2011.

Não falta, de resto, quem entenda que poderá estar a aproximar-se o fim da própria UEM. Um economista muito em voga (porque se diz que 'previu' a crise atual…), Nouriel Roubini, escrevendo em meados de novembro/2011 (Cf. *Folha de S. Paulo*, 13.11.2011), faz este prognóstico: "Já que a Itália é grande demais para quebrar (falir) e também para ser salva, e que agora chegou a uma situação da qual não há volta, o jogo entrou em seu período final para a zona euro. Primeiro, virão reestruturações de dívidas sequenciais e coercivas. Depois, saídas da união monetária, que terminarão na desintegração da união monetária".

Uma fonte tão por dentro do sistema como *The Wall Street Journal* escreve na sua edição de 8.12.2011: "Alguns bancos centrais europeus começaram a elaborar planos de emergência para preparar a eventualidade de um ou vários estados abandonarem o euro, ou mesmo a possibilidade da completa desagregação da união monetária europeia".

Há mesmo quem afirme que " o Goldman Sachs, o Citygroup, o Wells Fargo, etc. apostaram biliões de dólares na implosão da moeda única" (Domingos FERREIRA, op. cit.).

Acontece que a *crise do euro* parece não chegar ao fim. E começa a causar problemas a países 'centrais' da UE, como a Itália, a França e a Holanda. Na Itália, além dos efeitos sobre a economia, o emprego, o défice público e a dívida externa, a crise criou as condições para que o povo italiano tivesse de suportar um governo que foi uma verdadeira "junta civil", um governo imposto pelos "mercados", um governo que inaugurou um novo ciclo de instabilidade política. Na França, está a ficar claro que nem os conservadores de Sarkozy nem os socialistas-liberais de Hollande conseguem encontrar a chave para vencer a crise, o que não é de admirar, uma vez que ambos se fornecem na farmácia neoliberal, que não tem remédios adequados para a doença de que sofre o capitalismo europeu, asfixiado pelo capital financeiro.

As nuvens negras para a UEM (e para o euro) adensam-se agora com a crise a envolver a Holanda, um dos países 'justiceiros' dos *povos do sul*, que condenou a duras penas por terem querido viver acima das suas posses. A verdade é que a Holanda está a braços (desde 2008) com uma 'bolha imobiliária' que não cessa de inchar, pondo em causa a estabilidade do sistema financeiro (fortemente comprometido

No livro atrás referido (publicado já em 2013), João Ferreira do Amaral regressa ao tema, procurando explicar "porque devemos sair do euro" (é o título do livro). Depois de uma síntese muito clara das razões que, desde o início, o levaram a denunciar o erro da nossa adesão ao euro, faz um diagnóstico das consequências desta decisão errada, com base no qual defende que a própria salvaguarda da nossa sobrevivência como país independente aconselha a nossa saída do clube do euro.[89]

Outro defensor da saída de Portugal do euro é Octávio Teixeira. Num texto de novembrode 2012 defende que a saída do euro "é uma necessidade objetiva para a viabilização do País".[90] Invocando os efeitos negativos para a economia portuguesa da sobrevalorização do euro a partir de 2003 (que estima entre 30% e 40%), sustenta que o relançamento da economia com base no aumento da produção só é viável se forem repostos os equilíbrios estruturais da economia, o que exige necessariamente a "adequação do preço da moeda à realidade e à estrutura económicas do País". Por outras palavras: o aumento da produção em condições de competitividade externa (quer no que toca às exportações quer no campo da substituição de importações) tem de passar pela "desvalorização estrutural da moeda, o que implica a saída do euro e a recuperação da soberania monetária". Sem se dar este primeiro passo, conclui o Autor, nenhuma estratégia de reindustrialização do País será viável.

---

com a especulação no imobiliário). O estado já teve de salvar um banco da falência e o preço das habitações está a baixar a um ritmo idêntico ao registado nos EUA em 2007/2008. Entretanto, prevê-se que o PIB baixe em 2013; o desemprego duplicou em dois anos e está em 8,1%; as receitas fiscais estão a diminuir, provocando o défice das contas públicas; a dívida das famílias corresponde a 250% do PIB, índice muito superior ao registado nos 'países do sul' (Grécia, Espanha e Portugal). Sendo a Holanda um *país-professor* no que respeita ao cumprimento dos 'deveres' impostos pelo euro, não será arriscado concluir que a raiz do problema deve estar, afinal, na natureza e estrutura do próprio euro, que começa a esmagar os próprios pais. Estará aqui o princípio do fim do euro?

[89] Embora com diferente enquadramento ideológico, também Pedro BRAZ TEIXEIRA (op. cit., 149) aponta deficiências estruturais ao euro, sustenta que o euro tem sido um fracasso (em termos nacionais e em termos europeus), concluindo que "o euro não tem condições de sobrevivência". No que diz respeito à nossa participação no euro, entende que não foi uma boa opção, que "a gestão macroeconómica da [nossa] adesão ao euro não podia ter sido pior" e conclui que da nossa permanência no euro (se ele sobreviver...) só podem esperar-se salários quase congelados e desemprego mais elevado, com muita dificuldade em diminuir. Nas páginas 161ss pode ver-se uma síntese dos argumentos que, segundo o Autor, podem invocar-se a favor e contra a manutenção do (no) euro.

Analisando os prós e os contras da saída de Portugal do euro, também Nuno Teles e Alexandre Abreu se inclinam a favor do abandono do euro pelo nosso País: "Democracia é poder decidir o nosso futuro. Sair do euro não é uma condição suficiente, mas é uma condição necessária". Cf. "Sair do euro..., cit.

A problemática de um eventual abandono do euro por parte de Portugal é também equacionada no artigo, já citado, de João GALAMBA.

[90] Cf. "Sair do euro…, op. cit.

Num artigo de 2013, Carlos Carvalhas analisa também a problemática da saída de Portugal do euro e, se bem vejo, a sua análise não anda longe dos pontos de vista que eu próprio venho defendendo. Escreve o Autor: "O debate não se pode situar, nem numa saída com simplicidade esquemática, nem num quadro de apocalipse wagneriano, no estilo dos helicópteros do filme de Coppola". (...) "A saída é complexa; tem desde logo consequências difíceis, negativas, já referenciadas por muitos, pelo que teria de ser negociada e compensada, pois ela também poderá trazer benefícios para a zona euro, designadamente para o seu núcleo duro – Alemanha, Holanda, Finlândia e Áustria. Por isso, a negociação e a compensação, podendo trazer benefícios para várias partes, pode tornar-se realista".[91]

19. Pela minha parte, pesando bem as suas consequências no plano da economia e no plano social, entendo que uma decisão unilateral de saída do euro não pode ser tomada de ânimo leve.

Salientam alguns autores que "não é fácil apurar o que acontecerá no interesse dos trabalhadores da periferia, para não falar dos do centro". Apesar de tudo, parece que querem deixar uma perspetiva optimista: "se fosse seguido o caminho do não pagamento, renegociação da dívida e saída do euro, ele conduziria a uma mudança na correlação de forças em favor do trabalho. Por isso ele quebraria as amarras do conservadorismo e do neoliberalismo na Europa".[92]

A verdade, porém, é que a generalidade dos que defendem a saída do euro (invocando alguns a experiência paralela – mas não idêntica – da Argentina, na sequência da crise que a afetou no início da década de 2000) sublinha que a solução em análise arrastaria consequências difíceis de enfrentar. E não se vê como é que a opção pela saída do euro poderia provocar, por si mesma, a referida alteração na correlação de forças em sentido favorável aos trabalhadores. O que poderá dizer-se é que a decisão de 'sair do euro' seria mais fácil de tomar e teria talvez consequências menos gravosas se se verificasse, no país em causa, uma correlação de forças favorável aos trabalhadores e às suas organizações. Creio que, neste momento, não é esta a situação, nem em Portugal nem em nenhum dos demais países vítimas do sistema da moeda única e da especulação contra o euro.

A meu ver, uma análise fria da situação obriga a admitir que os riscos de uma tal decisão são sérios e de vária ordem. Para além dos riscos de fuga de capitais e até de corrida aos bancos para levantamento dos depósitos, o abandono do euro implicaria uma *desvalorização* muito acentuada da nova/velha moeda (à roda de 50%, estimam alguns especialistas).

---

[91] Cf. "O euro..., cit.

[92] C. LAPAVITSAS e outros, "The Eurozone…, cit., 47/48.

Reconheço sem dificuldade que Portugal precisa de desvalorizar a moeda com que opera, porque com a adesão ao euro sofremos uma sobrevalorização não inferior a 40%, que constitui uma barreira muito forte à nossa competitividade (nos mercados externos e no mercado interno) e à nossa capacidade de crescimento económico. E sei bem que essa desvalorização não é possível no quadro da UEM.

A desvalorização potencia o aumento das exportações e dificulta as importações (porque o preço dos bens importados aumenta), ajudando a resolver, conjunturalmente, os problemas da balança de pagamentos correntes. Mas não pode esquecer-se que o valor das exportações portuguesas inclui 40% de bens importados (nomeadamente combustíveis, matérias-primas, equipamentos, *know how*), cujos preços aumentariam por força da desvalorização, arrastando consigo o aumento dos custos e dos preços dos produtos exportados.

A verdade é que as políticas seguidas nos últimos trinta anos se traduziram numa verdadeira gestão danosa de fundos públicos, assente em esquemas de alta corrupção, para enriquecer clientelas (são casos notórios os fundos destinados à agricultura e à formação profissional) e para favorecer as atividades económicas centradas em produtos não-transacionáveis (auto-estradas e grande distribuição), cujo financiamento é responsável por uma boa parte da dívida externa portuguesa. A gestão dos fundos comunitários, em vez de promover a necessária reestruturação e modernização da nossa economia e a melhoria da qualificação académica e da formação profissional dos trabalhadores portugueses, orientou-se no sentido da destruição da nossa estrutura produtiva, deitando fora os investimentos feitos na siderurgia, na metálico-mecânica pesada, na construção naval, na marinha mercante, e liquidando a nossa agricultura e as nossas pescas.

A desvalorização resultante da saída unilateral do euro implicaria, por outro lado, dificuldades não descartáveis no que toca ao crescimento económico (e, portanto, à criação de emprego), uma vez que o país teria de pagar muito mais caros os bens que temos de importar para nos alimentarmos e para continuar a produzir (e, por maioria de razão, para acelerarmos o ritmo do crescimento económico). Com efeito, o nosso País importa uma percentagem elevada dos alimentos que consumimos, das matérias-primas, dos equipamentos e dos combustíveis que utilizamos nas atividades produtivas. Nestas condições, a desvalorização da nova moeda arrastaria consigo o aumento dos custos e dos preços e o aumento da inflação, com a consequente erosão do poder de compra dos salários e a diminuição da procura interna.

A desvalorização da moeda traria também novas dificuldades no acesso ao crédito junto dos mercados internacionais e significaria também o aumento

significativo dos encargos da dívida externa (amortização do capital e juros), a pagar em euros.[93]

Acresce que, para países de tecnologia intermédia, como Portugal, a concorrência no mercado externo não é fácil, porque é necessário enfrentar produtos de tecnologia idêntica provenientes de países com custos de mão de obra inferiores aos nossos.

Apesar de tudo, creio que há boas razões para pensar que as consequências negativas da (forte) desvalorização da moeda e da inflação dela resultamte podem ser menos gravosas do que a chamada *desvalorização interna*, operada diretamente através dos cortes nos salários, nas pensões e nas prestações sociais do estado, ou seja, através do empobrecimento das pessoas e das famílias e dos portugueses enquanto povo, assim reduzido a um estatuto próximo do das colónias à moda antiga.

Como o peso dos salários nos produtos em que assentam as exportações portuguesas é relativamente pequeno nos custos totais (25%/30%), mesmo um corte 'terrorista' nos salários de 30% (a chamada *desvalorizaçãointerna*, tão acarinhada por alguns expoentes da ideologia neoliberal, lá fora e no nosso País) não traria um aumento de competitividade superior a 9%. Uma desvalorização da moeda de 30% produziria efeitos muito mais rapidamente e de maior impacte na dita competitividade, com a vantagem acrescida de que os efeitos da desvalorização da moeda beneficiariam os setores dos bens transacionáveis (os bens exportados ou que substituem importações), enquanto a redução dos salários atinge todos os setores (incluindo os que dominam monopolisticamente o mercado interno) e gera consideráveis efeitos recessivos na economia.

Por outro lado, embora desfavorável para os que vivem dos rendimentos do trabalho, a *desvalorização da moeda* atinge mais generalizadamente todos os estratos sociais do que a referida *desvalorização interna*, que se abate exclusivamente sobre os salários e as pensões.

Antecipando alguns dos custos da desvalorização da moeda, Octávio Teixeira admite que dela resultaria alguma pressão inflacionista, calculando que uma desvalorização de 30% da nova moeda provocaria uma inflação entre 8% e 9%, da qual resultaria uma diminuição dos salários reais à volta destes valores. Em sentido contrário, argumenta que as políticas adotadas desde 2011, no quadro do euro e por causa do euro, já provocaram uma erosão do poder de compra dos salários superior à que estima como consequência da saída do euro.

---

[93] Quanto a este último ponto, não falta, porém, quem entenda (com alguma razão) que a inflação "é a melhor receita para reduzir dívidas". Assim, M. CASTELLS, op. cit.

Sabendo que as exportações portuguesas contêm uma percentagem importante de bens e serviços importados, Octávio Teixeira, faz as contas com base nas matrizes *input-output* da nossa economia divulgadas pelo INE e conclui que uma desvalorização de 30% da futura moeda portuguesa provocaria uma baixa dos preços das exportações de cerca de 24%, com efeitos positivos imediatos no aumento da produção e do emprego, dando início a um novo ciclo de crescimento económico.[94]

20. A solução da saída do euro implicará sacrifícios, sem dúvida. No entanto, parafraseando Manuel Castells, reconheço ser imperioso impedir que o povo continue a ser flagelado e continue a autoflagelar-se, por culpas que não lhe cabem. E entendo que é igualmente imperioso, para um país como Portugal, recuperar a sua soberania monetária e cambial, que significa a capacidade de decidir soberanamente em questões tão centrais como o recurso à emissão de moeda para financiar políticas públicas, o recurso à manobra da taxa de juro para condicionar e orientar as políticas de investimento e de consumo, o recurso à variação da taxa de câmbio para facilitar a reestruturação do nosso tecido produtivo e para enfrentar dificuldades externas de natureza conjuntural.

Parece hoje indiscutível que a continuação da nossa permanência na Eurozona só agravará a nossa dependência, desequilibrando ainda mais a nossa estrutura produtiva, que já apresenta um peso muito pequeno da indústria (à volta de 15% do PIB) e um peso quase insignificante do setor primário (2% a 3% do PIB). Depois dos 'aperfeiçoamentos' introduzidos na estrutura da UEM, com as 'regras de ouro' do *Tratado Orçamental* e da *União Bancária*, da permanência na zona euro resulta, para o nosso País, a incapacidade permanente para se desenvolver autonomamente, o empobrecimento humilhante e aniquilador do povo português, a nossa redução a um estatuto 'colonial'.

Perante uma 'Europa' governada por dirigentes que, por falta de estatura política, intelectual e moral, ignoram a profunda crise existencial em que vivemos, aceitando sacrificar tudo à estratégia eleitoral da Srª Merkel, a hipótese de saída do euro não pode descartar-se em absoluto, sobretudo para países como o nosso.

Creio, aliás, que a ausência de crescimento da Europa do euro, as crescentes dificuldades colocadas pela *crise do euro* e as políticas cada vez mais violentas impostas pelos países dominantes aos países mais débeis, acentuando a divergência entre os níveis de desenvolvimento e de condições de vida entre uns e outros, são

[94] Em maio de 2013, o Autor retoma o tema, num artigo publicado em *Le Monde Diplomatique* (cit.) e conclui peremptoriamente: "A questão a colocar é a de como sair do euro, tão cedo quanto possível, e preparar essa saída para limitar os efeitos negativos".

fatores que vêm reforçando a razão dos defensores da saída do euro e vêm tornando esta hipótese cada vez mais plausível (talvez inevitável). Serge Halimi faz uma espécie de ponto da situação a este respeito que vale a pena transcrever aqui: "Neste momento, já todos compreenderam que a moeda única e a quinquilharia institucional e jurídica que a sustenta (Banco Central independente e Pacto de Estabilidade e Crescimento) impedem qualquer política que combata, ao mesmo tempo, o aprofundamento das desigualdades e o confisco da soberania por uma classe dominante subordinada às exigências do sistema financeiro".[95]

Não parece legítimo pedir aos povos destes países que continuem a suportar sacrifícios cada vez mais duros e humilhantes para salvar uma 'Europa' sem identidade nem fronteiras, uma 'Europa' sem projeto, uma 'Europa' que não passa de um grande mercado unificado, à medida dos interesses das grandes potências europeias (nomeadamente a Alemanha), uma 'Europa' governada pelo grande capital financeiro com a cumplicidade de uma mega-estrutura de tecnocratas neoliberais regiamente pagos. Conhecendo esta 'Europa', os 'países do sul' só terão a ganhar se forem discutindo e concertando entre si as suas ideias acerca das propostas a apresentar em conjunto às instituições da UE sobre a definição de uma estratégia global para uma eventual saída da Eurozona, de modo a conseguirem reduzir ao mínimo as consequências negativas da 'saída do euro', se ela vier a revelar-se inevitável.

Uma estratégia possível talvez pudesse passar pelo regresso a uma das hipóteses muito discutida antes da criação da UEM e que, com certas variantes, tem sido equacionada por alguns autores. Refiro-me à consagração do euro como *moeda comum* da UE (a única convertível em moedas de países exteriores a esta zona euro mais reduzida e com novo figurino), que teria o estatuto de *moeda de reserva* para as *moedas nacionais* dos países integrantes desta nova zona monetária mais flexível. No seio desta zona monetária, alguns países que entre si reunissem os requisitos técnico-políticos exigidos por uma *zona monetária ótima* poderiam continuar a adotar o euro como a sua moeda, mas os países que não podem suportar uma moeda tão valorizada poderiam recuperar a sua *moeda nacional*, recuperando do mesmo passo a soberania em matéria de política monetária e cambial (possibilidade de recurso à emissão de moeda para financiar as políticas públicas, controlo autónomo das taxas de juro, possibilidade de desvalorização da moeda, possibilidade do controlo dos movimentos de capitais).[96]

---

[95] Ver "Estratégia..., cit.

[96] Em artigo recente, F. LORDON ("Sair do euro..., cit) defende o abandono deste "euro liberal" ou

Bem vistas as coisas, talvez a saída o euro seja o caminho da 'libertação' para os países que, manifestamente, não têm uma economia capaz de suportar uma moeda tão forte e com as 'regras' que a acompanham (concebidas para 'domesticar' os povos destes mesmos países, considerados incapazes de autogoverno pelos 'estados dominantes') e não podem esperar da União Europeia (dada a sua natureza e o seu modo de funcionamento) a solidariedade e o impulso para que possam desenvolver-se a ponto de poderem conviver com uma moeda do tipo do euro.

Por outro lado, talvez a saída destes países mais débeis do clube do euro seja vista também como uma 'libertação' para os países dominantes, que deixarão de perder tempo com as perturbações e os desequilíbrios provocados pelas deficiências estruturais da atual UEM.

Se este diagnóstico for correto, talvez possam reunir-se as condições que evitem uma saída do euro unilateral (litigiosa), por parte de países como Portugal, condições que permitam que esta saída seja convenientemente preparada, no plano técnico e no plano político, no âmbito de um acordo negociado com as autoridades da UE.

Vale a pena refletir sobre um outro aspeto. Se bem vejo, a saída do euro só faz sentido se for enquadrada por um conjunto de medidas que teriam de passar pela nacionalização da banca e pelo controlo dos movimentos de capitais[97]; pela nacionalização de setores estratégicos da economia (nomeadamente os serviços públicos, a energia, os transportes, as telecomunicações); por uma política económica voltada para o aumento da produção, valorizando os recursos naturais e humanos; pela reforma do estado, para acabar com a corrupção e instituir mecanismos de eficiência administrativa e de transparência governativa; pelo combate à evasão e à fraude fiscal; pela tributação mais pesada das grandes fortunas e dos rendimentos do capital e pela redução dos impostos indiretos; por

"euro anti-social", apontando a criação de uma *moeda comum* (talvez não recomendável par todos os atuais países do euro), que permitisse um grau maior de autonomia aos diferentes países no que toca à emissão de moeda, à desvalorização externa da moeda nacional, aos níveis de inflação, à política de taxa de juro, ao montante da dívida pública e do défice das contas públicas.

[97] O problema é que a nacionalização transfere para a titularidade do estado o capital e os créditos dos bancos, mas transfere também as suas dívidas (dívidas para com os depositantes e dívidas para com os seus credores, em regra outros bancos estrangeiros). Se os créditos dos bancos (junto das famílias, das empresas e da administração pública) passarem a ser denominados na nova moeda desvalorizada (como é desejável e inevitável do ponto de vista das famílias e das empresas, que passam a receber os seus rendimentos nesta moeda), os bancos ficarão em grande dificuldade, com um enorme desequilíbrio nos seus balanços, porque vêem os ativos desvalorizados, mas as suas dívidas para com o estrangeiro continuam a ser denominadas e a ter de ser pagas em euros. E a dívida dos bancos nacionalizados passa a ser dívida do estado português, que poderá ser obrigado a reforçar fortemente o capital desses bancos para evitar a sua falência.

grandes investimentos (semeadores de futuro) na educação, ciência e tecnologia, na saúde e nas políticas tendentes a reduzir significativamente as desigualdades sociais.

Todos concordaremos que este programa político só poderá levar-se a cabo por decisão soberana do povo português e só terá êxito se existirem condições que configurem uma correlação de forças favorável aos trabalhadores e às suas organizações sindicais e políticas.

Mas, para além de um forte apoio social interno, este programa terá de contar com um reconhecimento internacional que respeite a opção dos portugueses, que não empurre o país que o adote para a autarcia e que o liberte de um qualquer bloqueio imposto pelas potências imperialistas.

Até hoje, a 'Europa' do *deutsche euro* tem-se limitado a *punir exemplarmente* os 'países do sul', condenando-os a pagar sozinhos o custo dos desequilíbrios estruturais provocados pelo euro (em desfavor dos países mais débeis), bem como o custo desta *crise do euro* e da especulação contra o euro.

À luz da história, entendo, porém, que a UE e os seus estados-membros têm o estrito dever de ajudar estes países a reduzir o impacte negativo do abandono do euro. E o BCE terá de assumir também a sua quota de responsabilidades, ajudando a diminuir o peso da dívida pública externa (por exemplo, permitindo a Portugal a sua recompra em condições favoráveis). É o mínimo que se lhes pode exigir.

21. Resta uma questão por resolver. A saída do euro não nos livrará das sujeições resultantes da permanência nesta União Europeia, com as suas 'regras do jogo' neoliberais: a entrega aos 'mercados' do 'governo' da economia e da sociedade (*economia de mercado regulada* e *economia social de mercado*); a liberdade absoluta de circulação de capitais; as regras da concorrência e das ajudas de estado, ao serviço dos interesses dos mais fortes; as exigências asfixiantes do Tratado de Maastricht e do PEC; a perda da autonomia financeira resultante do *Pacto Orçamental*; a perda de influência relevante na definição das políticas comunitárias, sobretudo depois da integração na UE dos países do centro e do leste da Europa que integram o 'espaço vital' da Alemanha, e, de modo irreparável, depois da entrada em vigor das novas regras de funcionamento aprovadas no *Tratado de Lisboa* (em virtude das quais desapareceu, na prática, a votação por unanimidade, a 'bomba atómica' dos pequenos países). E foram as regras da *Europa neoliberal* que conduziram à desestruturação do nosso tecido industrial (e consequente *desindustrialização*), à destruição da nossa agricultura, ao abandono da pesca e do aproveitamento dos recursos marinhos, ao desmantelamento da marinha mercante e da construção naval, em suma, à destruição da nossa capacidade de desenvolvimento autónomo.

22. Depois da chamada *crise do petróleo* (1973), os momentos de crise sucederam-se em todo o mundo capitalista, especialmente a partir dos anos 1980.

A crise que teve o peso mexicano como protagonista foi "a primeira grande crise dos mercados globalizados", segundo o então Diretor-Geral do FMI, Michel Camdessus, e fez tremer o sistema financeiro dos EUA e, por reflexo, o sistema financeiro mundial. No rescaldo da crise, Michel Camdessus escreveu que o mundo é dominado por *um poder político sem controlo*, à mercê de uma "classe composta por agentes globais que manipulam divisas e acções e dirigem um fluxo de capital de investimento livre, fluxoesse que todos os dias se torna mais importante, praticamente ao abrigo de todos os controlos estaduais". Referindo-se a estes especuladores profissionais, Camdessus não hesitou em afirmar, sem qualquer cerimónia, que "o mundo está nas mãos *destes tipos*". E John Major, então Primeiro-Ministro britânico, observava que o jogo dos especuladores assume "dimensões que o colocam fora de qualquer controlo dos governos e das instituições internacionais". O Primeiro-Ministro italiano, Lamberto Dini, proclamava que "não se pode permitir que *os mercados* minem a política económica de todo um país". Mais radical foi o Presidente francês Jacques Chirac (outubro/1995): os especuladores são a "a *sida* da economia mundial".

Ficou claro que "os mercados" e os *especuladores* são uma e a mesma coisa: são a *sida da economia mundial*, são *o grande capital financeiro*, que atua sem qualquer controlo. *Estes tipos* são os patrões do *crime sistémico*, que, a partir de então, se tornou indisfarçável e indesmentível como marca de água do *capitalismo de casino* (Susan Strange).

Apesar do alarme dos criadores perante as suas próprias criaturas, nada se fez para pôr cobro a esta vertigem libertária, nada se fez para salvar a economia mundial desta espécie de 'sida' que ameaça seriamente minar as suas resistências. Perante o risco evidente de pandemia, os defensores do mercado livre, da liberalização, da desregulamentação e da desregulação deixaram a *sida* alastrar e continuaram, até hoje, a proteger *os mesmos tipos*, defendendo com unhas e dentes os seus santuários (os *paraísos fiscais*, *paraísos bancários*, *paraísos judiciários*). Mesmo neste nosso tempo em que tanto se fala e se pratica o direito de ingerência em certos países, em nome dos valores que integram o "estado de direito", a garantia das liberdades do capital impõe a garantia da 'soberania' destes *estados bandidos* (*estados mafiosos*). E eles vivem dela, utilizando a sua 'soberania' como objecto de comércio, permitindo, em nome dela, regras de vida especiais para o grande capital e para o crime organizado, regras que subvertem princípios elementares de qualquer estado de direito e impedem o respeito destes princípios em muitos outros países.

Crise após crise, a *sida tomou conta da economia mundial*, debilitando-a pela via do aumento do desemprego, do trabalho precário e da diminuição dos salários reais e dos direitos dos trabalhadores, do aumento da desigualdade e da exclusão social.

Costuma atribuir-se a Roosevelt a afirmação segundo a qual permitir o domínio da política pelo capital financeiro (o "dinheiro organizado") é mais perigoso do que confiar o governo do mundo ao "crime organizado". Seja quem for o autor deste diagnóstico, ele traduz bem a realidade atual e encontra nela plena confirmação. Com efeito, nenhum argumento sério pode invocar-se para justificar os *paraísos fiscais*. No entanto, a coberto da sacrossanta *liberdade de circulação do capital*, do princípio da banca universal e da *livre criação de produtos financeiros derivados*, o *dinheiro organizado* vem cometendo toda a espécie de *crimes contra a humanidade*, sabendo que continua a ser-lhe garantida a segurança nos *paraísos fiscais*, verdadeiros 'santuários' protetores de todos os grandes senhores do "crime organizado" (tráfego de drogas, tráfego de armas, tráfego de mulheres, lavagem de dinheiro, fuga ao fisco, gestão danosa de dinheiros públicos, financiamento de atividades ilegais de espionagem e de subversão, corrupção de toda a espécie) e dos seus *operacionais, na finança e na política*. O capitalismo do nosso tempo assenta no *crime sistémico* e está ao serviço do *crime sistémico*. É o fruto das políticas levadas a cabo pelas grandes potências capitalistas dominantes e só se mantém porque goza da protecção de todos os 'arsenais' que integram o aparelho de estado desses países.[98]

23. Se olharmos para o Velho Continente, ninguém hoje consegue apagar a ideia generalizada de que a 'Europa' é responsável por não se ter resolvido, logo no início, a situação da Grécia. Para o conjunto da UE, teria custado menos do que arrancar um dente. A Srª Merkel, porque ia haver eleições num dos estados federados, preferiu o discurso 'moralista' de *condenação* da Grécia por *maucomportamento*, juntando à falta de visão estratégica e de sentido de responsabilidade e de solidariedade, a tacanhez dos preconceitos 'religiosos' que impuseram inquisitorialmente aos 'pecadores' a cura pela penitência. A União Europeia (Conselho Europeu, Comissão Europeia e BCE) alinharam nesta atitude

[98] Após o ataque às torres gémeas de Nova York (11.9.2001), o jornalista Francisco Sarsfield Cabral fez este comentário (*Público*, 6.10.2001): "Será na determinação de pôr fim aos *off-shores* que teremos a prova real quanto à vontade política de combater o terrorismo e os seus aliados. Por aí, mais do que por ações militares, se verá se a campanha antiterrorista é mesmo a sério". Pelo que se vê, parece que não é a sério…

mesquinha e anti-europeia e tornaram-se responsáveis pelo sofrimento imposto ao povo grego e pela destruição da sua economia.

E são responsáveis também pelos 'crimes' que cometeram contra os povos da Irlanda, de Portugal, da Espanha e da Itália, cujos sacrifícios teriam sido evitados se as instâncias da UE tivessem atuado a tempo com as soluções que se impunham. As responsabilidades políticas destas instâncias não se apagam se os seus responsáveis vierem agora dizer que se limitaram a cumprir as ordens dos *mercozys*, dadas em língua alemã. Alguns confessaram que o fizeram em nome da 'fé'. É o caso de Jean-Claude Trichet, um verdadeiro 'papa' do neoliberalismo, que, enquanto Presidente do BCE, dizia ao jornal *La Repubblica* (junho/2010): "No que diz respeito à economia, a ideia de que as medidas de austeridade podem levar à estagnação é incorreta". Tinha razão: levaram à recessão, que é muito pior do que a estagnação. Que o digam a Grécia, Portugal e outros países vítimas da 'guerra santa' contra eles desencadeada pelos Trichet-fiéis-da-austeridade-regeneradora.

Para espanto do mundo (ou talvez não), o FMI veio a público reconhecer que *errou* ao calcular o chamado *multiplicador fiscal* (ou *multiplicador da austeridade*), em especial no que se refere a Portugal. Pressupôs o FMI que cada euro de austeridade (cada euro a menos no défice orçamental) provocaria 50 cêntimos de recessão (de diminuição do PIB), tendo vindo a concluir que, afinal, cada euro de austeridade arrasta consigo uma diminuição do produto entre 90 e 170 cêntimos.

Se se tratasse de um *erro*, estaríamos perante um caso de incompetência grosseira. Porque de muitos lados se ouviram vozes autorizadas a prever o que veio a acontecer. E porque é dos livros que políticas deste tipo, mesmo para os que acreditam na tese da *austeridade expansionista* (que os estudos empíricos não confirmam), não devem ser aplicadas simultaneamente em vários países que são importantes parceiros comerciais uns dos outros (porque os efeitos recessivos verificados em um deles desencadeiam e reforçam efeitos recessivos nos demais) e, sobretudo, devem ser evitados numa situação de crise financeira e económica global.

Descontada a incompetência, fica de pé a atitude deliberada e fria de 'castigar' o povo português (e outros povos da Europa) com sacrifícios enormes, para salvar o euro de uma crise que deveria ter sido combatida com o contributo de todos os países da Eurozona, na proporção da sua riqueza e das vantagens que extraem do sistema da moeda única.

A senhora Diretora-Geral do FMI gosta de falar da "fadiga da austeridade", mas impõe-na, sem contemplações, em doses mortais, aos povos 'condenados' a executar 'programas de ajustamento'. Talvez a austeridade esteja 'fatigada', mas

as *troikas* que comandam no terreno as tropas austeritárias obrigam-na a ir à luta, para martirizar os povos, com o pretexto de reduzir a dívida pública (que, por pura teimosia, persiste em aumentar na sequência das tais *políticas deajustamento*).

Alguns esforçam-se por fazer crer que as *políticas de austeridade* não têm responsáveis: elas são, pura e simplesmente, *inevitáveis*, porque é *inevitável* reduzir (ou anular) o défice das contas públicas e diminuir a dívida pública. Nos meios da Comissão Europeia e em outras esferas dos poderes instalados ao serviço do grande capital financeiro, o inefável Comissário Olli Rehn tem invocado uma justificação 'científica' (a melhor maneira de caucionar a 'pureza' das suas intenções e a correção das suas políticas), invocando uma teoria inventada por dois professores de Harvard (Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff), segundo a qual um país com uma dívida superior a 90% do PIB está condenado a sofrer uma redução do crescimento económico.

Está hoje provado que tal 'teoria' não tem qualquer base sólida que a sustente (é a desgraça de muitas teorias quando são confrontadas com a realidade...).Mas ela continua a inspirar todos os Olli Rehn deste mundo. A austeridade não cessa de aumentar e, com ela, não têm diminuído (antes pelo contrário) nem a dívida nem o défice públicos, mas têm aumentado a recessão e o desemprego.[99]

Quem indemniza os povos que sofreram as consequências dramáticas da inação, da incompetência e do dolo dos membros das *troikas*? Mais importante: reconhecido o *erro*, que razão pode justificar que tanto o FMI como as instâncias europeias que integram a *troika* persistam nas políticas que consideram *erradas*? O mínimo que se pode exigir a quem comete um *erro* e o reconhece é que cesse imediatamente a conduta errada e indemnize os que sofreram as consequências do seu erro. Os responsáveis da *troika* continuam fiéis, porém, à sua "paixão" de "prosseguir uma austeridade sem limites". Paul Krugman chamou-lhes, muito recentemente, "insolentes e delirantes". Não será abusivo, creio eu, concluir que, por este caminho, o erro transforma-se em crime e os que o praticam terão de ser considerados criminosos contumazes.

Que Europa é esta, em que os 'países dominantes' (os que representam os interesses dominantes) obrigam os países mais débeis da Eurozona a pagar *sozinhos* os pesados custos de uma *crise do euro*? Que Europa é esta que exige um

[99] Estudos do Banco de Portugal (julho/2013) prevêem que, entre 2011 e 2014 (o tempo do 'reinado' da *troika*) Portugal perderá 622 mil postos de trabalho. Neste momento, só uns 44% dos portugueses trabalham (a percentagem mais baixa de há muitos anos a esta parte) e cerca de 800 mil portugueses estão desempregados, devendo somar-se a estes os 200 mil (talvez mais) que emigraram desde que a *troika* manda em Portugal,sobretudo jovens qualificados com cursos superiores (é o futuro a emigrar de Portugal).

ajustamento das contas públicas em prazos demasiado curtos, apesar de saber que tal exigência provoca recessões particularmente violentas, aumenta o desemprego para níveis insuportáveis, destrói a economia dos países 'intervencionados' e põe em causa a coesão social, a democracia e a própria soberania destes países? Que Europa é esta, cujo Conselho de Chefes de Estado e de Governo aprovou um orçamento para o período 2014/2020 que não oferece a estes países o mínimo de recursos financeiros que lhes permitam fazer os investimentos indispensáveis para sair da crise financeira, económica e social em que os afundaram?

24. Nesta *Europa do capital*, as razões de alarme quanto à vida democrática na *Europa do capital* foram-se acentuando à medida que foi ficando claro que quem governa a 'Europa' é o "dinheiro organizado", são os chamados "mercados", os grandes conglomerados financeiros, os especuladores 'viciados' nos jogos de casino e organizados como os cartéis do crime.

No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios…), ainda antes da crise, o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado o Governo grego (conservador) a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros.

O mesmo banco 'aconselhou' depois o Governo da Grécia sobre os 'truques' de engenharia financeira necessários para falsificar as suas contas e enganar as autoridades da UE. Por estes sábios conselhos e serviços (que terão incluído a 'compra' da indispensável colaboração das competentíssimas e insuspeitas agências de *rating* americanas para levar a bom termo estas operações…) aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro com os contratos de seguro de incumprimento da dívida grega (os famosos CDS – *Credit Default Swaps*), que recomendava aos clientes que convencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos. O *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. Realmente, o crime compensa.[100]

O capital financeiro e os seus servidores ganharam muito dinheiro com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, vítima da fraude cometida em conjunto pelo Governo conservador e pelo *Goldman Sachs*, é agora acusado pelos 'poderes constituídos' (entre eles o *Goldman Sachs*) de ter cometido o 'pecado' de viver acima das suas posses e condenado pelos "mercados" (*Goldman Sachs* incluído) a pesadas 'penitências'.

[100] Indicações colhidas em S. HALIMI, "O crime…, cit.

Os chamados "mercados" estão aqui retratados de corpo inteiro. No 'retrato' pode ver-se também a natureza do poder político que governa a Europa e o mundo. Quando estas manobras vieram a público, a Srª Angela Merkel (segundo notícias da comunicação social) comentou, com ar 'angelical', que seria "vergonhoso" que "os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia".

A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E tudo isto é vergonhoso. Mas nada disto é novo neste *mundo sem vergonha*: isto está de acordo com a natureza deste *capitalismo de casino*, fruto acabado do neoliberalismo, assente cada vez mais no *crime sistémico*. E a reação da Srª Merkel foi apenas para a fotografia… Com efeito, o senhor Mario Draghi era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa na altura destas 'manobras', e, nessa qualidade, deve ter sido o responsável direto por aqueles negócios 'vergonhosos' com o Governo grego. A verdade é que foi nomeado Presidente do Banco Central Europeu, e ninguém duvida de que tal só foi possível porque o Sr. Draghi teve o voto favorável da Chanceler alemã. Ganhou o lugar (também com o voto favorável dos partidos socialistas no Parlamento Europeu!) certamente pelos relevantes serviços prestados ao capital financeiro especulador e batoteiro e pelo 'respeito' que demonstrou pela União Europeia, que agora está a 'servir' a mais alto nível, com a mesma devoção pelo interesse público e com o mesmo respeito pelas instituições comunitárias…

O grande capital financeiro vive destas "vergonhas" e de muitas outras ainda menos confessáveis, vive do *crime sistémico*. Toda a gente sabe (até a Srª Merkel…) que, sem a participação dos grandes *conglomerados financeiros*, não chegariam aos *paraísos fiscais* os milhões de milhões de dólares (e euros) sujos oriundos da grande criminalidade organizada e dos *jogos de casino*, baseados na especulação sem lei nem regras sobre 'produtos financeiros' livremente criados para o efeito, sobre moedas, combustíveis, matérias-primas e alimentos, especulação, em boa verdade, sobre a vida de milhões de pessoas.

Estes conglomerados financeiros são a tal *sidada economia mundial*, mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel, em todos os Sarkozy (e em todos os Hollande), bem como em todos os Obama. São eles os verdadeiros 'ministros' da *igreja neoliberal*, cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa-de-forças em que os seus construtores a encerraram.

A presença do grande capital financeiro no 'governo' da *Europa do capital* tornou-se, aliás, indisfarçável, após a nomeação de Lucas Papademus como

Primeiro-Ministro da Grécia e de Mario Monti como Primeiro-Ministro da Itália. Nem um nem outro foram eleitos para os parlamentos dos seus países, e muito menos foram eleitos pelo povo para exercerem as funções que lhes foram cometidas. São ambos *banqueiros*, em comissão de serviço na vida política. Não deixa de ser simbólico o facto de Mario Monti ostentar também no seu currículo a atividade como *conselheiro da Coca Cola*.

Tal como Mario Draghi (que foi Diretor Executivo do Banco Mundial entre 1985 e 1990 e Governador do Banco de Itália, depois de, na qualidade de vice-presidente do *Goldman Sachs*, ter ajudado o Governo grego a ludibriar as autoridades da UE), Lucas Papademus colaborou, como Governador do Banco Central da Grécia, na falsificação das contas públicas deste país. Tal como Mario Monti, pertence à *Comissão Trilateral*. Acresce que Mario Monti foi assessor do *Goldman Sachs* quando Mario Dragui era seu vice-presidente para a Europa, durante o período em que o banco americano orientou (regiamente pago) a 'batota' feita pelo Governo grego. Para espanto de muitos, parece que se descobriu haver também 'gente' do *Goldman Sachs* entre os assessores da Comissão Europeia e até entre os assessores da Chanceler Merkel.[101]

Infelizmente, é difícil fugir à conclusão de que foram os donos do *Goldman Sachs* e os senhores da *Comissão Trilateral*, com a colaboração das*troikas* e dos *mercozys*, que 'impuseram' estes *governos de banqueiros*, humilhando os povos da Grécia e da Itália. A sua apresentação como *governos de técnicos* deixa a descoberto o completo absurdo de se admitir que pode haver uma *solução técnica* para problemas que são, essencialmente, *problemas políticos*. Não sendo *juntas militares*, estamos perante verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), constituídas à margem das regras do jogo democrático, traduzindo a menoridade da política e a negação da democracia.[102]

---

[101] Também o Ministro da Economia do atual Governo espanhol (Luis de Guindos) pertence ao clube do *Goldman Sachs*, do qual foi Diretor Executivo para a Espanha e Portugal entre 2006 e 2008. À mesma 'escola' pertencia o Doutor António Borges, conselheiro especial do governo português para as privatizações. E até o secretário de estado Carlos Moedas, que assessora o Primeiro-Ministro no acompanhamento da execução do *Memorando* imposto pela *troika*, era 'colaborador' do *Goldman Sachs* antes de ter vindo para o governo.

Em novembro de 2012 (cf. C. DURAND e R. KENCHEYAN, op. cit.) ficámos a saber que quatro dos oito membros encarregados de elaborar um Relatório para a Comissão Europeia sobre a reforma da arquitetura financeira na UE estavam ou tinham estado ligados a grandes grupos financeiros (Goldman Sachs, BNPParibas, Lehman Brothers, Citigroup). Os banqueiros ocupam o 'centro' do poder político. Naturalmente, esta 'reforma' vai deixar tudo na mesma, como já é visível: os banqueiros não vão renunciar, por sua iniciativa, ao domínio do mundo…

[102] Não é de estranhar, por isso mesmo, que do Governo Papademus fizessem parte 'técnicos' pertencentes a um partido político de extrema-direita, impedido de participar em quaisquer governos desde a queda da ditadura militar na Grécia, em 1974.

Quem manda nesta *Europa do capital* são os donos do *Goldman Sachs*, são os banqueiros e os senhores da *Comissão Trilateral*. Parafraseando um *slogan* célebre *made in USA*, dir-se-á, agora: "O que é bom para o Goldman Sachs é bom para o mundo"... É apenas um *aggiornamento*: em tempos de hegemonia do capital financeiro sobre os setores produtivos, a *General Motors* dá lugar ao *Goldman Sachs*. A *sida* tomou conta da 'Europa', enfraquecendo dramaticamente as suas resistências.

Os 'mercados' têm rosto, como se vê. Estes são alguns dos rostos dos "mercados", alguns dos 'mercadores' que especulam contra o euro atacando os estados-membros mais fracos da Eurozona, e que, como 'governantes', se dedicam às tarefas de combater a crise que eles próprios desencadearam e que alimentam todos os dias.[103]

---

[103] Um retrato mais completo dos rostos dos mercados financeiros pode ver-se em G. GEUENS, op. cit.: nos conselhos de administração do restrito clube de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento e outras instituições financeiras que controlam metade de todo o capital cotado em bolsa à escala mundial sentam-se muitos antigos governantes (primeiros ministros, chanceleres, ministros) de vários países europeus, não apenas conservadores, mas também socialistas, sociais-democratas e trabalhistas. Todos trabalham para os especuladores, para aqueles que são "a sida da economia mundial".

Foi muito falada, há anos, a passagem direta de Gerhardt Schröder de Chanceler da Alemanha para o conselho de administração da Gazprom, empresa com a qual tinha celebrado, naquela sua anterior qualidade, um importante contrato de fornecimento de gás.

Em 2009, ficou célebre a confissão de Sarkozy (*Le Point*, 3.7.2009): "Quando vejo os milhões que Clinton ganha, imagino que possa fazer o mesmo. Fico no cargo cinco anos e depois vou ganhar dinheiro, como Clinton". O exercício do mais alto cargo político é encarado como um investimento que garante muito dinheiro fácil no futuro! Razão tem o superlobbista Jack Abramoff quando 'teoriza' nestes termos: "A melhor forma de uma empresa corromper um homem político é convencê-lo da perspetiva de um emprego futuro que lhe garantirá uma mina de dinheiro".

A verdade é que, segundo Ibrahim WARD (op. cit., 11, de onde retirámos a citação anterior), Bill Clinton ganhou, no ano seguinte à sua saída da Casa Branca, 16 milhões de dólares em conferências e artigos de jornal.

Outro grande 'empresário' desta mesma indústria é Tony Blair, que criou, para o efeito, uma série de 'empresas', com diversos figurinos. Uma delas é a *Tony Blair Associates*, que se propõe "oferecer, numa ótica comercial, conselhos estratégicos sobre as tendências políticas e económicas e sobre a reforma dos estados". Tudo produtos altamente sofisticados, com grande valor acrescentado, fruto da mais apurada tecnologia..., que atraem clientes como o JP Morgan, a seguradora Zurich Financial Services, o Governo do Kuweit, o fundo de investimentos Mubadala (Abu Dhabi) e várias outras instituições financeiras e estados, "com predileção pelos oligarcas e cleptocratas do Médio Oriente, África e ex-União Soviética". Ibrahim Ward relata um dos muitos negócios altamente rentáveis deste político-empresário, realizado na segunda metade de 2012. Contratado para 'facilitar' o êxito de uma oferta pública de aquisição da Glencore (um dos gigantes mundiais no campo das matérias-primas) sobre uma empresa mineira propriedade do fundo soberano Qatar Holding, Tony Blair telefonou de imediato ao seu amigo Primeiro-Ministro do Qatar (administrador do Qatar Holding) e acertou com ele uma reunião em Londres entre as duas partes interessadas. Após três horas de reunião, o negócio ficou fechado e Blair terá cobrado um milhão e duzentos mil euros. Nada mau: 400 mil euros por hora...

25. Na reunião de Londres (abril/2009), o G20 considerou "as grandes falhas no sector financeiro" como as "causas fundamentais da crise".

A própria Comissão Europeia atribui às instituições financeiras "comportamentos particularmente arriscados", em razão dos quais "o setor financeiro é tido por grande responsável pela ocorrência e pela envergadura da crise e seus efeitos negativos nos níveis de endividamento público à escala mundial".[104]

Em fevereiro de 2011 o Parlamento Europeu reconheceu, no já referido *Relatório Podimata*, que o comportamento irresponsável da banca "agravou e acelerou a crise orçamental e da dívida" e acarretou "um ónus inesperado dos orçamentos públicos, comprometendo perigosamente a criação de emprego, o financiamento do estado-providência e a concretização dos objetivos climáticos e ambientais", sublinhando, por outro lado, que o setor financeiro está subtributado e não tem dado qualquer contributo para pagar a crise, cujos custos têm sido suportados essencialmente pelos contribuintes.

A Comissão voltou ao tema em 28 de setembro de 2011, na *Proposta de Diretiva do Conselho Sobre um Sistema Comum de Imposto Sobre as Transações Financeiras*, onde sustenta que "o setor financeiro desempenhou um papel fundamental no desencadeamento da crise, enquanto os estados e os cidadãos europeus, na retaguarda, arcaram com os custos".

No final de 2011, foi a vez de o todo-poderoso ministro das Finanças alemão reconhecer que "a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais" têm "responsabilidade na crise bancária e económica, e depois na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008".[105]

Já muita gente o sabia. Mas é importante vermos estes altos responsáveis reconhecer que cabe ao capital financeiro a responsabilidade da crise económica e social que está a pôr em causa a soberania de alguns países europeus. Os dirigentes dos 'países dominantes' sabem muito bem onde nasce o rio das nossas desgraças, porque eles estão entre os que alimentam o caudal desse rio de águas turvas. Por isso não se extrai nenhuma consequência daquele diagnóstico, apesar de a honestidade intelectual e política exigir que se fizesse pagar a crise aos que são responsáveis por ela, defendendo os povos europeus da cupidez dos especuladores. Ao invés, inventam-se razões para culpar as vítimas das suas próprias desgraças e castigam-se os 'povos do sul' com violentíssimos *programas de austeridade*, 'penitências' para expiar 'pecados' que não cometeram. Simultaneamente, obrigam-se os estados

[104] Ver *Comunicação* sobre "A Tributação do Sistema Financeiro", de 7.10.2010.

[105] Segundo *Les Échos*, 16.12.2011.

'endividados' a endividar-se ainda mais, para que o capital financeiro possa receber os seus créditos e possa continuar a especular, para ganhar "lucros cada vez mais elevados", à custa dos salários, dos direitos e da dignidade dos trabalhadores e da soberania desses estados-membros da UE. É o *crime sistémico*, o crime perfeito e impune, apesar de toda a gente saber quem são os 'criminosos' e quem os protege.[106]

Este mesmo ministro conhece certamente muito bem a história do sistema bancário alemão, recheada de episódios de corrupção e de gestão danosa. Talvez a *cupidez* dos bancos alemães tenha tido alguma responsabilidade na crise bancária que também afetou a Alemanha, cujos contribuintes tiveram de pagar, entre 2008 e 2012, segundo dados da Comissão Europeia, 646 mil milhões de euros para salvar bancos alemães à beira da falência, o que faz da Alemanha o país que mais gastou, a seguir ao Reino Unido, para não deixar falir bancos irresponsáveis (ou criminosos), mas *too big to fail*.[107]

O ministro alemão deve saber que a *cupidez* é um 'pecado', mas tem sido um dos pregadores mais inflamados na difusão da tese de que a (inventada) crise da *dívida soberana dos povos do sul* é fruto, não do 'pecado' da cupidez da banca, mas dos 'pecados' dos *povos do sul*, povos preguiçosos que se habituaram a viver acima das suas posses. Por isso o ministro das finanças alemão entende que estes povos têm de ser 'castigados' com duras 'penitências', para se redimirem dos seus 'pecados'. A "paixão europeia pela austeridade" (Paul Krugman) tem aqui a sua origem. E também por aqui se explica que, quando se tratou de 'ajudar' os *povos do sul* em dificuldade, a Alemanha e a UE, comandada pela Alemanha, lhes tenham emprestado dinheiro a juros agiotas. Sabemos que o BCE tem ganho milhares de milhões de euros nos negócios com os títulos da dívida pública dos *países do sul*. Em 2012, o BCE aceitou devolver à Grécia mais de três mil milhões de euros que tinha ganho em operações sobre títulos da dívida pública grega. Quanto terá ganho com os títulos da dívida pública portuguesa? E a Alemanha aproveitou igualmente a crise resultante da *cupidez dos bancos* para ganhar dinheiro à custa dos *povos do sul*. Segundo os jornais[108], a Alemanha tinha ganho, até então, com os negócios

---

[106] Como os clássicos são sempre refrescantes, não resisto a transcrever aqui um trecho do Padre António Vieira, nosso contemporâneo: "Não são ladrões apenas os que cortam as bolsas. Os ladrões que mais merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e as legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais, pela manha ou pela força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam correndo risco, estes furtam sem temor nem perigo. Os outros, se furtam, são enforcados; mas estes furtam e enforcam" (*Sermão do Bom Ladrão*).

[107] Dados colhidos em *Público*, 25.8.2013.

[108] *Expresso*, 24.8.2013.

sobre a dívida soberana dos *povos do sul*, 41 mil milhões de euros. Compreende-se agora a razão por que foi 'inventada' a *crise das dívidassoberanas* e confirma-se que quem está a pagar o preço desta crise não são os contribuintes alemães (que só pagaram para tapar os buracos do seu próprio sistema bancário), mas os 'colonizados' *povos do sul*. Malhas que o império tece... O ministro alemão sabe tudo isto (e muito mais) muito melhor do que eu. E talvez também saibam tudo isto os 'comentadores' que, no nosso País, vão todos os dias à TV dizer que temos de 'comer e calar', porque os contribuintes alemães podem perder a paciência e deixar de pagar os 'pecados' (ou os vícios) dos *povos do sul*. É um espetáculo pouco dignificante aquele a que vamos assistindo nestes tempos do *capitalismo do crime sistémico organizado*.

Em meados de 2012,muito a medo e sem grandes pormenores, os jornais falaram de um outro 'escândalo', fruto da *cupidez* do grande capital financeiro.[109] Ficámos a saber que, pelo menos desde 2005, alguns dos maiores bancos mundiais vêm *manipulando*, em proveito próprio, os mercados financeiros, através da falsificação da *Taxa Libor* (*London Interbank Offer Rate* – LIBOR), taxa de referência utilizada, nomeadamente, para determinar as taxas de juro de contratos relativos a produtos financeiros (em especial *produtos financeiros derivados*), que movimentam cerca de 1.200 milhões de milhões de dólares.[110]

Na altura, logo se admitiu que a idêntica manipulação teria sido sujeita a *Euribor* (a taxa correspondente à *Libor* na zona euro). No início de 2013, os jornais (29.1.2013) confirmaram que quatro instituições financeiras alemãs (entre as quais emerge o *Deutsche Bank*) estão a ser investigadas por se suspeitar estarem envolvidas na prática deste crime. Nos últimos dias de 2012 os jornais noticiaram outros episódios do mesmo tipo e deram conta do 'carinho' com que o poder político se ocupou deles.

Nos EUA, o banco suíço UBS foi condenado por manipulação das taxas Libor e Euribor em proveito próprio. Na minha modesta opinião, os bancos que praticassem um tal crime deveriam ser pura e simplesmente nacionalizados, sem direito a qualquer indemnização. E os responsáveis por tais práticas deveriam ser

---

[109] Ver, entre outros, *Diário Económico*, de 7.7.2012.

[110] Nesta manipulação (criminosa) dos 'mercados' estão comprometidos os grandes bancos que mais negoceiam com a emissão e venda de *produtos financeiros derivados associados a taxas de juro*: o *Barclays*, o *Deutsche Bank*, o *Goldman Sachs* e o *J. P. Morgan*. A esta elite (perante a qual o pobre Al Capone não passa de menino do coro…) juntam-se, segundo os jornais, outros membros ilustres do "banksterismo": os bancos britânicos *Royal Bank of Scotland*, *ICAP*, *HSBC* e *Lloyds Bank*, o banco suíço *UBS*, e os americanos *Citigroup* e *Bank of America*.

impedidos de voltar a exercer a atividade bancária, levados a tribunal e condenados em pena correspondente à gravidade dos crimes cometidos. Mas as 'leis' do capital financeiro ditaram outra solução, mais 'realista': o banco suíço pagou umas multas (à volta de 1,5 mil milhões de dólares), mas o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não acusar criminalmente nem a UBS nem os seus administradores, invocando o "receio de que tal poderia pôr em perigo a sua estabilidade".

Também nos EUA, o mais antigo dos bancos suíços (o Wegelin & Co), acusado de ajudar cidadãos americanos a esconder ao fisco mais de 1,2 mil milhões de dólares, celebrou um acordo judicial que prevê a restituição de 20 milhões de dólares ao Tesouro dos EUA e o pagamento de duas multas de 40 milhões de dólares. Mas nada de ações judiciais para averiguar e punir os crimes praticados. Privilégios e imunidades da mais antiga nobreza bancária…

Ainda nos EUA, o HSBC (banco inglês considerado o terceiro maior do mundo) foi acusado da lavagem de milhares de milhões de dólares dos cartéis da droga colombianos e mexicanos e de outras práticas irregulares. Também neste caso as autoridades americanas acordaram com o HSBC o pagamento de uma multa de dois mil milhões de dólares, com o compromisso de não levarem o banco a tribunal. A explicação para não submeter à justiça o banco e os seus administradores é a do costume: "receio de que [tal] pudesse pôr em perigo um dos maiores bancos mundiais e, em última análise, desestabilizar o sistema financeiro global".

É o despudor total e a confissão de que o capitalismo atual é o *capitalismo do crime sistémico*. O grande capital financeiro assenta o seu funcionamento em práticas criminosas (e a manipulação dos mercados é um crime grave, um *crime de lesa-mercado*, um *crime de lesa-capitalismo!*). O poder político, em vez de punir os criminosos, faz acordos com eles e não os leva a tribunal, para não desestabilizar o sistema financeiro global, que vive do *crime sistémico*. E continuará a viver, com o beneplácito do *estado capitalista*, uma vez que as multas pagas são uma pequena parte dos lucros resultantes das actividades criminosas.

Em 25 de julho de 2012 a Comissão Europeia dignou-se vir a público falar deste assunto. O Comissário responsável pelo Mercado Interno e Serviços informou que as investigações já efetuadas "puseram a nu mais um exemplo de comportamento escandaloso por parte dos bancos". E uma das Vice-Presidentes da Comissão (responsável pela área da Justiça) fala da "atividades criminosas no setor bancário". Segundo estes altos responsáveis, trata-se, portanto, de *mais um exemplo* (entre muitos outros, acrescentaria eu) de *comportamento escandaloso* (melhor: de *atividades criminosas*) por parte dos bancos.

Perante esta evidência, dizem-nos que a UE se propõe adoptar legislação que *proíba inequivocamente* este tipo de actuação, passando a considerá-la como *actividade criminosa* passível de *sanções penais*. Desculpem a minha ingenuidade, mas não resisto a perguntar: mas então as "atividades criminosas" a que se refere a senhora Vice-Presidente da Comissão Europeia não são já passíveis de sanções penais? Compreende-se o embaraço da Comissão: quem *abusa do mercado*, quem *manipula o mercado*, quem comete estas *actividades criminosas* é o grande capital financeiro especulador, porque esse é o seu negócio, porque isso está na sua natureza. E não é fácil meter na cadeia o *capital financeiro*... Os seus servidores são perfeitamente fungíveis. Se alguns forem presos (e não consta que tal tenha acontecido...), outros surgirão para ocupar os seus lugares, que são dos mais bem pagos em todo o mundo. O 'casino' não fecha: funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano.

A Comissão Europeia sabe perfeitamente que os *programas de austeridade* que vem impondo aos povos da Europa se destinam a arranjar dinheiro (subtraído a quem trabalha) para entregar de mão beijada à mesma banca que vem dando exemplos atrás de exemplos de *comportamentos escandalosos* e de *atividades criminosas*. E sabe que esse dinheiro está a ser usado para tapar os buracos dos 'jogos de casino' e para alimentar a especulação que não cessou (agora contra o euro), não para conceder crédito às atividades produtivas, que criam riqueza e emprego.

Mas sabe também que os responsáveis por estas "atividades criminosas" são os senhores do mundo, e que são eles que financiam (e por isso escolhem) os presidentes dos EUA e outros presidentes e primeiros-ministros por esse mundo fora, os Diretores do FMI, e os membros da Comissão Europeia, e os governadores do BCE. Os dirigentes dos 'países dominantes' (e os membros da Comissão Europeia, e do BCE, e do FMI...) são amigos deles e convivem com eles nas reuniões sociais e nos encontros de negócios. E com eles decidem (nos G8 e nos G20, e no *Forum Davos* e na *Comissão Trilateral*...) que os valores supremos a preservar são a plena liberdade de circulação de capitais, a liberdade de criação de 'produtos financeiros' e a intocabilidade dos paraísos fiscais, a independência dos bancos centrais, o princípio da banca universal e outros 'princípios' e 'valores' que fomentam as ditas "atividades criminosas" e protegem os seus responsáveis (na esfera da finança e na esfera da política). Como pode alguém esperar que se metam na cadeia uns aos outros?

Quem se esquece das 'juras' de Sarkozy, proclamando a necessidade de "refundar o capitalismo" e de pôr de pé "uma nova ordem"? Quem não se recorda

do "compromisso inquebrantável" do G20 (Londres, abril de 2009), perante "as grandes falhas no setor financeiro" ("causas fundamentais da crise"), no sentido de cooperar para "fazer o que for necessário para restabelecer a confiança, o crescimento e o emprego"? O que aconteceu depois disto? Manteve-se e reforçou-se a sacrossanta liberdade de circulação do capital, deram-se milhões de milhões de euros à 'banca criminosa', decidiu-se que os bancos não podem falir (sobretudo os que são *too big tofail*), atacam-se os salários e os direitos dos trabalhadores, humilham-se povos inteiros.

Mas nada se fez para fechar de vez o 'casino' em que se transformou o capitalismo dos nossos dias. Um casino muito especial, de resto. Nos casinos propriamente ditos, conhecem-se de antemão as regras do jogo e cumprem-se as regras do jogo. Não é assim neste 'casino mundial' controlado pelo capital financeiro: os donos do casino viciam as regras do jogo (apesar de, em última instância, elas serem definidas por eles), marcam as cartas, jogam com cartas na manga. Além de especuladores, eles são batoteiros e não hesitam nos meios para alcançar os seus objectivos, incluindo a 'compra' das agências de *rating*, para que estas ajudem nas manobras de manipulação dos "mercados".

E é evidente que, no seio do 'pensamento dominante', ninguém ousa sequer pensar que a solução tem de passar pela retirada da banca (e do sistema financeiro em geral) da alçada do sector privado, confiando a sua propriedade ao estado e a sua gestão a entidades nomeadas por órgãos do poder político democrático, para retirar ao capital financeiro especulador o controlo da poupança e do investimento de toda a comunidade, por forma a garantir que a poupança das famílias e das empresas possa ser utilizada para o financiamento da inovação, da criação de emprego e de riqueza, ao serviço da melhoria das condições de vida e de trabalho dos povos.

Começa a ficar claro para toda a gente que a privatização da banca, a desregulamentação do sector financeiro e as 'liberdades' concedidas ao capital financeiro (a começar pela 'sagrada' *liberdade de circulação do capital*, a mãe de todas as outras 'liberdades') empurraram a banca para o mundo dos negócios escuros.

Começam também a ficar a descoberto as ligações íntimas entre o poder político e a grande criminalidade. Fica igualmente a descoberto que não é para combater o tráfego de droga que as tropas dos EUA estão na Colômbia. Ficam a descoberto as razões do 'espectáculo' montado pela comunicação social quando se levam a tribunal ou se metem na cadeia alguns peões (ainda que com pé grande…) do tráfego de droga: é puro divertimento para esconder a protecção concedida aos que estão na cúpula da organização e aos que mais ganham com o 'negócio'.

A justificação para não pôr cobro a esteeste mundo do *crime sistémico* é sempre mesmo: o absurdo *argumento TINA* (**T**here **I**s **N**o **A**lternative) de que *não há alternativa* ao mercado, ao capitalismo e ao neoliberalismo, 'argumento' é uma ofensa à nossa inteligência e à nossa liberdade.

O que é novo nestas 'histórias' – que ilustram práticas criminosas que envolvem o sistema financeiro como um todo, configurando um verdadeiro *crime sistémico* – é o facto de elas terem chegado aos jornais.

Porque os governantes, os reguladores e supervisores, tal como as polícias, sabem muito bem o que se passa. Sabem que 80% dos *hedge funds* (que especulam com 'produtos financeiros de alto risco) estão sediados no conforto da *City* de Londres; sabem onde se situam os *paraísos fiscais* (alguns, como a *City* londrina, no coração da *Europacivilizada*); conhecem bem as "armas financeiras de destruição maciça" (a designação é de Warren Buffet) que eles utilizam nas suas ações de "terrorismo financeiro", nas suas práticas de verdadeiros "crimes económicos contra a humanidade"[111]; sabem até quando e onde se reúnem os "membros desta elite de Wall Street", os 'padrinhos' das 'famílias dominantes' deste *crime organizado*.[112]

Em novembro de 2012 o jornal britânico *Guardian*, na sequência de uma investigação levada a cabo em parceria com a BBC e o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, começou a publicar dados sobre os paraísos fiscais britânicos. Foram identificadas 21.500 empresas *offshore* que são 'geridas' por 28 pessoas. O caso de maior capacidade de gestão é o de um casal britânico (emigrado na Ilha de Nevis, nas Caraíbas) que 'gere' mais de 2 mil empresas, que vão desde o imobiliário de luxo a *sites* de casinos e pornografia *online*. Estes 'diretores' não passam, evidentemente, de testas de ferro que, sem fazerem a mínima ideia das empresas que 'gerem', vendem o seu nome, a troco de dinheiro, às grandes instituições financeiras que estão por detrás da cortina, em nome próprio e em nome dos seus clientes (o *crime organizado*). Calcula-se que estejam refugiados nestes *offshores* entre 17 e 26 biliões de euros. Se admitirmos que este dinheiro rende 3% ao ano e que este rendimento paga 30% de imposto, a receita fiscal seria de 230 mil milhões de euros por ano (sem contar com os impostos sobre mais-valias e outros).[113]

---

[111] A expressão é de Lourdes Benería e Carmen Sarasúa (*El País*, 29.3.2011).

[112] Basta ler *The New York Times* (11.12.2010): "esta elite de Wall Street reúne-se todas as quartas-feiras de cada mês no Midtown de Manhattan à roda de um objectivo comum: proteger os interesses dos grandes bancos no mercado de derivados, uma das áreas mais lucrativas e mais controvertidas do mundo financeiro, partilhando um segredo comum: os pormenores destes encontros e as suas identidades são estritamente confidenciais" (apud V. NAVARRO, J. LÓPES E A. ESPINOSA, *ob.cit.*, 70/71).

[113] Ver *Guardian*, 26.11.2012.

Colocado perante estes dados, o Ministro do Comércio britânico comentou que não é ingénuo e que reconhece a existência de indivíduos que escapam à regulação. Mas logo acrescentou que não vai "levantar mais obstáculos à imensa maioria das empresas e diretores que cumprem a lei". Tem razão o ministro: ingénuo é que ele não é.

O famoso *modelo social europeu* está a transformar-se num verdadeiro *estado social para os bancos*.[114] O *crime sistémico* está a matar e a 'comer' o estado social, alimentando os ganhos ilícitos do grande capital financeiro à custa dos salários e dos direitos dos trabalhadores. Atento aos ventos da 'modernidade' e aos gostos dos 'donos' do mundo, Mario Draghi (o quadro do Goldman Sachs em comissão de serviço como Presidente do BCE) não se coibiu desta 'boutade' provocatória e de refinado mau gosto: "os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar".[115]

Pelos vistos, os milhões desempregados em toda a Europa (incluindo quase 40% dos jovens) estão desempregados porque não querem trabalhar. Esta é a linguagem arrogante do *capitalismo do crime sistémico*, convictos da sua eternidade (o que dispensa o *compromisso* do estado social) e certos da sua impunidade. O *estado capitalista*, o seu Direito e os seus Tribunais não existem para eliminar o *crime sistémico* e para condenar os 'padrinhos' do *crime organizado* (os 'senhores' do "dinheiro organizado"): as cadeias não foram feitas para gente fina. Um comentário de *The Economist* (15.12.2012) esclarece tudo: para além de serem *too*

---

[114] Segundo os jornais de 27.12.2012, dados recentes da Comissão Europeia indicam que, à escala da UE, o montante das 'ajudas' concedidas à banca pelos estados-membros entre 2008 e 2011 (sem contar a generosa 'ajuda' concedida aos mesmos pelo BCE) ascende a 1600 mil milhões de euros, tendo atingido, em 2012 um montante equivalente a 13% do PIB dos 27 estados-membros.

Em Portugal, as 'ajudas' à banca somaram, no mesmo período, 47,45 mil milhões de euros (quase 28% do PIB). A banca 'portuguesa' arrecadou também 25,5 do total de 1.370 milhões de euros de benefícios fiscais concedidos pelo estado às empresas, só em 2011.

Por imposição da *troika* (com especial relevo para a UE) o governo prepara-se para vender a TAP por uma ninharia, porque a UE não deixa o estado português sanear financeiramente a TAP, que é o maior exportador português e uma empresa indispensável para uma política de turismo e de desenvolvimento regional ao serviço do país, e para a salvaguarda de interesses estratégicos de Portugal como país soberano. Segundo se sabe, seriam necessários cerca de 1300 milhões de euros para saldar a dívida acumulada. Mas a mesma UE não só aprova como impõe ao governo português que 'ajude' a banca privada (para isso fizeram o favor de nos emprestar, a uma taxa de juro apetecível para os 'investidores', o *grupo financeiro FMI-BCE-UE*, 78 mil milhões de euros). A mesma UE que deve achar uma ação muito 'patriótica' e muito 'comunitária' a 'ajuda' de 1.100 milhões de euros concedida, no último dia de 2012, ao BANIF (um banquinho que vale, em bolsa, uns 60 milhões de euros).

Mesmo os que não acreditam em bruxas têm de aceitar que elas existem…

[115] Entrevista ao *Wall Street Journal*, 24.2.2012.

big to fail (demasiado grandes para falir), eles são *too big to jail* (demasiado grandes para irem para a cadeia). É isso: não há, no mundo capitalista, cadeias capazes de receber os agentes do *crime sistémico*. As cadeias são para os trabalhadores, para os miseráveis, para os negros, para os imigrantes, para os inadaptados à 'civilização ocidental', não para os senhores do mundo, que dominam o crime sistémico e são os 'donos' das cadeias.

26. Perante o retrato que deixo atrás, não admira que os povos da Europa não tenham a "consciência de partilhar um destino europeu comum" e faz sentido a preocupação de muita gente quanto à "possibilidade real do fracasso do projeto europeu".[116]

Tem razão Ulrich Beck quando defende que "a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal".[117] É notório o descrédito do neoliberalismo no plano teórico e não há como esconder os resultados calamitosos das políticas neoliberais. Mas a verdade é que os partidos do 'arco do poder' continuam, por toda a Europa, fiéis à tese de que *não há alternativaàs políticas de austeridade* de inspiração neoliberal. Os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente num impasse. O projeto de Habermas de "civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro" não parece viável, porque, como o próprio Habermas reconhece, a 'filosofia' e as consequências das políticas neoliberais são "dificilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático". A submissão da *Europa neoliberal* ao *Consenso de Washington* (mantendo Keynes 'morto' e ignorando o *consenso keynesiano*) nega qualquer viabilidade a propostas como a de Ulrich Beck: um *novo contrato social europeu*, "uma nova era social-democrata a nível transnacional".[118]

Não sendo de esperar, com as atuais lideranças europeias, que possa concretizar-se o seu desejo de "aprofundamento da cooperação europeia", Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra numa encruzilhada entre "um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro".[119]

E Ulrich Beck sustenta que todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas [deliberadamente, digo eu. AN] erradas adotadas para a enfrentar. Em resultado destas políticas, sublinha o sociólogo alemão, "os

[116] É o caso de Jürgen HABERMAS, op. cit., 66, 136, 139, 161 e 167.

[117] Cf. U. BECK, op. cit., 111.

[118] Cf. Ulrich BECK, op. cit., 93ss.

[119] As citações de J. HABERMAS reportam-se à op.cit., 135-140, 153/154, 157 e 168/16.

países devedores formam a nova 'classe baixa' da UE", e "têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional". A seu ver, tornou-se ambíguo o significado da cooperação e da integração europeia, sendo que a principal vítima desta ambiguidade é justamente "esta nova classe baixa da Europa" (os países devedores). "O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo".[120] Venha o diabo e escolha... Por mim, receio que, nestes tempos e com esta 'Europa', a 'solução' federalista não será mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*.

O que nós sabemos é que as *políticas de austeridade* – impostas por esta 'Europa', pelas *troikas*, pelos FMI, pelos Goldman Sachs, pelas Comisssões Trilaterais, pelo G20, pelos Forum Davos, em suma, pelas centrais do capital financeiro organizado (pelas centrais reguladoras do *crime sistémico*) – "equivalem a um esvaziamento da autodeterminação", i.é., da capacidade e do direito de decidir sobre o próprio destino coletivo. Não admira, por isso, que "a adesão a esta ideia de *mais Europa* seja cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da UE". A conclusão é de Ulrich Beck, que, deste modo, parece reconhecer que a mais provável das duas hipóteses que coloca (como digo atrás) é a da condenação dos países mais fracos da UE ao estatuto de colónias.[121]

Nas condições atuais de verdadeiro retrocesso da democracia, a realidade mostra a absoluta inviabilidade de um federalismo a sério, porque esta *Europa alemã* está a anos-luz de poder garantir os pressupostos exigidos por um autêntico federalismo. A presente crise do euro tornou veio pôr a nu a *desunião europeia*, mostrando que a 'Europa' é um terreno pantanoso, movediço e falso, inapto para nele se construir algum edifício com um mínimo de solidez. E tornou evidente que a *Europa do capital* não é um espaço solidário, um espaço em que seja possível a *cooperação entre iguais*, mostrando que a 'Europa' vive já em regime de *colonialismo interno*: uns (poucos) países são *metrópoles*, outros são *colónias*.

Se este diagnóstico é correto, então não faz sentido qualquer aprofundamento da integração política na Europa. A ideia de *mais Europa* não passa de um *slogan* destinado a alimentar mais um processo de 'fuga para a frente', com o argumento falacioso de que o grau avançado de integração económica e (sobretudo) monetária a que se chegou não é sustentável se não se avançar para um nível correspondente de *integração política*, que abranja outras áreas para além da economia.

O *federalismo possível* não passaria, pois, de um *falso federalismo*, com a centralização do poder em estruturas tecnocráticas carecidas de legitimidade

[120] Cf. Ulrich BECK, op. cit., 21 e 64.

[121] Op. cit., 12 e 15.

democrática, que, incapazes de fazer política (i.é, de exercer a soberania), se limitariam – mais do que já fazem hoje – a 'cumprir regras'. Ora as 'regras de ouro' e outras menos 'douradas', definidas pelos "mercados", pelo grande capital financeiro, pelas redes do *crime sistémico*, visam, como disse atrás, sujeitar os 'povos do sul' a um *novo colonialismo*, impedindo-os de gerir o seu presente e de decidir sobre o seu futuro.[122]

Todos concordaremos que não há um *povo europeu*. E todos concordaremos em considerar fora de qualquer propósito a proposta, já trás referida, de Dominique Strauss-Kahn: "Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus".[123] Insisto em lembrar a conclusão da Habermas: os povos da Europa não têm a "consciência de partilhar um destino europeu comum". A Europa continua a ser um espaço "com falta de definição e de limites", marcado pela "insegurança identitária", um espaço que não conseguiu anular, perante cada um dos cidadãos e cada um dos povos da Europa, o papel do *estado-nação* como a matriz e o espaço da soberania, da liberdade e da cidadania.

A ideia, que alguns defendem, de que temos de criar um *estado europeu* só porque já temos uma *união monetária* que precisa de um estado para sobreviver é

---

[122] Um homem que conhece tão bem a 'Europa' como Jean-Claude Juncker não foi capaz de calar o que lhe vai na alma, declarando, numa entrevista (era então Presidente do Euro-Grupo), que "a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial" (Jornais de 30.7.2012).

Como recordei atrás, num congresso do seu partido (Leipzig, novembro/2011), o secretário-geral do partido da Srª Merkel proclamou: "Agora na Europa fala-se alemão".

Em artigo publicado na revista *Merkur* (uma revista muito influente junto da intelectualidade alemã), em janeiro/2012, o seu autor (Christoph Schoënberger) defende que a hegemonia da Alemanha no seio da UE deve ser entendida como a hegemonia que cabe (como que naturalmente) ao estado mais poderoso no seio de um sistema federal, à semelhança do que aconteceu com a Prússia no seio da federação germânica durante o II Reich: "sendo os estados representados no Conselho Europeu muito desiguais em dimensão e peso, seria irrealista pensar que eles podem coordenar-se em pé de igualdade. (...) Para funcionar, a União exige que o estado com mais população e riqueza lhe dê coesão e direção. A Europa precisa da hegemonia alemã, e os alemães têm de deixar de se mostrar tímidos no seu exercício".

Os trechos transcritos são a síntese de P. ANDERSON, op. cit. que comenta: "A França, cujo arsenal nuclear e lugar no Conselho de Segurança da ONU já não contam grande coisa, tem de rever, por isso, as suas pretensões. A Alemanha deve tratar a França como Otto Von Bismarck fez com a Baviera nesse outro sistema federal que foi o II Reich, mimoseando o parceiro inferior com favores simbólicos e consolações burocráticas". E acrescenta que Bismarck considerava os bávaros "a meio caminho entre um austríaco e um ser humano". Pergunta Parry Anderson: "Irá a França aceitar assim tão facilmente ser rebaixada ao estatuto que foi o da Baviera no II Reich?". Pergunto eu: aceitarão os povos da Europa oferecer à Alemanha, de mão beijada, o que Hitler não conseguiu pela violência e pela barbárie?

A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do "quarto Reich" de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*.

[123] Apud J.-P. CHEVÈNEMENT, op. cit., 54 e 183.

tão absurda como a absurda proposta de Dominique Strauss-Kahn. Tendo presente que de muitos lados vem a ideia de que a raiz das dificuldades da 'Europa' está na filosofia que inspirou a sua construção e nas estruturas e regras de funcionamento da UE, nomeadamente após Maastricht (com a "fantasia" da UEM, o euro, o BCE e o PEC, a que depois se juntaram o *Tratado de Lisboa* e o chamado *Tratado Orçamental*), tenho para mim que seria um erro gravíssimo embarcar numa "fantasia" muito mais perigosa (a da *federalização da Europa*), na mira de resolver (ou contornar), com este salto no escuro, erros anteriores.

Devo dizer que não rejeito, em absoluto (no plano filosófico), a ideia de um *estado federaleuropeu*. Mas quero igualmente deixar claro que, neste mundo que hoje conhecemos, não vejo qualquer vantagem que possa resultar da integração de Portugal num qualquer estado federal europeu, com perda absoluta da nossa soberania.

A verdade é que os portugueses *deram novos mundos ao mundo* e chegaram, pelo seu próprio pé (ou pela sua própria caravela), aos quatro cantos do mundo. E, em boa medida, a nossa presença mantém-se nos cinco continentes, sobretudo no plano cultural. Parafraseando Virgílio Ferreira, podemos dizer que da nossa língua (a língua portuguesa) vêem-se os mares do mundo inteiro.

Não quero ser 'romântico' e detesto o *patrioteirismo*, mas acredito que a preservação deste *património* (a nossa presença no mundo e a nossa capacidade de relacionamento com todos os povos do mundo) é fundamental para escaparmos ao destino de periferia colonial para que nos querem empurrar, amarrados a uma dívida que nunca conseguiremos pagar, embrulhados em euros (poucos…, e cada vez menos) e manietados por *regras de ouro* e outras 'regras' que nos estão a asfixiar como povo soberano.

O que quero dizer é que, enquanto não mudarmos as 'regras de vida' da Europa e do mundo, não vejo razões que me convençam da bondade do federalismo europeu, que significaria, para o nosso País, a perda daquele património valioso que fomos acumulando ao longo de séculos (séculos de aventuras e desventuras, de heroísmos e de cobardias, de grandezas e de misérias).

Acresce que ninguém ainda definiu o que é a Europa e quais as suas fronteiras. E ninguém parece interessado em fazê-lo. O processo de integração europeia tem sido um grande 'negócio'. E os 'negociantes' não gostam de perder nenhuma oportunidade de bons negócios…

Por outro lado, a 'desunião europeia' destes anos de crise só veio confirmar que não há condições mínimas para se poder esperar que, como *estados federados*, os estados europeus se assumam, no seio da federação, como *estados iguais uns aos*

outros (esta igualdade é assegurada atualmente nos Tratados, mas é visível que uns são mais iguais do que os outros…). Os passos dados à sombra da bandeira de *maisEuropa política*, a caminho da *Europa federal*, têm reforçado sempre a *deficiência democrática* do processo de construção europeia, têm imposto uma 'Europa' construída "à porta fechada", têm acentuado o domínio dos grandes sobre os pequenos, sacrificando a dignidade destes últimos (dos estados e dos 'povos do sul'), tratados como *colónias* ou como *filiais*. Em função do calendário eleitoral da Alemanha, a 'Europa' fica parada à espera dos resultados saídos dos votos dos eleitores alemães, e os governantes de serviço e os comentadores pagos por estes falam disto como se se tratasse de uma coisa natural, resultante de algum tratado internacional ou de algum 'princípio superior' que prevalece sobre tudo o resto…

O comportamento da 'Europa' ao longo destes anos de crise veio reforçar a minha convicção de que a proposta de se avançar para a construção de um *estado federal europeu* não parece ser um objetivo político minimamente realista, nem chega a ser uma utopia: é uma impossibilidade, é uma quimera que nem em sonhos se concretiza. Não passa de uma pura *fuga para a frente*, ou um salto para o lado, para não encarar e resolver os problemas que nos afligem e para fugir às soluções que acautelem o nosso futuro. Num artigo recente, Serge Halimi veio defender ponto de vista idêntico ao que venho sustentando publicamente desde 2006[124]: "No estado atual das forças políticas e sociais, uma Europa federal só poderá consolidar ainda mais os dispositivos liberais que já são asfixiantes e desapossar o povo, um pouco mais, da sua soberania, entregando o poder a opacas instâncias tecnocráticas".[125]

Uma 'Europa' que vem *'matando' a política* substituindo-a por *regras de ouro* de *cumprimento mecânico* (por parte dos países mais fracos, é claro) não pode alimentar nenhum estado federal sério, que tem de assentar na *igualdade* entre os estados federados e no respeito da capacidade de *decisão política* no âmbito das competências de cada um dos estados federados e de cada um dos órgãos políticos representativos do estado federal. Alguém pensa que a Alemanha (e outros países da actual UE) aceitará considerar-se igual a Malta ou a Portugal? Alguém concebe que a Alemanha aceitará alguma vez sujeitar-se às decisões políticas dos órgãos federais, que poderiam querer, por exemplo, alterar os estatutos do BCE, ou revogar o PEC?

---

[124] Cf. *A Constituição Europeia*…, cit.

[125] Cf. "Onde está a esquerda?", *cit*., 9.

Na minha leitura, os construtores desta 'Europa' (incluindo os dirigentes dos partidos que integram o espaço da social-democracia europeia) não mostraram, até hoje, o mínimo interesse em analisar a fundo as raízes da crise atual, o que significa que não estão interessados em aproveitar as lições da presente crise para fazer um balanço crítico da sua reflexão e da sua atuação nas últimas décadas. A sua preocupação continua a ser a de *gerir lealmente o capitalismo*. Perante o espetáculo da *desunião europeia* e da 'colonização' da Europa pela Alemanha imperial, não tiveram o rebate de consciência de reconhecer que é preciso mudar a 'Europa' que puseram de pé, uma estrutura neoliberal ao serviço do grande capital financeiro. Nestes anos de aperto, nem sequer tiveram a 'coragem' de regressar a Keynes, à defesa de uma direção centralizada da economia (ainda que esta continue maioritariamente nas mãos do capital privado), à defesa da regulamentação do setor financeiro (contrária à especulação e aos jogos de casino), à defesa do controlo público da poupança nacional e dos investimentos estratégicos. Continuam fiéis ao lema thatcheriano de que *não há alternativa* ao mercado e ao capitalismo e recusam libertar-se da dependência 'química' do neoliberalismo.

Pela minha parte, acredito que os povos da Europa não aceitarão ser transformados em "'uma futura sub-província alemã no âmbito da 'marca' alemã".[126] Mais cedo ou mais tarde, hão-de recuperar a sua liberdade e a sua soberania, ocupando o seu lugar de protagonistas e fazedores da História. E então, em condições completamente diferentes, talvez pensem em construir uma Europa solidária, uma Europa para os povos europeus, assente na paz e na cooperação entre eles e com todos os povos do mundo.

27. No ambiente atrás definido, são cada vez mais as vozes que põem em equação os perigos para a democracia na Europa. As preocupações quanto à preservação da democracia adensam-se quando vemos que os estados se vêm comportando, às escâncaras, como *estados de classe*, não escondendo o seu compromisso com o grande capital financeiro e mostrando que estão dispostos a tudo (e o estado capitalista já mostrou que é capaz de tudo!) para impor as suas políticas de 'punição' e de agravamento da exploração dos trabalhadores.

Portugal é um bom exemplo do que acabo de escrever. O Primeiro Ministro gosta de repetir que o *diktat* da *troika* tem de ser cumprido "custe o que custar". Para tanto, faz aprovar leis e mais leis que sabe serem inconstitucionais, comportamento deliberado que considero uma clara atitude de provocação ao

[126] A expressão é do Gen. Loureiro dos Santos (*Público*, 19.6.2012).

Tribunal Constitucional (TC). O número dos que vêm subindo ao palco para chantagear o TC e até para ofender a sua dignidade como órgão de soberania cresceu, aliás, com a aproximação do momento da entrega na Assembleia da República da proposta de lei do orçamento de estado para 2014.

Já não são apenas uns quantos secretários de estado mais ou menos analfabetos e insolentes (como é próprio dos ignorantes) a falar do verdadeiro *finis patriae* que resultaria de um eventual 'chumbo' de algumas normas do orçamento de estado por aquele Tribunal. Nem é só o Primeiro Ministro a falar da falta de *bom senso* dos juízes do TC (é bem certo que ninguém vê o argueiro no seu olho…). Sendo certo que o TC não atua por sua iniciativa, mas apenas a instâncias de umas poucas entidades (entre as quais o Presidente da República, um certo número de deputados, o Provedor de Justiça), temos de concluir que a falta de bom senso dos juízes do TC só se manifesta se todas estas entidades estiverem igualmente falhas do mínimo de bom senso.

Em 17 de outubro os jornais revelaram que o funcionário que representa em Lisboa a Comissão Europeia enviou para Bruxelas um memorando em que acusava o TC de *ativismo político*. No dia seguinte, um senhor que é membro do Conselho de Estado indicado pelo Presidente da República disse numa entrevista que a "classe política" deveria ter juizinho e aprovar a proposta de OE/2014 apresentada pelo governo, acrescentando que os juízes do TC fazem parte da "classe política" (o que talvez signifique que o senhor conselheiro de estado entende que o TC existe para fazer 'fretes' aos governos que não respeitam a Constituição).[127]

Mais preocupante é o facto de vermos instâncias muito mais poderosas do que as que acabo de referir declamar em público o mesmo discurso contra o

[127] Outras vozes vêm alimentando o coro dos adeptos da 'diabolização' do TC. Há dias, um banqueiro português não teve vergonha de dizer em público que o TC deveria ser envolvido nas conversações para estabelecer um consenso nacional acerca do caminho mais conveniente para o país... Como é possível que este senhor desconheça o princípio da separação dos poderes? Em um programa de televisão (9.9.2013), um outro 'comentador' (que já foi ministro das finanças de um governo do PS...) não se coibiu (para isso lhe pagam) de dizer o que segue: "onde não há dinheiro, não há Constituição, não há Tribunal Constitucional, nem coisíssima nenhuma".

Alguns comentadores vão ao ponto de dizer que, na 'Europa', ninguém entende os poderes que tem o nosso Tribunal Constitucional. Fazem de contas que não sabem que ele tem as competências normais dos tribunais constitucionais dos países onde eles existem. E 'esquecem' que na França o Conselho de Estado goza de um prestígio intocável e que na Alemanha o Tribunal Constitucional é quase uma entidade 'sagrada'. Nem o Presidente da Comissão Europeia ousa criticá-lo... E os alemães não esquecem o período da governação nazi, inspirada na *real politik* que os críticos do TC gostariam de garantir aos nossos governantes, 'esquecidos', pelos vistos, do que foi no nosso País, a *governação-real-politik* durante os 48 anos de fascismo. A falta de memória é uma doença perigosa!

Desditosa Pátria que tais filhos tem...

Tribuanl Constitucional português. Em maio de 2013, o J. P. Morgan queixava-se, num dos seus relatórios, dos "profundos problemas políticos" que entravam os *processos de ajustamento* na zona euro, sublinhando que "os sistemas políticos da periferia foram estabelecidos no rescaldo de ditaduras e foram definidos por essas experiências". E logo desvenda onde está o gato: "os sistemas políticos da periferia (...) oferecem proteção constitucional aos direitos laborais (...) e o direito de protestar se forem feitas alterações indesejáveis ao *status quo* político". Como se vê, é um escândalo, para o grande capital financeiro, que as constituições protejam os direitos dos trabalhadores! Ainda mais intolerável: reconhecem aos trabalhadores o direito de protestar quando discordam de medidas ou políticas que afetam negativamente os seus direitos! Isto revela, a meu ver, uma dolorosa saudade do fascismo e uma vontade enorme de regressar a práticas fascistas.

Como quem está a 'jogar em casa', o dito relatório não se esquece de referir o nosso País (os nossos governantes devem ter ficado 'inchados' de orgulho patriótico!), apontando a Constituição da República Portuguesa como um exemplo dos "entraves" que "manietam os governos".[128]

Também na primeira semana de outubro de 2013 o Presidente da Comissão Europeia não se coibiu de dizer em público (ainda por cima em Portugal) que o nosso País tem de respeitar e cumprir os compromissos assumidos com a *troika*, tarefa em que todos os órgãos de soberania (incluindo, é claro, o TC) têm responsabilidades, ameaçando logo a seguir que, se assim não for, voltaremos a *ter o caldo entornado*. Fica por explicar o silêncio do Presidente da Comissão Europeia a propósito de várias intervenções do Tribunal Constitucional alemão sobre o projeto de integração europeia (por exemplo, já em plena crise, a decisão sobre a questão de saber se era ou não conforme à Constituição alemã que o estado alemão 'auxiliasse' os países do euro em dificuldade).

Em 7 de novembro a mesma personalidade insistiu na impertinência de pressionar o Tribunal Constitucional, sustentando que, se este não deixar passar todo o OE/2014, daí resultará a necessidade de o governo português adotar "medidas mais gravosas". Ora não cabe ao Presidente da Comissão Europeia fazer juízos sobre o que é mais ou menos gravoso para o povo português. Este é um juízo que cabe aos portugueses (e aos órgãos políticos resultantes do voto dos portugueses), que não passaram mandato para esse efeito ao Presidente da Comissão Europeia. Sua Excelência fala de medidas *mais gravosas*. Mais gravosas para quem? Para os funcionários públicos e para os reformados e pensionistas, se o Tribunal Constitucional os libertar do 'confisco' a que o governo os quer sujeitar?

[128] Ver J. CADIMA, "Crise Estrutural", cit.

Para os contribuintes (i.é, para os que vivem dos rendimentos do trabalho e para os consumidores em geral, que são, na sua grande maioria, trabalhadores)? Para os que fazem sair diariamente rios de dinheiro para os paraísos fiscais? Para os titulares de 'rendas' (os parceiros privados das PPP e os acionistas das empresas monopolistas privarizadas que prestam serviços públicos: EDP, PT, REN, GALP, etc.)? Para os que, ganhando dinheiro em Portugal, pagam impostos na Holanda? Ao falar como falou, o Presidente da Comissão Europeia está a formular juízos baseados nas suas próprias opções ideológicas (suas e da Comissão Europeia, do BCE, do FMI e dos demais 'donos' da Europa, detentores da 'verdade verdadeira' e guardiões dos dogmas indiscutíveis do neoliberalismo). E pretende levar o Tribunal Constitucional a orientar-se pela mesma bússula. É um comportamento inadmissível por parte de um funcionário internacional relativamente a um *órgão de soberania* (ainda por cima um Tribunal, cuja independência deveria respeitar) de um *país soberano*.

A um nível ainda mais elevado (temos de reconhecer que o poder do atual Presidente da Comissão Europeia é um poder derivado e menor), a elegante Diretora-Geral do FMI, exibindo ignorância inadmissível ou má fé imperdoável, falou do TC como uma *originalidade portuguesa*, deixando no ar uma velada ameaça para o caso de esta 'originalidade' levantar algum obstáculo, em termos de inconstitucionalidade, ao cumprimento rigoroso do 'patriótico' programa de ajustamento imposto pela *troika*.

Num relatório divulgado em meados de novembro de 2013, o próprio FMI sugere que Portugal tome medidas (que implicariam uma revisão da Constituição!) que impeçam os trabalhadores de recorrer aos tribunais quando forem despedidos sem justa causa. O que se propõe é uma subversão do nosso estado de direito democrático: os trabalhadores não podem ser considerados objetos descartáveis. Uma agência internacional como o FMI deveria ter mais recato e não vir a público estimular 'golpes de estado' contra a Constituição de um país soberano, que é membro do FMI. Já basta o que fez no Chile e em outras paragens.

Estes senhores parecem ignorar que, atuando deste modo, estão a violar o seu mandato, porque as organizações internacionais devem respeitar a soberania dos estados-membros e as instituições que legitimamente a representam. E nem sequer respeitam os 'cabelos brancos' de um País como Portugal, que é um estado independente há quase 900 anos.

Mas talvez o mais importante a reter destes episódios é que todas estas vozes (desde os solistas até aos meninos do coro), ao 'diabolizar' e ofender o TC, estão a veicular um discurso que me parece um discurso fascizante particularmente perigoso.

Um governo (o Parlamento ou o Presidente da República) não são legítimos só porque são eleitos. Para conservarem a legitimidade eleitoral têm que respeitar, em todos os seus atos, as regras de direito, particularmente as normas e os princípios constitucionais (os *estados de direito* são estados subordinados ao direito que eles próprios criam). Situações de exceção só as previstas na CRP : aquelas que justificam a declaração do *estado de emergência* ou do *estado de sítio*. Não é este o caso em Portugal. Por isso, ninguém pode invocar os compromissos com a*troika* para legitimar leis que violem os preceitos constitucionais (o famoso *Memorando* imposto pela *troika* nem sequer é um tratado internacional).

A "revolução conservadora" de que alguns falam, ao tentar justificar a 'legitimidade' para governar acima da lei e contra a Constituição, revela bem o projeto totalitário que está subjacente à ideologia neoliberal: a *liberdade de escolha* friedmaniana, 'descoberta' pelos 'revolucionários' de hoje, é apenas a outra face da *morte da política*, ou seja, da *morte da cidadania* e da *morte da democracia*.[129] E representa uma forma velada de fascismo, o *fascismo amigável* ou o *fascismo de mercado* de que falo atrás: o único direito que vale é o direito do mais forte, aquele que, num jogo de concorrência pretensamente "livre e não falseada", vence o mais fraco, que não tem direitos nenhuns, porque perdeu. A *liberdade de escolha* esconde apenas a ideologia totalitária do *pensamento único*.[130]

No fim de um ciclo de crises recorrentes do capitalismo (iniciado com as crises do início da década de 1970, que tornaram evidente a *tendência para a baixa da taxa de lucro* e deixaram antever a possibilidade de uma grave *crise estrutural*), o grande capital financeiro (o agente responsável pelo *crime sistémico* que é a marca de água do capitalismo atual) convenceu-se de que o tempo dos *compromissos necessários* (estado social, concertação social entre parceiros sociais amigos) passou à história, porque a correlação de forças, no quadro de um mundo moldado pelas *políticas de globalização neoliberal*, lhe permite pôr os trabalhadores no seu lugar e impor políticas que levem até ao extremo a exploração de quem trabalha, na tentativa de contrariar a referida tendência para a baixa da taxa de lucro.

Os fascismos surgiram justamente nos países em que o estado capitalista não conseguiu, no respeito das regras democráticas, responder minimamente às aspirações dos trabalhadores e salvaguardar, ao mesmo tempo, o estatuto e os

---

[129] Ver o meu livro *O estado capitalista...*, cit., 192 ss.

[130] Transcrevo Eros Grau, professor aposentado da Faculdade de Direito da USP e ex-Juiz do Supremo Tribunal Federal (que, no Brasil, desempenha as funções de tribunal constitucional): "Quem quer impor os seus valores a qualquer custo mostra que não tem valor nenhum" e mostra "não saber nada do que significa a democracia" (entrevista a Juliano Basile, pouco antes de cessar funções no STF, publicada COSTA, J. A. Fontoura COSTA e outros (Org.) – *Direito: Teoria e Experiência...*, cit.,I, 26.

privilégios do capital. O que os discursos que acima refiro enunciam com suficiente clareza é a vontade do capital financeiro – que quer, a todo o custo, preservar e aumentar as *rendas parasitas* de que se alimenta – de levar por diante programas premeditados de anulação da soberania e de aviltamento da dignidade de países soberanos, programas bárbaros de empobrecimento e 'colonização' de povos inteiros, sem ter de respeitar qualquer lei ou qualquer princípio de ética política, em nome do princípio 'revolucionário' de que os fins justificam os meios, por mais cruentos que estes sejam.

28. À escala global, a presente crise do capitalismo tem evidenciado as debilidades e as contradições de um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) que são o suporte da hegemonia do grande capital financeiro. A discussão sobre o *fim do estado social* – que a crise tem dramatizado – talvez seja um sinal de que, como o aprendiz de feiticeiro, o capitalismo pode morrer imolado pelo fogo que está a atear.

O *Grupo de Reflexão* constituído no âmbito do Conselho Europeu e presidido por Felipe González concluiu que, "pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais". Nesta *Europa do capital*, um em cada quatro jovens não encontra um posto de trabalho. Na Grécia, um em cada cinco sem abrigo tem um curso superior. É uma catástrofe equivalente à perda de uma geração inteira numa guerra.

No *Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza*, o Parlamento Europeu aprovou um Relatório onde se diz que, em 2010, cerca de 85 milhões de cidadãos da UE são afetados por situações de pobreza e de exclusão social e que mais de 19 milhões de trabalhadores europeus são considerados pobres.

São sinais de alarme particularmente significativos. Num mundo e num tempo em que a produtividade do trabalho atinge níveis até há pouco insuspeitados, talvez esta realidade (que quase parece mentira, de tão absurda que é) seja um alerta: ela pode significar que as contradições do capitalismo estão a atingir um limite insuportável. Em dezembro de 2011, ao apresentar em Paris um Relatório da OCDE, o Secretário-Geral desta Organização recordava que, em virtude do aumento continuado das desigualdades sociais ao longo dos últimos trinta anos, "o contrato social está a desfazer-se em muitos países".

As 'reformas estruturais' de que tanto se tem falado neste tempo de crise estão a conduzir ao *empobrecimento* de povos inteiros, ao alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social, ao aprofundamento da desigualdade, ao aumento dramático do número dos *pobres que trabalham* (mesmo nos países ditos ricos), justificando plenamente esta conclusão e justificando também todas as preocupações relativamente à preservação da democracia e da paz.

Porque o empobrecimento dos povos não os torna mais capazes para se desenvolver, nem mais competitivos; torna-os mais vulneráveis e menos capazes de progredir. Porque esta não é uma estratégia promotora do crescimento, muito menos do crescimento equilibrado de todos os povos da União e, ainda menos, uma estratégia de aproximação dos níveis de vida de todos eles. É uma estratégia de domínio 'colonial' em benefício exclusivo da elite 'colonialista'. Os mais débeis estarão cada vez mais no lugar da *panela de barro*, necessariamente esmagada pela *panela de ferro*.

É incontestável, por outro lado, que o alargamento da mancha de pobreza e da exclusão social que delas tem resultado é algo que põe em causa a própria civilização, nomeadamente as condições de vida em democracia. Porque a pobreza não significa apenas baixo nível de rendimento ou baixo poder de compra, ela priva as pessoas de capacidades básicas essenciais para a preservação e afirmação da sua dignidade enquanto pessoas. Amartya Sen tem sublinhado isto mesmo: "a privação de liberdade económica, na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa pobre presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade".[131] Uma situação de pobreza generalizada, acentuada e continuada não é compatível com a democracia. Vale a pena levar a sério a advertência de Paul Krugman a este respeito: "a concentração extrema do rendimento" significa "uma democracia somente de nome", "incompatível com a democracia real".[132]

De resto, há mais de cinquenta anos o argentino Raúl Prebisch (o primeiro Presidente da agência da ONU *Comissão Económica para a América Latina*) avisou que as soluções liberais só podem concretizar-se *manu militari*.

No início dos anos 1980 foi o insuspeito Paul Samuelson quem chamou a atenção para os perigos do "fascismo de mercado". E em 1981 Beltram Gross escreveu um livro sobre o "fascismo amigável".

Mais recentemente e tendo a *crise* como pano de fundo, Michel Rocard observou que, "no estado de exasperação em que este povo [o povo grego] se vai

[131] Cf. A. SEN, op. cit., 109.

[132] Artigo no *New York Times*, 7.11.2011.

encontrar, é duvidoso que qualquer governo grego possa manter-se sem o apoio do exército. Esta triste reflexão é sem dúvida válida para Portugal ou para outros países maiores". E pergunta: "Até onde iremos?"[133]

Se os governos só se mantêm com o apoio do exército, é claro que a democracia está em perigo. Matou-se a *Europa social* e esta *Europa do capital* é, cada vez mais, uma Europa marcada por desigualdades intoleráveis, geradas por políticas que buscam a *injustiça social* ou a aceitam como algo natural e talvez até desejável. São estas políticas, prosseguidas por todos aqueles que "aceitaram, em certo momento histórico, substituir os princípios democráticos pelas leis do mercado", as responsáveis pelos perigos do "golpe de mercado" a que se refere Federico Mayor Zaragoza. [134]

Todos temos a consciência de que nos estamos a afastar da *democracia real*. Por isso, é uma boa pergunta, a de Rocard: "Até onde iremos?" Perante o processo de *empobrecimento* acelerado a que se pretendem condenar os povos da Europa, acompanhado da um destruição das economias e da anulação das soberanias nacionais, faz todo o sentido, com efeito, temer pela própria democracia.

Quem não esquece as lições da história não pode ignorar que a ascensão do nazismo – e a barbárie que ele trouxe consigo – está intimamente ligada à forte depressão e aos elevados níveis de desemprego que marcaram a sociedade alemã no início da década de 1930, mais violentamente do que em outros países da Europa, também em resultado das políticas contracionistas e deflacionistas levadas a cabo pelo governo conservador de Heinrich Brüning.

Em 1943, Michael Kalecki formulou este diagnóstico: "O sistema fascista começa com o desenvolvimento do desemprego, desenvolve-se no quadro da escassez de uma 'economia de armamento' e termina inevitavelmente na guerra".[135] Perante a chaga social do desemprego em massa que assola a Europa, tudo aconselha a que levemos muito a sério o aviso de Paul Krugman: "Seria uma insensatez minimizar os perigos que uma recessão prolongada coloca aos valores e às instituições da democracia".[136]

Quem conhece um pouco da história sabe que a democracia não pode considerar-se nunca uma conquista definitiva. As ameaças à democracia podem vir de onde menos se espera. É preciso, por isso, lutar por ela todos os dias,

---

[133] Cf. *Le Monde*, 4.10. 2011.

[134] As reflexões do antigo Diretor-Geral da UNESCO e atual Presidente da Fundación Cultura de Paz podem ver-se em http://www.other-news.info/noticias/ (Dez/2012).

[135] Op. cit., 426.

[136] Cf. *Acabem*…, cit., 31.

combatendo os dogmas e as estruturas neoliberais próprios do capitalismo dos nossos dias, porque este é, essencialmente, um combate pela democracia.

A persistência nas políticas da UE (disfarçada de *troika* ou atuando como tal ou como BCE) que estão a arruinar a economia dos 'países do sul' e a minar a sua soberania, bem como a insolência com que os governantes dos 'países do norte' vêm enxovalhando a dignidade dos 'países do sul', têm todas as caraterísticas de uma verdadeira guerra.

Porque é de 'guerra' que se trata quando os estados mais fortes e mais ricos da Europa humilham os povos dos países mais débeis, 'castigando-os' em público com 'penas infamantes' e condenando-os a um verdadeiro *retrocesso civilizacional* em nome da *verdade* dos 'catecismos' neoliberais impostos pelo grande capital financeiro. Como se diz atrás, o chamado *Pacto Orçamental* constitui um verdadeiro "golpe de estado europeu", que, sob a capa de soluções 'técnicas', dá corpo a uma visão totalitária que suprime o que resta das soberanias nacionais, ignora a igualdade entre os estados-membros da UE, ofende a dignidade dos chamados 'povos do sul' e dos seus estados, e aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes.

Pode estar em perigo também a paz na Europa. Jean-Claude Juncker (Primeiro-Ministro do Luxemburgo e até há pouco Presidente da Eurogrupo) tem toda a razão quando diz que "está completamente enganado quem acredita que a questão da guerra e da paz na Europa não pode voltar a ocorrer. Os demónios não desapareceram, estão apenas a dormir, como mostraram as guerras na Bósnia e no Kosovo".[137]

António Avelãs Nunes

Coimbra, novembro/2013

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, João Ferreira do. *Por que devemos sair do euro:* o divórcio necessário para tirar Portugal da crise. Lisboa: Lua de Papel, 2013.

ANDERSON, Perry. A Europa face à hegemonia alemã. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez. 2012.

ATTAC. *'Constitution' Européenne – Ils se sont dit Oui*, Paris: Mille et une Nuits, 2005.

ATTALI, Jacques. *Verbatim I*, Paris: Fayard, 1993.

AVELÃS NUNES, A. J. Nota sobre a independência dos bancos centrais. *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, ISEG-UTL, Lisboa, 1996, pp. 405-423. Foi também publicado na revista *Estudos Jurídicos* (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), v. IV, nº 1, agosto/1997, 51-70.

[137] Entrevista a *Der Spiegel*, 10.3.2013.

_____. Neoliberalismo, globalização e desenvolvimento económico.*Conferência Internacional Angola – Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento*, edição da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2001, 103-163. Com ligeiras alterações, este texto foi publicado também no *Boletim de Ciências Económicas* (FDUC), v. XLV (2002).

_____. A institucionalização da União Económica e Monetária e os estatutos do Banco de Portugal. *Boletim de Ciências Económicas* (FDUC), v. XLV-A (especial), Coimbra, 2002, 65-98.

_____. *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: São Paulo, Renovar, 2003 (135 págs.). Este livro foi também editado em Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

_____. *A Constituição Europeia: a Constitucionalização do Neoliberalismo*, Coimbra: Coimbra Editora, 2006. Saiu uma edição para o Brasil (*A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*), com a chancela da Coimbra Editora e da Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2007. O texto do livro foi publicado antes, com ligeiras alterações, no *Boletim de Ciências Económicas*, v. XLVIII (2005).

_____. *A crise do Capitalismo:* Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização. 5. ed. revista e ampliada. Lisboa: Página a Página, 2013. Saiu uma edição no Brasil, com a chancela da Editora Revista dos Tribunais, *A crise atual do Capitalismo:* Capital Financeiro, Neoliberalismo, Globalização (Prefácio de Eros Roberto Grau). São Paulo, 2012.

_____. *O estado capitalista e as suas máscaras*. 2. ed. revista (do livro *As voltas que o mundo dá… reflexões a propósito das aventuras e desventuras do Estado Social*. Lisboa: Edições Avante, 2010). Lisboa: Edições Avante, 2013. Uma edição brasileira, com texto ligeiramente diferente deste, acaba de ser publicada no Brasil, também com o título *O estado capitalista e as suas máscaras* (2ª edição da edição brasileira de *As Voltas que o Mundo Dá…* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013).

BARNIER, Michel. Um grande passo para a estabilidade bancária. *Diário Económico*, 13 mar. 2013.

BARROSO, Alfredo. A crise da social-democracia europeia. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov. 2011, p. 16-17.

BECK, Ulrich. *A Europa Alemã – De Maquiavel a "Merkievel":*estratégias de poder na crise do euro. Trad. port. Lisboa: Edições 70, 2013.

CADIMA, Jorge. Crise estrutural. *Avante!*, 3 out. 2013.

CALDAS, José Castro. OE 2014: mais uma pedra no muro. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov. 2013.

CARVALHAS, Carlos. O euro: questão fundamental na resposta à crise. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio 2013.

CARVALHO, Pedro. O Pacto e o(s) PEC(s), mecanismos de exploração e a ofensiva do capital: o exemplo português no contexto europeu. *Vértice*, jan-fev/2011, p. 160-173.

CASSEN, Bernard. Ressurreição da 'Constituição' Europeia", em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez. 2007.

CASTELLS, Manuel. *A quién sirve el euro?* Disponível em: <http://viva.org.co/cajavirtual/svc/articulo14.html>.

CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre. *Pour l'Europe votez non!* Paris: Fayard, 2005.

COSTA, J. A. Fontoura et al (Org.). *Direito:* teoria e experiência – estudos em homenagem a Eros Roberto Grau (2 tomos). São Paulo: Malheiros, 2013.

DENORD, François. Desde 1958, a 'reforma' pela Europa. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov. 2007.

DENORD, François ; SCHWARTZ ; Antoine. Desde os anos 50 que cheira a oligarquia. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), jul. 2009.

DURAND, Cédric ; KENCHEYAN, Razmig. Rumo a um cesarismo europeu. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov. 2012.

FERNANDES, Jorge Almeida. Temos razões para detestar Merkel? *Público*, 11 ago. 2012, p. 22-24.

FERREIRA, Domingos. O império do mal. *Público*, 4 maio 2012, p. 53.

GALAMBA, João. Game over. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio 2013.

GALBRAITH, James K. Que Europa para controlar os mercados? *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), jun. 2010.

GÉNÉREUX, Jacques. *Manuel critique du parfait Européen*. Paris : Seuil, 2005.

GEUENS, Geoffrey. Os mercados financeiros têm rosto. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio 2012.

HABERMAS, Jürgen. *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70, 2012.

HALIMI, Serge. As promessas do não. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), jun. 2005.

_____. A esquerda governamental conta a sua história. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), abr. 2007.

_____. O crime compensa. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), mar. 2010.

_____. Estratégia para uma reconquista. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), set. 2013.

IAC (Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida). *Conhecer a Dívida para sair da Armadilha*, Relatório Preliminar do Grupo Técnico, 2013.

JENNAR, Raoul-Marc. Dois tratados para um golpe de estado europeu. *LeMonde Diplomatique* (ed. port.), jun. 2012.

JUDT, Tony. *Pós-guerra*: história da Europa desde 1945. Trad. port. Lisboa: Edições 70, 2007.

KALECKI, Michael. Political aspects of full employment. In: HUNT, E. K.; SCHWARTZ, Jesse G. (Ed.). *A critique of economic theory*: selected readings. Penguin Books, 1972, p. 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, v. 14, 1943, p. 322-331.

KRUGMAN, Paul . Quando a austeridade falha. *The New York Times*, 25 maio 2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*).

_____. *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa: Editorial Presença, 2012.

LAPAVITSAS, C.; KALTENBRUNNER, A.; LAMBRINIDIS G. et al. The Eurozone Between Austerity and Default. *RMF Occasional Report*, set. Disponível em: <www.researchonmoneyandfinance.org>.

LAPAVITSAS, C.; KALTENBRUNNER A.; LINDO, D. et al. Eurozone crisis: beggar thyself and thy neighbour. *RMF Occasional Report*, mar. 2010. Disponível em: <www.researchonmoneyandfinance.org>.

LECHEVALIER, A.; WASSERMAN, G. *La Constitution Européenne*: dix clés pour comprendre. Paris, La Découverte, 2005.

LORDON, Frédéric. A desglobalização e os seus inimigos. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), ago. 2011.

_____. Sair do euro, mas como? *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), ago. 2013.

LOUÇÃ, Francisco; MORTÁGUA, Mariana. *A DIVIDA (DURA):* Portugal na Crise do Euro. Lisboa: Bertrand, 2012.

MORTON, A. L.; TATE, George: *O movimento operário britânico*. Trad. port. Lisboa: Seara Nova, 1968.

NAVARRO, Vicenç; LÓPEZ, Juan Torres; ESPINOSA, Alberto Garzón. *Hay alternativas*: propuestas para crear empleo y bienestar social en España. Madrid: Sequitur, 2011.

PLIHON, Dominique. Uma reforma bancária que encanta os banqueiros. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), mar. 2013, p. 12/13.

QUELHAS, José Manuel Gonçalves Santos. Sobre a criação do Comité Europeu do Risco Sistémico. *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Aníbal Almeida*. Orgs: António José Avelãs Nunes et al. Coleção Studia Iuridica. Coimbra: Universidade de Coimbra/Coimbra Editora, 2012, p. 877-899;

_____. Dos objetivos da União Bancária. *Boletim de Ciências Económicas*, v. LV, 2012, p. 241-303.

RIBEIRO, Sérgio. *Não à moeda única: um contributo*, Lisboa, Avante, 1997.

ROSA, Eugénio. As verdadeiras ameaças à Segurança Social. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov. 2013.

ROSAS, J. Cardoso. Euro versus Europa. *Diário Económico*, 27 fev. 2013.

SANTOS SILVA, Augusto. *Os valores da esquerda democrática*: vinte teses oferecidas aoescrutínio público. Coimbra: Almedina, 2010.

SARRE, Georges. *L'Europe contre la Gauche*. Paris: Eyrolles, 2005.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações* (v. I e II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983.

STOCKHAMMER, Engelbert. Neoliberalism, income distribution and the causes of the crisis. Disponível em: <http://researchonmoneyandfinance.org>. Acesso em:17 jun. 2010.

TEIXEIRA RIBEIRO, José Joaquim. *Sobre o Socialismo*. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

TEIXEIRA, Pedro Braz. *O fim do euro em Portugal?* Conjuntura Actual Editora, 2012.

TEIXEIRA, Octávio. Sair do euro é preciso, em *Avante!,* 8 nov. 2012.

_____. Sair do euro e desvalorizar, a opção. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio 2013.

TELES, Nuno; ABREU, Alexandre. Sair do euro não é suficiente, mas é necessário. *Le MondeDiplomatique* (ed. port.), maio 2013.

TREECK, Till Van. Vitória de Pirro para a economia alemã. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), set. 2010.

WALLACH, Lori. Tratado Transatlântico: um tufão que ameaça os europeus. *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nov. 2013.

WARD, Ibrahim. Tony Blair, Ltda. *Le Monde Diplomatique* (ed. bras.), dez. 2012.

Recebido: novembro de 2013

Aprovado: novembro de 2013